

ISSN 1519-7778



**Revista do Departamento de Letras
Faculdade de Formação de Professores
Ano 6, nº 11, jan./jun. 2006**

**São Gonçalo (RJ)
UERJ
2006**

DEPARTAMENTO DE LETRAS

ISSN 1519-7778

SOLETRAS

Revista do Departamento de Letras
Faculdade de Formação de Professores
Ano 6, n° 11, jan./jun.2006



São Gonçalo (RJ)
2006

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
DEPARTAMENTO DE LETRAS
COORDENAÇÃO DE PUBLICAÇÕES

Reitor

Nival Nunes de Almeida

Vice-Reitor

Ronaldo Martins Lauria

Sub-Reitora de Graduação

Raquel Marques Villardi

Sub-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa

Albanita Viana de Oliveira

Sub-Reitora de Extensão e Cultura

Maria Georgina Muniz Washington

Diretora do Centro de Educação e Humanidades

Maricélia Bispo

Diretor da Faculdade de Formação de Professores

Glauber Almeida de Lemos

Vice-Diretor da Faculdade de Formação de Professores

Marcos Antonio Campos Couto

Chefe do Departamento de Letras

José Mário Botelho

Sub-Chefe do Departamento de Letras

Leonardo Pinto Mendes

Coordenador de Publicações do Departamento de Letras

José Pereira da Silva

Editor da SOLETRAS: Revista do Departamento de Letras

José Pereira da Silva

DEPARTAMENTO DE LETRAS

EXPEDIENTE

SOLETRAS é um periódico semestral do Departamento de Letras da Faculdade de Formação de Professores da UERJ destinado a veicular sua produção de conhecimentos e reflexões científicas, estando aberto a contribuições de pesquisadores de outras universidades no terceiro milênio.

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Edição e Diagramação
Projeto de Capa

José Pereira da Silva
Sílvia Avelar Silva

ISSN 1519-7778

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Afrânio da S. Garcia
Prof. Dr. Flávio García
Profa. Dra. Geysa Silva
Prof. Dr. Maria Alice Aguiar
Prof. Dr. José Carlos Barcellos
Profa. Dra. M^a Emília B. da Silva
Prof. Dr. Ruy M. de Araújo
Profa. Dra. Vera L. T. da Silva

CONSELHO CONSULTIVO

Prof. Dr. Armando Gens
Profa. Dra. Cilene da C. Pereira
Profa. Dra. Iza Quelhas
Profa. Dra. Joana L. Muylaert
Profa. Dra. Lênia M. Mongelli
Prof. Dr. Ricardo S. Cavaliere
Profa. Dra. Sílvia M. Boaventura
Profa. Dra. Victoria Wilson

DISTRIBUIÇÃO

A SOLETRAS é distribuída às Bibliotecas Públicas e Faculdades ou Institutos de Letras que o solicitarem, através do pagamento das despesas postais ou de intercâmbio (aceita-se intercâmbio com periódicos das áreas de Linguística e Letras).

Os pedidos devem ser feitos à SOLETRAS – Rua Francisco Portela, 794 – Paraíso – 24435-000 – São Gonçalo – RJ.

Telefax: (21) 2605-7412 e (21) 2569-0276
Endereço eletrônico: pereira@filologia.org.br

SOLETRAS VIRTUAL
www.filologia.org.br/soletras

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

SUMÁRIO

0. APRESENTAÇÃO – *José Pereira da Silva*..... 05
1. A ESTILÍSTICA LEXICAL E SINTÁTICA APLICADA A POEMAS – *Gisele Palmieri* 07
2. A ESTRUTURA COMPOSICIONAL NOS GÊNEROS TEXTUAIS A ESCREVER: ESTUDO DE CASO – *Sílvio Ribeiro da Silva, Bárbara Battistelli Rauber e Lanilda Teles* 14
3. A INFLUÊNCIA ESPANHOLA NA EDIÇÃO DE 1584 D’OS LUSÍADAS – *Maria Paula Lamas* 24
4. A VERDADE MÍTICA E A FALA POÉTICA EM *UBIRAJARA*, DE JOSÉ DE ALENCAR – *Alexandra Vieira de Almeida* 33
5. ATÉ AO FIM DO MUNDO *D’ESTE VIVER AQUI NESTE PAPEL DESCRITO* DE ANTÓNIO LOBO ANTUNES - *Maria de Lourdes Soares* 42
6. LA ESCALA DE PRÉSTAMOS DE SARAH THOMASON Y EL CONTACTO ESPAÑOL-PORTUGUÉS EN EL SUR DE BRASIL – *María Josefina Israel Semino de Lopez* 48
7. MARIO DE ANDRADE NACIONAL, TRADICIONAL E MODERNO – *Marcia Reis* 64
8. O PRODUTO (MARCA) COMO GAROTO-PROPAGANDA: AS MODALIDADES DO ATO DELOCUTIVO E A INTERTEXTUALIDADE – UMA LEITURA SEMIOLINGÜÍSTICA DO TEXTO PUBLICITÁRIO ESCRITO – *Ilana da Silva Rebello* 74
9. REFLEXÕES SOBRE A EVASÃO ÀS SEXTAS FEIRAS NO CONTEXTO DA ESCOLA PÚBLICA – *Neide Batista da Silva* 88
10. RELAÇÃO DA LINGUAGEM COM A FILOSOFIA E ANTROPOLOGIA FILOSÓFICA – *Miguel Eugenio Almeida* 105
11. TIPOLOGIA LINGÜÍSTICA: LÍNGUAS ANALÍTICAS E LÍNGUAS SINTÉTICAS - *Albano Dalla Pria* 113
12. UMA LOUCA CRIAÇÃO: SUZE – SALOMÉ – *Letícia Pereira de Andrade* 122
13. VIAGEM AO BRASIL DE ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA - *José Pereira da Silva* 131
14. VOCABULÁRIO CRISTÃO: ESTUDO DA ONOMASIOLOGIA EM TRÊS TRATADOS MEDIEVAIS – *Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz* 144

DEPARTAMENTO DE LETRAS

APRESENTAÇÃO

Temos a satisfação de apresentar-lhes o número 11 da *SOLETRAS*: Revista do Departamento de Letras da Faculdade de Formação de Professores da UERJ, mantendo a sua periodicidade regularizada, apesar da greve dos funcionários e alunos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com quatorze artigos, dos quais apenas um é de docente do próprio Departamento para evitar as publicações endógenas, criticadas por alguns de nossos avaliadores no ano passado.

Esses quatorze artigos foram escritos pelos seguintes autores, relacionados em ordem alfabética e com indicação das páginas em que estão aqui publicados: Albano Dalla Pria (113-121), Alexandra Vieira de Almeida (33-41), Bárbara Battistelli Rauber (14-23), Gisele Palmieri (07-13), Ilana da Silva Rebello (74-83), José Pereira da Silva (131-143), Lanilda Teles (14-23), Letícia Pereira de Andrade (122-130), Marcia Reis (64-73), Maria de Lourdes Soares (42-47), María Josefina Israel Semino de Lopez (48-63), Maria Paula Lamas (24-32), Miguél Eugenio Almeida (105-112), Neide Batista da Silva (88-104), Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz (144-156) e Sílvio Ribeiro da Silva (14-23).

A credibilidade da revista do DEL/UERJ pode ser manifestada pela grande quantidade de artigos submetidos a sua coordenação para publicar desde o ano passado, em que se programou, inclusive, um número suplementar, que sairia na versão digital no CD-ROM dos *Anais do VI CELERJ*, o que causou o descontentamento de alguns autores porque, de fato, o editor do CD-ROM não incluiu ali o referido “Suplemento digital da *SOLETRAS*: Revista do Departamento de Letras da FFP/UERJ”, conforme informado na etiqueta daquela publicação, mas, por engano, a repetição do seu número 9, que já havia saído na versão impressa e na versão virtual.

Outro fato positivo é o grande número de consultas que vêm recebendo numerosos artigos da *SOLETRAS* em sua versão virtual (www.filologia.org.br/soletras), como são, por exemplo, os artigos seguintes, cujas estatísticas foram verificadas no dia 22 de maio de 2006: “VERBOS DESIGNATIVOS NO PORTUGUÊS”, de *Afrânio da Silva Garcia* (.../soletras/1/12.htm), que recebeu 7873 visitas;

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

“GÊNEROS E TIPOS: UMA APROXIMAÇÃO”, de *Mara Lucia Fabrício de Andrade* (.../soletras/2/06.htm), que recebeu 7262 visitas; A RELAÇÃO DENOTAÇÃO-CONOTAÇÃO: UMA QUESTÃO DE PLURISSIGNIFICAÇÃO IMANENTE”, de *José Mario Botelho* (.../soletras/5e6/01.htm), que já recebeu 5567 visitas; “O PORTUGUÊS DO BRASIL: QUESTÕES DE SUBSTRATO, SUPERSTRATO E ADSTRATO”, de *Afrânio da Silva Garcia* (.../soletras/4/07.htm), que recebeu 5538 visitas, além de muitos outros de diversos autores que têm acreditado em nossa proposta, de todas as regiões do Brasil, do Chile, da Argentina, de Portugal etc.

Neste número, comemorando os 250 anos de nascimento de Alexandre Rodrigues Ferreira, patrono do Instituto Pau-Brasil de História Natural e da cadeira número 7 da Academia Acreana de Letras, publica-se o penúltimo artigo deste volume, em que se dão as principais notícias do autor, de sua obra e do estado em que se encontram as pesquisas a seu respeito, neste momento, em que o próprio governo, através de sua principal agência de fomento, o CNPq, sugere a biografia de Alexandre Rodrigues Ferreira no item número 9 da lista do seu Projeto MEMÓRIA DO SABER.

De Literatura, ciências literárias e similares, publicam-se os artigos de número 1, 3, 4, 5, 7 e 12; de Linguística geral ou particular, os de número 2, 6, 8, 10, 11 e 14, e, relativo às questões de ensino, o de número 9.

Ficaremos muito felizes se conseguirmos um bom número de críticas sinceras a esse trabalho para que ele possa refletir o melhor que nosso Departamento disponibiliza sistematicamente à comunidade de Letras do País e do Mundo.

Rio de Janeiro, junho de 2006.

José Pereira da Silva

DEPARTAMENTO DE LETRAS

A ESTILÍSTICA LEXICAL E SINTÁTICA APLICADA A POEMAS

Gisele Palmieri (UERJ)

INTRODUÇÃO

O estudo da Estilística revela muito do conteúdo e da significação de um texto. Especialmente o literário.

Neste trabalho, em que o foco é a estilística léxica (a do efeito causado pela palavra) e a sintática (a do efeito causado pela relação das palavras numa frase), escolheu-se trabalhar com dois textos poéticos. São eles: “Os homens: as viagens”, de Carlos Drummond de Andrade e “Beija eu” de Marisa Monte. O primeiro, para a análise da expressividade lexical; o segundo, para a análise da expressividade sintática. Acontece, portanto, de haver alguns dados que se misturam. Como por exemplo, no poema de Drummond, foi inevitável fazer uma análise específica da expressividade sintática, que se ligava a outro da expressividade lexical. O que, afinal, não invalida a separação feita no corpo do trabalho, cujo objetivo foi dar maior ênfase a um ou outro tipo de estilística.

ESTILÍSTICA LEXICAL

O homem: as viagens

O homem, bicho da Terra tão pequeno
chateia-se na Terra
lugar de muita miséria e pouca diversão,
faz um foguete, uma cápsula, um módulo
toca para a Lua
desce cauteloso na Lua
pisa na Lua
planta bandeira na Lua
experimenta a Lua
coloniza a Lua
civiliza a Lua
humaniza a Lua.

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Lua humanizada: tão igual à Terra.
O homem chateia-se na Lua.
Vamos para Marte – ordena a suas máquinas.
Elas obedecem, o homem desce em Marte
Pisa em Marte
experimenta
coloniza
civiliza
humaniza Marte com engenho e arte.

Marte humanizado, que lugar quadrado.
Vamos a outra parte?
Claro – diz o engenho
sofisticado e dócil.
Vamos a Vênus.
O homem põe o pé em Vênus,
Vê o visto – é isto?
idem
idem
idem.

O homem funde a cuca se não for a Júpiter
proclamar justiça junto com a justiça
repetir a fossa
repetir o inquieto
repetitório.

Outros planetas restam para outras colônias.
O espaço todo vira Terra-a-terra.
O homem chega ao Sol ou dá uma volta
só para tever?
Não- vê que ele inventa
roupa insiderável de viver no Sol.
Põe o pé e:
mas que chato é o Sol, falso touro
espanhol domado.

DEPARTAMENTO DE LETRAS

Restam outros sistemas fora
do solar a col-
onizar.
Ao acabarem todos
só resta ao homem
(estará equipado?)
a difícilíssima e perigosíssima viagem
de si a si mesmo:
pôr o pé no chão
do seu coração
experimentar
colonizar
civilizar
humanizar
o homem
descobrir em suas próprias inexploradas entranhas
a perene, insuspeitada alegria
de con-viver. (ANDRADE, 1978: 20-2)

O poema de Carlos Drummond de Andrade descreve a busca do homem pelo desconhecido, pelo misterioso. Do homem que se cansa de ver a mesma coisa e quer descobrir, explorar novos lugares a nível espacial. Um homem audacioso e que quer dominar até os astros.

Já no início da primeira estrofe, o autor caracteriza a ousadia humana ao produzir uma metáfora pura¹:

“ O homem, bicho da Terra tão pequeno(...)”

Cada estrofe descreve diferentes etapas deste processo de busca, em que o homem tenta, mas não consegue seu intento. A idéia do que o homem pensa de sua vontade em experimentar, colonizar, civilizar e humanizar cada astro é expressa através do discurso indireto livre. Pode-se perceber a expressão do pensamento do homem, confundida com a do narrador no repleto uso de palavras evocativas – gírias e neologismos:

“ Marte humanizado, que lugar *quadrado*. ”

“ O homem funde a cuca se não for a Júpiter(...) repetir *a fossa*(...)”

“ O homem chega ao Sol ou dá uma volta só para tever?”

¹ – Metáfora pura: é a que apresenta apenas um termo de comparação. Segundo André Valente, é a mais requintada entre todos os tipos de metáforas.

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

“ *Não-vê* que ele inventa
roupa insiderável de viver no Sol”.

A gíria pode ser entendida claramente como a fala/pensamento do homem. Nos neologismos já se pode perceber a influência maior de um narrador, dado o sentido irônico que elas possuem como referência aos atos frustrados do homem:

“ Põe o pé e:
*mas que chato é o Sol, falso touro
espanhol domado.*”

Na última estrofe, há duas palavras fragmentadas com alto valor expressivo, remetendo-se ao conteúdo do texto: *col-onizar* (*radical latino oni- tudo, todo + sufixo verbal izar*) e *con-viver* (*com- prefixo companhia + infinitivo viver= viver com; viver consigo mesmo*) . Essa quebra de palavra recupera o sentido original da palavra. Su-gere assim, que o homem, após romper os limites do mundo conhecido, através de viagens espaciais, deve fazer uma viagem *dangero-síssima* (neologismo formado a partir de estrangeirismo- *danger-* com sufixo – *íssimo-* que tem a intenção expressiva de exagerar, enfatizar) de retorno. Essa viagem se refere à volta ao seu próprio interior e como a fragmentação da palavra nos mostra o sentido original da palavra, o rompimento dos limites do mundo conhecido pode permitir ao homem o encontro consigo mesmo e a recuperação do verdadeiro sentido da vida.

ESTILÍSTICA SINTÁTICA

Beija eu²
(Marisa Monte)

Seja eu, seja eu,
Deixa que eu seja eu
E aceita o que seja seu
Então deita e aceita eu

² – A composição musical “Beija eu” é de autoria da cantora e compositora Marisa Monte. Existem duas versões métricas diferentes para esta composição; uma da própria autora e outra da Adriana Calcanhoto. A utilizada neste trabalho é a versão da Adriana Calcanhoto.

DEPARTAMENTO DE LETRAS

Molha eu, seca eu
Deixa que eu seja o céu
E receba o que seja seu
Anoiteça, amanheça eu

Beija eu, beija eu, beija eu
Me beija
Deixa o que seja seu
Então beba e receba
Meu corpo, no seu corpo
Eu no meu corpo
Deixa, eu me deixo
Anoiteça, amanheça

Seja eu, seja eu,
Deixa que eu seja eu
E aceita o que seja seu
Então deita e aceita eu

Molha eu, seca eu
Deixa que eu seja o céu
E receba o que seja seu
Anoiteça, amanheça eu.

Nas orações imperativas afirmativas os pronomes oblíquos átonos devem estar em ênclise(isto é, após o verbo). E, o pronome pessoal do caso reto “*eu*” (1ª pessoa do singular), só pode ser empregado na função sintática de sujeito.

A compositora de “*Beija eu*” resolveu transgredir claramente estas normas da língua culta, a fim de dar maior ênfase em sua mensagem.

O que ressalta aos olhos ao ler “Beija eu” é a substituição do pronome pessoal oblíquo “*me*” (1ª pessoa do singular), pelo pronome pessoal reto “*eu*”, quando combinado com os verbos imperativos. Pronome colocado numa posição não aceita na norma padrão, visto que, como já foi dito, o pronome “*eu*” só pode ser empregado como sujeito.

A escolha de Marisa Monte, na utilização do pronome pessoal como complemento verbal no lugar do pronome oblíquo revela o alto poder estilístico de seu poema. O “*eu*”, no lugar do “*me*” dá maior destaque à subjetividade do eu lírico. A individualidade está ressaltada como um desejo de atenção que o eu lírico evoca. O uso do imperativo seguido de pronome pessoal nos lembra uma criança que a-

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

inda não sabe construir sentenças lingüísticas normativas. Ela produz frases como, por exemplo, “- Levanta eu”; “-Pega eu”.

Este tipo de construção remete ao egocentrismo infantil ; egocentrismo de uma criança que precisa ser aceita.

Outro dado interessante é o emprego do verbo “ser” na primeira estrofe:

“ Seja eu, seja eu”.

Numa primeira leitura, pode-se achar que, como os demais, ele também está no imperativo, dado o forte poder apelativo da poesia. Porém, numa análise mais minuciosa, conclui-se seu emprego no modo subjuntivo. Assim, o “*eu*” é empregado como sujeito posposto ao verbo. É como se o eu lírico estivesse querendo dizer:

É necessário que [“*seja eu*”] aceita por você.

Na ordem direta ficaria: “ É necessário que *eu seja* aceita por você”. Este verbo no modo como foi empregado tem reforço na estrofe seguinte, quando o eu lírico diz:

“Deixa que eu seja eu”

Nesta passagem, o verbo está claramente posto no subjuntivo. E o pronome “eu” é usado como sujeito e complemento. No primeiro verso da primeira estrofe está insinuado um interessante jogo da centralização do ser evocado, com o emprego do verbo “ser”. Poder-se-ia até lê-lo como imperativo. A confusão se dá porque o verbo ‘ser’ na primeira pessoa do singular no modo subjuntivo e na terceira pessoa do singular no modo imperativo possuem a mesma forma. E, tanto o “eu” no lugar de sujeito “ é necessário que [*seja eu*] aceita por você” ou como complemento “*seja*[você] *eu*” possuem o foco na primeira pessoa do discurso. Estilisticamente, esse efeito põe em realce a vontade do ser no centro da atenção. Os demais verbos que estão no imperativo, estão na 2ª pessoa do singular, pois foi a escolha feita para pôr em igualdade fônica todos os verbos da poesia, ou seja, o verbo no imperativo e no subjuntivo com a mesma terminação desinencial. Melhor seria, ainda, explicar o emprego destas duas formas verbais como uma mistura de pedido ou ordem do eu lírico e a possibilidade ou hipótese do fato consumado.

Como destaque principal, pode-se ressaltar o refrão da composição musical:

DEPARTAMENTO DE LETRAS

“ Beija eu, beija eu, beija eu
Me beija...”

Após uma sucessão de combinações pronominais trocadas, uma pronome oblíquo no início do verso só ressalta o que têm-se afirmado. Como sabemos que não se inicia frase com pronome oblíquo, cabe destacar uma citação de Mattoso Câmara Júnior(1978: 68), a respeito da próclise: “ É que assim se consegue pôr estilisticamente em realce a própria pessoa, numa afirmação da tensão psíquica e da vontade”. E a esse realce da pessoa, estilisticamente, estendemos o uso do pronome “eu” após o verbo imperativo, no lugar do mesmo oblíquo utilizado no início da frase.

CONCLUSÃO

Foi feita uma análise objetiva dos poemas escolhidos para este trabalho. Priorizou-se uma análise dos dados expressivos mais evidentes. Com a exploração dos recursos da estilística, fica mais fácil observar os elementos utilizados pelos poetas para emocionar; atingir o leitor e compreender a mensagem que eles querem passar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Carlos Drummond de. *As impurezas do branco*. 4ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.
- ANDRADE, Carlos Drummond. O homem: as viagens. In: CIPRO NETO, Pasquale. Gramática da língua portuguesa. São Paulo: Scipione, 1998, p. 112-113.
- CÂMARA JR, Mattoso. *Contribuição à estilística portuguesa*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 45ª ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 2002.
- MARTINS, Nilce Sant’Anna. *Introdução à estilística: a expressividade na língua portuguesa*. Vol. 8. São Paulo: T. A./ Bull: Biblioteca universitária de língua e lingüística, 2000.
- MONTE, Marisa. Online: disponível na Internet www.lettras.mus.com/adrianacalcanhoto

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

A ESTRUTURA COMPOSICIONAL NOS GÊNEROS TEXTUAIS A ESCREVER: ESTUDO DE CASO¹

Sílvio Ribeiro da Silva (UNICAMP e UFG)

Bárbara Battistelli Rauber (UNICAMP e UFG)

Lanilda Teles (UNICAMP e UFG)

INTRODUÇÃO

Neste artigo, apresentamos parte de uma pesquisa na qual analisamos as propostas de produção escrita do livro didático *Português – Linguagens* (CEREJA & MAGALHÃES, 2002) do 3º e 4º ciclos do Ensino Fundamental, adotado nas escolas públicas estaduais de Jataí Goiás, observando a orientação dada para a redação quanto à construção composicional dos gêneros propostos para escrita. Aqui, colocaremos parte das análises feitas até então quanto à estrutura composicional das propostas de redação do livro da 6ª série.

A metodologia usada é a da *pesquisa aplicada* (Marconi & Lakatos, 1996), cuja caracterização se dá pelo seu caráter prático, isto é, em que os resultados sejam aplicados ou utilizados na solução de problemas que ocorrem na realidade. Também nos amparamos na *pesquisa experimental* (HYMANN, 1997), cujos levantamentos têm como objetivo a aplicação, modificação e/ou mudança de alguma situação ou fenômeno. Referente a cada um dos volumes, apresentaremos as propostas feitas pelo livro para a produção de textos a partir do critério *descritivo* de pesquisa (HYMANN, 1997). Finalmente, usando metodologia adotada por Costa Val (2003), assinalamos as ocorrências para cada uma das categorias estabelecidas quanto à estrutura composicional.

O ESTUDO DOS GÊNEROS AO LONGO DA HISTÓRIA

O conceito de gênero pode ter sua origem traçada até a filosofia clássica e a seus esforços de classificar os diversos aspectos da

¹ Este trabalho contribui com as investigações referentes às práticas de reflexão sobre a língua desenvolvidas pelos integrantes do Grupo de Estudos da Linguagem: análise, descrição e ensino (UFG/CNPq).

DEPARTAMENTO DE LETRAS

realidade (BREURE, 2001). O filósofo grego Aristóteles, proponente de uma visão de universo organizado segundo uma hierarquia rígida, propôs, em sua *Retórica*, que a arte da persuasão, a oratória, fosse organizada em três tipos — a *deliberativa*, a *forense* e a de *exibição* —, cada uma das quais tendo sua finalidade específica e ligada a uma dimensão temporal. Essa divisão, por sua vez, resultou da divisão do discurso em seus três elementos essenciais — *falante*, *assunto* e *ouvinte* — e da atribuição ao ouvinte do poder de determinar a finalidade e o objeto desse discurso (ARISTÓTELES, 1954).

Nos séculos XVIII e XIX, durante o Romantismo, o conceito de gênero com potencial classificatório, tal como concebido na Antigüidade, passou a ser questionado por sua incapacidade de dar conta da evolução histórica a que os gêneros são invariavelmente submetidos (BREURE, 2001).

Na segunda década do século XX, com o formalismo russo, escola de crítica literária influenciada pelos estudos lingüísticos de Ferdinand de Saussure, o conceito de gênero adquiriu nova relevância (BREURE, 2001). Para os formalistas, como para os românticos anteriormente, todo gênero evolui. A inovação da perspectiva formalista estava em ver essa evolução ocorrendo em ambos os aspectos constitutivos dos gêneros (forma e função) e em resposta ao surgimento de novos gêneros ou ao desenvolvimento de outros preexistentes.

Ainda segundo Breure, na metade do século XX, graças aos estudos de Mikhail Bakhtin, o interesse pelos gêneros ultrapassou o âmbito dos estudos literários para abarcar a comunicação oral e escrita. Bakhtin apresentou uma noção de língua como atividade social, histórica e cognitiva (MARCUSCHI, 2002), opondo-se à visão de discurso dos formalistas, que privilegiava os aspectos formais e estruturais. Os gêneros do discurso de Bakhtin seriam tipos relativamente estáveis de enunciados utilizados na comunicação.

Bakhtin argumenta que dentro de uma dada situação lingüística o falante/ouvinte produz uma estrutura comunicativa que se configurará em formas-padrão relativamente estáveis de um enunciado, pois são formas marcadas a partir de contextos sociais e históricos. Em outras palavras, tais formas estão sujeitas a alterações em sua estrutura, dependendo do contexto de produção e dos falantes/ouvintes

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

que produzem, os quais atribuem sentidos a determinado discurso. Logo, conclui-se que são muitas e variadas as formas dos gêneros do discurso (BAKHTIN, 2000).

Para Bakhtin, dada à riqueza e a variedade dos gêneros, eles podem ser separados em dois grupos : **gêneros primários** – aqueles que fazem parte da esfera cotidiana da linguagem e que podem ser controlados diretamente na situação discursiva, tais como bilhetes, cartas, diálogos, relato familiar – e **gêneros secundários** – textos, geralmente mediados pela escrita, que fazem parte de um uso mais oficializado da linguagem; dentre eles, o romance, o teatro, o discurso científico, os quais, por esta razão, não possuem o imediatismo do gênero anterior

Entretanto, os gêneros secundários acabam, de certo modo, suplantando os gêneros primários, considerando-se que estes fazem parte de uma troca verbal espontânea, e que aqueles representam uma intervenção nesta espontaneidade, pois se apresentam de modo mais complexo e, geralmente, escritos . Não é absurdo dizer que os gêneros primários são instrumentos de criação dos gêneros secundários. Daí, pode-se apontar as características dos gêneros do discurso: são formas-padrão de um enunciado que possuem um **conteúdo temático**², uma **estrutura composicional**³ e um **estilo**⁴, ou certa configuração de unidades lingüísticas

² Costa Val (2003) diz que os gêneros estabelecem pautas temáticas e formas típicas de tratamento do tema, à medida que, nas diferentes instâncias de uso da língua, se estabelecem diferentes expectativas quanto ao leque de assuntos pertinentes ou impertinentes, permitidos ou proibidos, e quanto ao grau de autenticidade, fidedignidade e exaustividade de sua abordagem.

³ Costa Val (2003) diz que os gêneros estabelecem padrões de estrutura composicional, isto é, modos típicos de organização do texto quanto a que partes o compõem e como elas se distribuem.

⁴ Para Costa Val (2003), os gêneros definem o estilo, orientando o processo de seleção de recursos lexicais e morfossintáticos no interior de cada frase e nas relações interfrasais.

DEPARTAMENTO DE LETRAS

AS CATEGORIAS ESTABELECIDAS PARA ANÁLISE DOS DADOS

Para conseguirmos estabelecer de que forma o livro didático em análise orienta os alunos na produção de textos quanto à estrutura composicional, estabelecemos categorias com as quais trabalhamos. O estabelecimento dessas categorias não leva em conta nenhum tipo de orientação teórica. As categorias são:

- a) Conceito do gênero.
- b) Modelo do gênero.
- c) Orientação espacial sobre o gênero.
- d) Orientação sobre o locutor e o interlocutor do gênero a ser produzido.
- e) Orientação específica sobre a redação do gênero a ser produzido.
- f) Nome específico do gênero em destaque no início da proposta de produção.

Na seqüência, comentamos o que entendemos ser cada uma das categorias estabelecidas⁵.

Conceito do gênero

Com essa primeira categoria, esperávamos encontrar nas propostas de produção de texto do livro didático orientações teóricas a respeito do que é cada gênero proposto. Assim, quando o livro propusesse a redação de uma carta comercial, por exemplo, deveria trazer o conceito desse gênero. Embora saibamos que o conceito do gênero não diz respeito necessariamente à sua estrutura composicional, estabelecemos essa categoria com o intuito de determinar que conceituando o gênero o livro didático já encaminha para o aluno a possibilidade de visualizá-lo estruturalmente.

⁵ Não queremos dizer que achamos ser necessário que o livro traga de forma explícita cada uma dessas categorias. As categorias são aquilo que acreditamos ser necessário usar na orientação de um gênero quanto à sua estrutura composicional.

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Modelo de gênero

Em relação ao modelo do gênero proposto, esperávamos encontrar a indicação de uma representação dele para facilitar a apropriação de sua estrutura composicional por parte dos alunos, tendo em vista que certos gêneros, como *e-mail*, por exemplo, por mais que a *Internet* esteja popular nos dias de hoje, ainda não faz parte das práticas de letramento de muitos alunos. Dessa forma, pensamos que a ausência do modelo tende a dificultar a sua apropriação estrutural por parte dos alunos.

Orientação espacial sobre o gênero

A orientação espacial sobre o gênero diz respeito à orientação oferecida no sentido de clarificar para os alunos *onde* colocar o *quê*. Evidentemente, para certos gêneros essa orientação não faz sentido. Porém, para outros, como o *cartão postal*, por exemplo, um gênero não muito comum na vida de muitos alunos, a ausência de indicação de *onde* colocar o *que* dificulta a redação.

Orientação sobre o locutor e o interlocutor do gênero

Essa orientação, para nós, é necessária para que o aluno não faça um texto apenas por fazer, para cumprir uma tarefa escolar ou receber uma nota, ou ainda como mecanismo para não ser punido em sala. Pensamos ser importante o aluno ter claro para si que é ele o autor do texto, bem como quem será/ia o receptor. Com isso, acreditamos que os alunos têm mais chance de perceber que diferentes gêneros, encaminhados para diferentes receptores, apresentam diferentes estruturas composicionais.⁶

Orientação específica sobre a redação do gênero

Esperávamos que o livro didático trouxesse orientações específicas para a redação de cada gênero proposto. Isso quer dizer que,

⁶ Não podemos nos esquecer de que os diferentes receptores podem interferir no estilo do gênero. Porém, por não estarmos, neste trabalho, observando questões a respeito do estilo, não nos debruçaremos sobre comentários a esse respeito.

DEPARTAMENTO DE LETRAS

ao propor a redação de um gênero narrativo qualquer, além das categorias já explicitadas anteriormente, o livro deveria indicar, em termos de estrutura composicional, como redigir o gênero narrativo.

Nome específico do gênero em destaque no início da proposta de produção

Com esta categoria, esperávamos que o livro trouxesse, no início das considerações acerca da redação do gênero em estudo, o seu nome. Não consideramos que a apresentação explícita do nome do gênero seja um dado pertinente para a sua redação. Mas cremos que essa nomenclatura favorece a apropriação do gênero pelo aluno, uma vez que fica mais evidente para ele que o gênero estará escrevendo.

METODOLOGIA DE AÇÃO

Para efetivação de nossa pesquisa, não é necessário aplicar questionário, observar e/ou gravar aulas, entrevistar alunos ou professores, tendo em vista o fato de que o objetivo da pesquisa não contempla nenhuma dessas tarefas. Da mesma forma, não é necessário contato com unidades escolares.

Referente a cada um dos volumes, apresentamos as propostas feitas pelo livro para a produção de textos a partir do critério *descritivo* de pesquisa (já mencionado na apresentação). Em seguida essas propostas são analisadas de acordo com o objetivo proposto a partir das categorias estabelecidas por nós.

Para o levantamento quantitativo dos dados, procedemos a uma tabulação, em cuja disposição, a partir de quadros, acreditamos ser possível a verificação de possíveis inter-relações entre eles.

APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Apresentamos, na seqüência, quadros com as categorias levantadas e assinalamos quais são ou não contempladas em cada um dos capítulos de todas as unidades do volume analisado.

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Quadro 1: Unidade I

Estrutura composicional	Capítulo 1	Capítulo 2	Capítulo 3
	O Mito	História Mitológica	Narrativa ⁷
Categoria 1	X	—	—
Categoria 2	—	X	—
Categoria 3	—	—	—
Categoria 4	X	X	X
Categoria 5	X	X	X
Categoria 6	X	—	—

Quadro 2: Unidade II

Estrutura composicional	Capítulo 1	Capítulo 2	Capítulo 3
	O texto de opinião	Texto argumentativo: verdade e opinião	Texto de opinião ⁸
Categoria 1	X	—	— ⁹
Categoria 2	X	X	X
Categoria 3	—	—	—
Categoria 4	— ¹⁰	X	X
Categoria 5	X	—	X
Categoria 6	X	X	—

⁷ O livro não traz o nome do gênero em estudo no capítulo. Esse nome foi dado por nós

⁸ *Idem*.

⁹ Acreditamos que o conceito não foi dado aqui por já ter sido dado no capítulo 1.

¹⁰ Nas orientações dadas pelos autores, aparece a indicação do locutor, mas não do interlocutor do gênero em estudo.

DEPARTAMENTO DE LETRAS

Quadro 3: Unidade III

Estrutura composicional	Capítulo 1	Capítulo 2	Capítulo 3
	Notícia	Entrevista	Entrevista citada
Categoria 1	X	X	— ¹¹
Categoria 2	X	X	X
Categoria 3	X	X ¹²	—
Categoria 4	X	X	— ¹³
Categoria 5	X	X	X
Categoria 6	X	X	X

Quadro 4: Unidade IV

Estrutura composicional	Capítulo 1	Capítulo 2	Capítulo 3
	Poema	Poema	Poema-imagem
Categoria 1	X	— ¹⁴	X
Categoria 2	X	X	X
Categoria 3	—	—	X ¹⁵
Categoria 4	X	X	X
Categoria 5	X	X	X
Categoria 6	X	X	X

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas unidades em observação, percebemos certa discrepância no que diz respeito às orientações dadas pelo livro quanto à estrutura composicional dos gêneros propostos para redação. Na unidade I, por exemplo, é bastante grande a diferença entre as orientações dadas no capítulo 1, que atende a 67% das categorias estabelecidas, e o capítulo 3, que só atende a 33% dessas categorias. Em relação à unidade III, já é perceptível um maior equilíbrio entre os capítulos, es-

¹¹ Embora o gênero seja o mesmo apresentado no capítulo anterior, achamos que o conceito teria que ser diferente, tendo em vista a qualificação que é dada ao termo entrevista.

¹² Achamos que a orientação espacial sobre o gênero entrevista poderia ter sido mais explícita. Porém, a consideramos plausível.

¹³ Nas orientações dadas pelos autores, aparece a indicação do locutor, mas não do interlocutor do gênero em estudo.

¹⁴ Acreditamos que o conceito não foi dado aqui por já ter sido dado no capítulo 1

¹⁵ O livro não traz orientação espacial do gênero de forma específica. Porém, consideramos que os exemplos apresentados dão ao aluno idéia de como orientar espacialmente a redação do texto concreto.

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

pecialmente entre os dois primeiros, os quais atendem a 100% das categorias.

Esses dados, confrontados com os que obtivemos na análise do volume da 5ª série,¹⁶ mostram variação no grau de preocupação dos autores com a redação dos alunos. No volume da 5ª série, duas unidades apresentam dados mais significativos: unidades I e IV. Na unidade I, a variação percentual entre os capítulos é bem pequena, ficando em 100% de atendimento das categorias no capítulo 1, 66% no capítulo II e 50% no capítulo 3. Já na unidade IV, detectamos 66% de atendimento a todas as categorias nos três capítulos constituintes.

Com isso, achamos que os autores demonstram oscilação no grau de preocupação com a redação dos alunos, embora ainda não saibamos como são as orientações dadas no que diz respeito ao estilo e ao tema neste volume, nem como é feita a orientação sobre as três características do gênero nos demais volumes, exceto a estrutura composicional do volume da 5ª série, já analisado por nós.

Até aqui, com a observação do livro em análise e do que já analisamos, podemos visualizar certo interesse por parte dos autores de livros didáticos pela apresentação de propostas de escrita mais bem estruturadas com melhores orientações para os alunos. Resta saber o que nos reservam os volumes da 7ª e 8ª séries.

¹⁶ A pesquisa referente ao livro da 5ª série deve ser publicada nos anais do 15º Congresso de Leitura do Brasil ocorrido em 2005.

DEPARTAMENTO DE LETRAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓTELES. *Aristotle's rhetoric*. Book I, Chapter 3. Tradução de W. Rhys Roberts. Disponível em www.public.iastate.edu/~honeyl/Rhetoric/rhet1-3.html. Consulta em março de 2006.

BAKHTIN, M. “Os gêneros do Discurso”. **In:** —. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BRASIL, Ministério da Educação. *Parâmetros curriculares nacionais - 3º e 4º ciclos do ensino fundamental – língua portuguesa*. Brasília/DF: SEF/MEC, 1998.

BREURE, L. *Development of the genre concept*. Disponível em www.cs.uu.nl/people/leen/GenreDev/GenreDevelopment.htm. Consulta em maio de 2005.

CEREJA, W. R. & MAGALHÃES, T. C. *Português – linguagens, 5ª série*. São Paulo: Atual, 2002.

COSTA VAL, M. da G. C. “Atividades de Produção de Textos Escritos em Livros Didáticos de 5ª à 8ª séries do Ensino Fundamental”. **In:** ROJO, R. & BATISTA, A. A. *Livro didático de língua portuguesa, letramento e cultura da escrita*. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

HYMANN, H. *Planejamento e análise da pesquisa*. Rio de Janeiro: Lidador, 1997.

MARCONI, M. de A. & LAKATOS, E. M. *Técnicas de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1996.

MARCUSCHI, L. A. “Gêneros textuais: definição e funcionalidade” **In:** DIONÍSIO, Â. et al. *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

A INFLUÊNCIA ESPANHOLA NA EDIÇÃO DE 1584 D'OS LUSÍADAS¹⁷

Maria Paula Lamas¹⁸

A epopeia camonianiana, obra-prima do Renascimento português, apresenta as proezas do povo lusitano rumo ao Oriente através de um mar até àquela ocasião inexplorado. O momento mais temível era a passagem do Cabo das Tormentas, que representava a luta hercúlea do homem contra a natureza e cuja difícil transposição vai contribuir para a divinização dos marinheiros. No final do poema os heróis vão ser premiados pelos triunfos alcançados, reencontrando a *Idade do Ouro*, o Paraíso perdido. A imortalização dos portugueses vai materializar-se na Ilha dos Amores através do seu envolvimento amoroso com as ninfas e da união do capitão Vasco da Gama com Tétis, deusa da água, simbolizando a conquista do mar.

Luís de Camões relata acontecimentos verídicos sobre a História de Portugal e os Descobrimentos, ao contrário do que se verifica nas epopeias clássicas que lhe serviram de inspiração, como a *Eneida* de Virgílio, que apresenta as fantasiosas façanhas de Eneias. Para que a sua narrativa correspondesse à realidade, o Poeta recorreu principalmente aos cronistas e historiadores portugueses. Paralelamente aos episódios históricos vão ocorrer as intervenções dos deuses sem que este aspecto desminta o propósito de Luís de Camões em seguir a verdade, pois também as divindades e respectivas acções se encontram imbuídas de realismo.

Ao perpetuar sublimemente a descoberta do caminho marítimo para a Índia pelos lusitanos, Luís de Camões eleva-se à categoria de herói, concretizando-se o desejo por si expresso na Invocação às

¹⁷ Comunicação apresentada (em versão espanhola) no VII Congresso da AISO, realizado em Cambridge, em Julho de 2005.

¹⁸ Na revista *Soletras* (Ano 5, nº 10, jul./dez. 2005), nas páginas 4 e 7, onde se lê *Maria Paula Palmas*, deve ler-se *Maria Paula Lamas* (artigo «Aguarelas de Cesário Verde»).

DEPARTAMENTO DE LETRAS

ninfas do Tejo em que lhes solicita uma grandiosidade de estilo idêntica à magnitude dos feitos narrados.¹⁹

A primeira edição da epopeia camoniana surgiu em 1572, tendo sido impressa por António Gonçalves, em Lisboa. No entanto, datadas deste mesmo ano há duas versões muito semelhantes, uma ilustrada no frontispício com um pelicano a olhar para a esquerda do leitor e a outra de pelicano voltado à direita. Ao longo dos tempos, muitos investigadores têm-se debruçado sobre os primeiros exemplares d'*Os Lusíadas*, tentando descobrir qual é a edição *princeps*. Na sequência destas pesquisas têm surgido posições divergentes, desde a convicção de serem duas edições distintas até à hipótese de se tratar apenas de diferentes impressões ou estados de uma só edição.

Nos finais do século XVII, Manuel de Faria e Sousa vai ser o primeiro a assinalar a existência de duas edições da epopeia camoniana com data de 1572.²⁰ Mais tarde, em 1817, o Morgado de Mateus ao publicar *Os Lusíadas* vai igualmente referir esse facto. Apesar de não terem explorado a questão da primeira edição, ambos tinham a convicção de que a *princeps* seria a que apresenta no frontispício o pelicano a olhar para a direita do leitor, por aparentar ser aquela que fora corrigida por Luís de Camões.

Pouco tempo depois, Sebastião Francisco de Mendo Trigoso vai confrontar minuciosamente as duas edições, verificando as diferenças. De acordo com o seu parecer, a primeira edição é a que apresenta no frontispício o pelicano a olhar para a direita do observador que, devido à sua reduzida tiragem, se teria esgotado rapidamente. Como era difícil obter uma nova licença para uma segunda edição,

¹⁹ «(...) / Dai-me igual canto aos feitos da famosa / Gente vossa, que a Marte tanto ajuda; / Que se espalhe e se cante no Universo, / Se tão sublime preço cabe em verso. (CAMÕES, 2000: 72).

²⁰ «Aviendo, pues, llegado el P. a Lisboa el año de 1569., el de 1572., publicó por medio de Estampa su Lusíada, aviendosele concedido Privilegio Real en 4. de Setiembre de 1571. / Dió con el un gran etallido en todos los oídos, y un resplandor grande a todos los ojos más capaces de Europa. / El gasto desta impresion fue de manera, que el mismo año se hizo otra. Y porque esto ha de parecer nuevo, y no *facil de creer*, yo asseguro que lo he examinado bien en las mismas *dos ediciones* que yo tengo; por diferencias de caracteres; de ortografía; de erratas que ay en la primera, y ven emêdadas en la segunda; y de algunas palabras con que mejoró lo dicho.» (Cf. COUTINHO, 1981: 578).

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Sebastião Trigoso é da opinião de que esta terá saído com a mesma data para parecer que se tratava da publicação de 1572.

No seu estudo Sebastião Trigoso referencia ainda o facto de *Os Lusíadas* se voltarem a imprimir mais tarde, em 1584, com alterações introduzidas devido à censura, o que considera condenável, pois ninguém tem o direito de corrigir o texto alheio. Sebastião Trigoso explica que ao longo da epopeia houve deturpações, a nível religioso e político, dando exemplos do exposto. Assim, na estrofe 23 do canto I, a palavra *Deoses* foi substituída por *Idolos*:

Em luzentes assentos marchetados
D'ouro e de perlas, mais abaixo estavam
Os outros Idolos todos assentados. (TRIGOSO, 1822: 174);

e, no canto IV, estrofe 40, os versos:

Os Pereiras tambem arrenegados
Morrem, arrenegando o Ceo e os Fados. (TRIGOSO, 1822: 177)

foram alterados para:

Os Pereiras que tambem são rebellados,
Finalmente são aqui desbaratados. (TRIGOSO, 1822: 177).

Estes últimos versos são respeitantes ao episódio que relata a Batalha de Aljubarrota travada entre portugueses e espanhóis. D. Fernando morre em 1383, deixando o país em crise, pois a sua filha, D. Beatriz, herdeira da coroa, encontrava-se casada com o rei de Castela e a sua subida ao trono colocaria em perigo a independência lusitana. Muitos portugueses vão-se opor a esta possibilidade, pretendendo ter como rei o Mestre de Avis, filho bastardo de D. Pedro. Assim, surgem duas correntes oponentes: uma que é favorável a D. Beatriz e que conta com o apoio de sua mãe, D. Leonor Teles, e de outros nobres, tais como os dois irmãos de D. Nuno Álvares Pereira; a outra, que apoia D. João, e é liderada pelo *Condestável*. Este corajoso combatente, tomando as rédeas do respectivo exército, incentiva os portugueses a lutarem, assegurando a sua liberdade. A respeito desta guerra que confronta irmãos, Luís de Camões lamenta esta triste situação, privilegiando, no entanto, o patriotismo relativamente aos laços familiares.²¹ De facto, apesar de os combatentes portugueses se-

²¹ «Eis ali seus irmãos contra ele vão / (Caso feio e cruel!); mas não se espanta, / Que menos é querer matar o irmão, / Quem contra o Rei e a Pátria se alevanta. / Destes arrenegados mui-

DEPARTAMENTO DE LETRAS

rem poucos e os adversários muitos e temíveis, a independência lusitana foi preservada devido a um estratégico plano de combate posto em prática e liderado por Nuno Álvares Pereira. Ao relatar a Batalha de Aljubarrota, Luís de Camões hiperboliza a ferocidade e a valentia dos castelhanos, engrandecendo ainda mais a vitória lusa:

Deu sinal a trombeta Castelhana,
Horrendo, fero, ingente, e temeroso;
Ouviu-o o monte *Artabro*, e Guadiana
Atrás tornou as ondas de medroso. (CAMÕES, 2000: 172).

Opondo-se a Sebastião Trigoso, Tito de Noronha, em 1880, vai defender a tese de que a edição original é a que apresenta no frontispício o pelicano a olhar para a esquerda do observador, fundamentando o seu parecer no facto de a outra ser mais incorrecta e não ter sido impressa por António Gonçalves. Tito de Noronha considera que se este impressor tivesse tido a seu cargo o referido trabalho, naturalmente, teria utilizado a mesma portada. No entanto, tal não aconteceu, pois esta apenas é copiada pelo original, o que explica a estampa ter ficado em posição invertida relativamente à inicial.

Para Tito de Noronha, a segunda edição d'*Os Lusíadas* é a dos *Piscos*,²² ou seja, a de 1584, em que houve deturpações devido à censura. Este investigador pensa que a edição que apresenta no frontispício o pelicano a olhar para a direita teria surgido, clandestinamente, em data próxima da edição de 1584, para poder competir com esta em termos de venda, pois as modificações aqui patentes eram tantas que se impunha uma recuperação do primeiro texto.

Posteriormente, em 1910, Epifânio Dias vai diferenciar através das letras *A* e *B* as duas edições datadas de 1572. Sobre a prioridade cronológica este estudioso não tem quaisquer dúvidas quanto à anterioridade da edição *A*, ou seja, a que apresenta o pelicano a olhar para a esquerda, pois há gralhas que surgem na edição *B* que só se explicam devido ao desconhecimento de certas palavras, o que afasta

tos são / No primeiro esquadrão, que se adianta / Contra os irmãos e parentes (caso estranho!), / Quais nas guerras civis de Júlio e Magno". (CAMÕES, 2000: 173).

²² «A designação de ed. dos *Piscos* resulta de uma infeliz explicação dada à estância LXV do Canto III ('Com estas sujugada foi Palmela e a piscosa Cezimbra e juntamente ...'), apresentada assim: 'A piscosa Cezimbra porque, em certo tempo se ajunta ali grande quantidade de piscos para passarem à África'. (SERRÃO, 1973: 3).

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

a hipótese de serem da autoria de Luís de Camões. O ilustre camonista documenta a sua tese, apresentando exemplos que atestam o exposto, como acontece com a palavra *Cipião* que foi substituída por *Capitam*.²³

Uns anos mais tarde, em 1921, José Maria Rodrigues também vai distinguir as duas edições, recorrendo às letras *Ee* e *E*, siglas que virão a ser contestadas por David Jackson.²⁴ A edição que tem o pelicano a olhar para a esquerda é designada por José Maria Rodrigues por *Ee* devido ao penúltimo verso da primeira estrofe da epopeia que começa pela copulativa *e*.²⁵ A outra edição, *E*, suprime a conjunção, motivo que leva o ilustre camonista a considerá-la falsa, pois este lapso separa o período gramatical em causa, alterando por completo o sentido dos versos, e, confirmando, deste modo, a autenticidade da edição *Ee*.²⁶

²³ «Em VIII 32, a edição *A* tem 'Portugues Cipião chamarse deue'; a *B* 'Portugues Capitam chamarse deue'. É moralmente impossível que um compositor, tendo diante dos olhos 'Capitam' (ou 'Capitão'), lesse 'Cipião', (ou 'Cipiam'); 'capitão' é palavra corrente, o que não acontece a 'Cipião', e, como é sabido, a gente inculca quando interpreta o que lhe fere os olhos ou os ouvidos, substitue o desconhecido pelo conhecido, e não ao revés. É por conseguinte certo, que foi a edição que tem 'Cipião', isto é *A*, a que serviu de original á que tem 'Capitam', isto é a *B*.» (CAMÕES, 1972: XXVII).

²⁴ «As siglas que definitivamente separam as duas impressões, ou os dois estados, são: OCTVO / OCTAVO, a identificação do canto no fólio 128; e 149 / 145, sendo em ambos os casos uma numeração equivocada para a foliação do verdadeiro f. 154. Todas as cópias de 'E' (...) possuem a leitura OCTVO no fólio 128, a qual foi corrigida em todas as cópias de 'Ee' para OCTAVO. Da mesma maneira, todas as cópias de 'E' levam o número 149 na verdadeira f. 154, enquanto em todas as cópias de 'Ee' a leitura é 145 (com os dois últimos algarismos invertidos). As impressões d'*Os Lusíadas* de 1572 só podem ser diferenciadas definitivamente pelas siglas OCTVO / OCTAVO e 149 / 145, ambas as quais devem substituir a antiga designação 'E' e 'Ee'.» K. David Jackson, *Luís de Camões e a Primeira Edição d' Os Lusíadas, 1572: Uma Introdução ao CD-ROM*, Dartmouth, Center for Portuguese Studies and Culture, 2003, p. 10-11.

²⁵ «As armas e os barões assinalados / Que, da Ocidental praia Lusitana, / Por mares nunca dantes navegados / Passaram ainda além da *Taprobana*, / Em perigos e guerras esforçados / Mais do que prometia a força humana, / E entre gente remota edificaram / Novo Reino, que tanto sublimaram; / (...).(CAMÕES, 2000: 71).

²⁶ «O confronto do texto, da ortografia e do material tipográfico das duas edições não deixa dúvidas a respeito da prioridade de *Ee*. / (...) encontram-se em *E* discordâncias de *Ee*, que não podem provir do manuscrito do Poeta, nem se explicam como erros de imprensa. (...) no original por que se fez a composição com certeza se lia o que está em *Ee* - *E entre* -, pois a supressão da copulativa, feita por *E*, desliga uma da outra as duas primeiras est. do poema, que

DEPARTAMENTO DE LETRAS

Contrariando José Maria Rodrigues, Aquilino Ribeiro utiliza o mesmo exemplo para, no entanto, defender ponto de vista oposto. Este escritor considera impossível, numa segunda edição, falsa ou verdadeira, a criação de um grave erro, como o da supressão da copulativa *e* que, opondo-se à própria sintaxe e constituindo um contra-senso, demonstra, segundo a sua opinião, que a edição *princeps* só pode ser aquela em que não aparece a referida conjunção, ou seja, a que tem no frontispício o pelicano a olhar para a direita do observador.²⁷

Opondo-se a Aquilino Ribeiro, Frazão de Vasconcelos, em 1949, vai considerar a edição *Ee* como a *princeps*, defendendo que a segunda foi a de 1584. Portugal encontrava-se desde 1580 sob o domínio espanhol, pois D. Sebastião tinha desaparecido em 1578, na Batalha de Alcácer Quibir, sem deixar qualquer descendência, proporcionando a ocupação do trono por parte de Filipe II de Espanha, I de Portugal. Como a censura era rigorosa na época, e, de acordo com os interesses régios, a edição d'*Os Lusíadas* de 1584 sofreu mutilação. A título de exemplificação, Frazão de Vasconcelos apresenta o verso 1 da estrofe 34, do canto III, relativo aos conflitos entre D. Afonso Henriques e sua mãe, que se recusava a entregar ao filho a terra que lhe competia por morte de seu pai. Neste caso, verifica-se uma deturpação notável, pois o verso: «*Eis se ajunta o soberbo Castelhana*» (VASCONCELOS, 1949: 5) foi alterado para: «*Eis se ajunta o valente Castelhana*». (VASCONCELOS, 1949: 5). Este exemplo é bem elucidativo da preocupação em agradar ao regime filipino, motivo que terá levado à substituição do adjetivo *soberbo* para *valente*, modificando, por completo, o sentido dos versos. Frazão de Vasconcelos admite que, por motivos de ordem patriótica, terá surgido pouco tempo depois da publicação dos *Piscos* uma falsa edição (*E*), semelhante à primeira (*Ee*), que teria como objectivo confortar os que

formam um só período gramatical, e altera-lhes completamente o sentido (...).» (CAMÕES, 1921: I).

²⁷ «Repugna ao entendimento que uma segunda edição, clandestina ou não, com revisão do autor ou sem ela, criasse, suprimindo a copulativa, uma gralha onde ela não existia. Gralha tão grave que brigava com o discursivo do argumento epopeico e com a própria sintaxe. Contra-senso em toda a linha. Esta errata bastaria por si só, repetimos, antes de mais nada, para anunciar logo do limiar, clangorosa como a trombeta castelhana, qual era e edição claudicante, primeira por consequência, a do pelicano que olha para a direita.» (RIBEIRO, s. d.: 16).

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

se encontravam decepcionados com o regime que vigorava nessa ocasião em Portugal.

Igualmente sobre o mesmo assunto debruçou-se António José Saraiva que partilha da opinião de que a edição *Ee é a princeps*. Este historiador pensa que a segunda é a dos *Piscos* e que entretanto a procura da primeira edição teria aumentado no mercado, conduzindo à sua falsificação através de uma reprodução muito semelhante do texto e dos desenhos. António José Saraiva considera que a aparição desta edição funcionava para os portugueses como um testemunho vivo do que fora Portugal na época da glória e da independência. (Cf. SARAIVA, 1978: 13).

Para Artur Anselmo, o domínio filipino explica em parte o facto de o mesmo censor, o frade Bartolomeu Ferreira, ter adoptado atitudes diferentes nos dois momentos distintos em que verificou o texto de Luís de Camões: em 1572, o referido frade afirmou que o poema não continha nada contrário aos bons costumes, compreendendo as referências pagãs, pois considerou-as como um embelezamento; em 1584,²⁸ sob a égide filipina, e, de acordo com os interesses que vigoravam nessa ocasião em Portugal, o mesmo homem altera o poema, comentando no final que daquela maneira emendado o texto já não atentava contra a moralidade e a fé.

Ao longo dos tempos a questão da edição *princeps* d'*Os Lusíadas* tem vindo a suscitar muitas análises e consequentes pareceres divergentes. Mais recentemente, no final do século XX, David Jackson confrontou vários exemplares da epopeia camonianiana, datados de 1572, que se encontram espalhados pelo Mundo. No seu estudo David Jackson verificou que há certos casos, embora raros, que não se encaixam nem na edição que apresenta no frontispício o pelicano a olhar para a direita do observador nem na outra em que o pelicano está virado à esquerda, concluindo que correspondem a diferentes

²⁸ «Na edição 'dos Piscos' há dois tipos de mutilações censórias: um de carácter político e outro que, *grosso modo*, podemos considerar de carácter religioso. Com intuítos marcadamente políticos, pensando na conveniência de adaptar o poema aos condicionalismos da Monarquia Dual, houve o cuidado de evitar tudo quanto pudesse ferir o patriotismo das novas autoridades (...).» (ANSELMO, 1982: 39).

DEPARTAMENTO DE LETRAS

momentos de transição.²⁹ Este investigador, embora não afaste por completo a hipótese da existência de duas edições distintas, inclina-se mais para a possibilidade de serem diferentes impressões ou estados que teriam ocorrido em ocasiões próximas, o que explicaria a introdução de sucessivas modificações, a nível tipográfico, e o facto de alguns fólios se encontrarem misturados.

De elevado interesse nacional e internacional, a epopeia camoniana tem sido freqüentemente reimpressa nos vários continentes, seguindo a edição original de 1572. Com base em diversos estudos realizados por eruditos, tudo leva, de facto, a crer que o texto escrito por Luís de Camões foi mantido, pelo que os portugueses se podem orgulhar de possuir a verdadeira mensagem do magnânimo Poeta³⁰ - uma mensagem de patriotismo e de amor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANSELMO, Artur, *Camões e a censura literária inquisitorial*. Braga: Barbosa & Xavier, 1982.

CAMÕES, Luís de, *Os Lusíadas*. Org. de José Maria Rodrigues. Lisboa: Tip. da Biblioteca Nacional, 1921.

———. *Os Lusíadas*. 3ª ed. Org. de Augusto Epifânio da Silva Dias. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1972.

²⁹ «Há exemplares raros, associados à edição 'E', mas com variantes que não pertencem nem ao padrão da 'EE' nem da 'E' (...). Concluímos que se trata de um momento de transição entre as duas edições, já que três desses volumes também têm intercalações da 'EE' (...) / (...) / Na transição houve influência da edição 'E' sobre 'EE', na medida em que esta vai-se transformando naquela. A conclusão é indicada devido às muitas intercalações de 'E' na 'Ee', enquanto o contrário é muito mais incomum. Assim, é provável que a edição 'EE' tenha sido impressa primeiro: mas a conclusão mais fundamental é de que as duas edições foram preparadas concomitantemente, sofrendo mudanças tipográficas às vezes radicais, logo encadernadas, com os seus fólios misturados. Isto produziu dois grandes padrões de edição, 'Ee' e 'E', mas resultou também em muitos exemplares diferentes e raríssimos, cujo conteúdo documenta as fases de impressão.» (JACKSON, 1991: 595).

³⁰ «(...) existe una tradición lírica, la del dolor y la alegría, que es común a todos los pueblos peninsulares, y que Camões es genial representante de ese nexo, aunque haya dado por vía erudita algo que solamente Portugal tiene y de lo que puede enorgullecerse con toda justicia: *Os Lusíadas*.» (VICENTE, 1981: 41).

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

———. *Os Lusíadas*. Intr. de António José Saraiva. Porto: Figueirinhas, 1978.

———. *Os Lusíadas*. Org. de Emanuel Paulo Ramos. Porto: Porto Editora, 2000.

COUTINHO, B. Xavier. A edição 'princeps' de *Os Lusíadas*. **In:** *XVI Separata dos Arquivos do Centro Cultural Português*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981.

JACKSON, Kenneth David. Para uma edição crítica de *Os Lusíadas*, 1572: a contribuição dos exemplares mais raros. **In:** *Estudos Portugueses Homenagem a Luciana Stegagno Picchio*. Lisboa: Difel, 1991.

———. *Luís de Camões e a Primeira Edição d' Os Lusíadas, 1572: Uma Introdução ao CD-ROM*. Dartmouth: Center for Portuguese Studies and Culture, 2003.

NORONHA, Tito de. *A primeira edição dos Lusíadas*. Porto: E. Chardron, 1880.

RIBEIRO, Aquilino. A edição 'princeps' dos *Lusíadas*. **In:** *Separata do Boletim da Junta de Província de Estremadura*. Lisboa: Livraria Bertrand, [s/d.].

SERRÃO, Eduardo da Cunha. As edições quinhentistas de *Os Lusíadas* e as primeiras traduções. **In:** *Separata da Revista dos Correios e Telecomunicações*, n° 26. Lisboa, 1973.

TRIGOSO, Sebastião Francisco de Mendo, Exame crítico das primeiras cinco edições dos *Lusíadas*. **In:** *Memórias da Academia das Ciências*. Lisboa, 1822.

VALVERDE, José Filgueira. 'Os Lusíadas' em si mesmos como monumento. **In:** *Separata de Actas da I Reunião Internacional de Camonistas*. Lisboa: Neogravura, 1973.

VASCONCELOS, Frazão de. A edição princeps dos *Lusíadas*. **In:** *Separata da Revista Independência*, n° 10 Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1949.

VICENTE, Alonso Zamora. Relaciones literarias hispano-portuguesas. **In:** *Cuatro lecciones sobre Camoens*. Madrid: Fundación Juan March y Ediciones Cátedra., 1981.

DEPARTAMENTO DE LETRAS

A VERDADE MÍTICA E A FALA POÉTICA EM UBIRAJARA, DE JOSÉ DE ALENCAR

Alexandra Vieira de Almeida (UERJ)

No *Ubirajara*, José de Alencar pretendia teoricamente apresentar o índio ideal, o protótipo do “bom selvagem”. Por outro lado, queria afirmar a verdade última do mito, o “dizer primordial”, já que a cultura antes do descobrimento, a cultura pré-americana, apresentava-se como modelo primordial, encerrando as possibilidades de futuras transformações a partir da contaminação histórica. Assim, *Ubirajara* seria uma forma primeira, um protótipo de todas as significações e de todos os valores que os arquétipos míticos nos trazem. Mircea Eliade no livro *Aspectos do mito*, define bem esta “perfeição dos primórdios”. (ELIADE, [s/d.]: 47)

Reportando-nos à *Ciência Nova*, de Giambattista Vico, descobrimos uma relação intrínseca entre o modo de pensar mítico com o modo de pensar poético. Vico afirma que o uso metafórico precede o uso literal. A poesia vem antes da prosa. Os primeiros humanos pensavam poeticamente. Assim, com a descoberta da América, a Europa viveria a idade dos homens? E a América? Estaria vivendo na época dos heróis antes do choque cultural? *Ubirajara* representaria esse pensamento heróico, em que predominava a poesia? Para Vico, a idade dos homens seria a da razão, em que prima o pensamento racional na sua “história ideal eterna”. Dessa forma, Alencar relaciona os personagens de *Ubirajara* a estes primeiros humanos que falavam poeticamente. *Ubirajara* fala poeticamente, assim como as outras personagens. *Ubirajara*, portanto, é menos Brasil, cultura primeva, nacional, e mais matriz mítica, com seu fundo temático universal. Essa língua heróica utilizava comparações, imagens, metáforas, falada no tempo em que reinavam os heróis. Assim, para Vico, a primeira ciência que se deve aprender é a mitologia, que é a interpretação das fábulas, sendo as primeiras histórias dessas nações. Os primeiros homens estavam imersos nos sentidos, assim como as personagens do Romantismo. Vico diz:

Assim, pois, a sabedoria poética, que foi a primeira sabedoria da gentildade, teve de começar por uma metafísica, não raciocinada e abstrata, como a de agora, dos doutos, mas sentida e imaginada como deve ter sido pelos primeiros homens, pois aqueles, desprovidos de qualquer

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

raciocínio, eram dotados de sentidos robustos e vigorosíssimas fantasias... (VICO, 1999: 153)

Alencar afirma na “Advertência”: “As coisas mais poéticas, os traços mais generosos e cavalheirescos do caráter dos selvagens, os sentimentos mais nobres desses filhos da natureza, são deturpados por uma linguagem imprópria...” (ALENCAR, 1926: 176) As metáforas condizem ao campo semântico da Natureza, demonstrando o contato harmônico do ser mítico com o cosmos, essa primeira natureza, em que o homem não precisava buscar um sentido, pois o sentido da totalidade era imanente ao ser. Jaguarê diz: “– A filha dos tocantins tem no pé as asas do beija-flor; mas a seta de Jaguarê voa como o gavião”. (ALENCAR, 1926: 7)

A grande invenção mimética em Alencar foi juntar esses dois mundos antes que eles se encontrassem realmente. No romance em questão, “o selvagem não se dará em total liberdade social. Encontra-se em hierarquização social, paralela, e tão rígida quanto a européia” (SANTIAGO, 1982: 105), como esclarece Silviano Santiago no ensaio “Liderança e hierarquia em Alencar”. Só que essa personagem transita ao mesmo tempo no espaço mítico da Natureza. Esse entrecruzamento de contrários, antes mesmo do estabelecimento do colonizador no Brasil, reforça a própria estruturação mítica da *coincidentia oppositorum*. Ubirajara é um herói clássico, que passa por todo um rito de passagem, elevando-se de caçador a guerreiro.

Ubirajara, da nação Araguaia, vence o inimigo Pojucã e diz: “Eu sou Ubirajara, o senhor da lança, que venceu o primeiro dos guerreiros de Tupã”. (ALENCAR, 1926: 28) Aqui, ele muda seu nome para Ubirajara, o “senhor da lança”. Vencendo o inimigo, Ubirajara submete o inimigo ao suplício, não contradizendo a nota explicativa do próprio autor, que critica a visão genérica e pejorativa que os cronistas tinham dos índios americanos como antropófagos. No romance, Ubirajara responde ao seu inimigo e prisioneiro de guerra que não recusará o suplício ao Pojucã, motivo de orgulho não só para a tribo vencida, como para a vencedora, pois a força do inimigo será incorporada ritualisticamente ao vencedor e sua tribo. Ubirajara diz:

Ubirajara não recusa ao bravo chefe tocantim, seu terrível inimigo, o suplício, que não negaria a qualquer guerreiro valente. Ele esperava que tua ferida se fechasse de todo, para que o grande Pojucã possa, no dia do

DEPARTAMENTO DE LETRAS

último combate, sustentar a fama de seu nome, e a glória de um varão que só foi vencido por Ubirajara. (ALENCAR, 1926: 49)

Nesse romance, Alencar trabalha, então, com a idéia da antropofagia tanto física quanto cultural e lingüística. De acordo com suas notas explicativas, o sacrificio humano era uma glória, um momento específico do ritual reservado aos guerreiros ilustres quando estes caíam prisioneiros. Era uma honra para o próprio prisioneiro morrer no meio da festa guerreira e ser comido, pois tal ritual comprovava sua força e valor. O autor diz na nota:

Os restos do inimigo tornavam-se pois como uma hóstia sagrada que fortalecia os guerreiros; pois às mulheres e aos mancebos cabia apenas uma tênue porção. Não era a vingança; mas uma espécie de comunhão da carne; pela qual se operava a transfusão do heroísmo. (ALENCAR, 1926: 210)

Essa posição refaz o momento mítico da *coincidentia oppositorum*. Alencar neutraliza as oposições, atenua as divergências nesse ato mágico e ritual, demonstrando, assim, uma postura anti-dialética, através da fusão dos opostos caracterizados na figura do vencedor e do vencido, que se transformam num só. Dessa forma, ele não contradiz a tentativa de mostrar o modelo ideal dos heróis ou dos deuses, mas quebra a idealização do índio visto teoricamente como “bom selvagem”, pois o herói clássico equaciona em si características negativas e positivas. A ambigüidade da personalidade perpassa todas as figuras do imaginário greco-romano, como o herói Aquiles, o deus Dioniso, que tinha o apelido de *Biformis*, Διμορφος. A própria Bíblia mostra suas contradições, ao revelar no Antigo Testamento um Jeová ao mesmo tempo doador da bênção e da maldição, um Deus dócil e colérico, mostrando, assim, as contradições que não obedecem a uma lógica binária. Em *Ubirajara*, Tupã apresenta a mesma configuração arquetípica da linguagem mítica: “Ele, que afrontava a cólera de Tupã, quando o deus irado rugia do céu, curvar-se ao aceno de um homem, fosse embora o mais pujante dos filhos da terra?” (ALENCAR, 1926: 46)

Alencar, de um lado, mostra o herói valoroso que passa por provas para testar a sua constância. O pajé da nação tocantim diz: “- Não basta que o guerreiro seja forte e valente, para merecer esposa. É preciso que tenha a constância do varão, e não se perturbe com o sofrimento”. (ALENCAR, 1926: 113) Por outro lado, vemos a punição atribuída àqueles que não obedecem aos códigos sistematizados

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

pela tribo, quebrando com a idéia da univocidade do “estado natural”, o “bom selvagem”: “-Os ritos de tua nação não punem a noiva que rejeita o prisioneiro?” (ALENCAR, 1926: 52) A expressão utilizada por Alencar para o fruto de união entre o prisioneiro e a moça da tribo inimiga é *marabá* (filho da guerra). Essa junção, mestiçagem entre o prisioneiro e a índia da tribo do vencedor só reforça a *coincidentia oppositorum*.

O rito de hospitalidade também refaz o momento cosmogônico (repetição do *ab origine*), de conciliação dos opostos. O imaginário grego tratou desse rito de gentileza e cordialidade para com o próximo, através de Homero, na *Ilíada* e *Odisséia*. Em *Ubirajara*, a chegada do hóspede é confundida, inicialmente, com a vinda de Sumé na origem da formação daquela organização social e cultural:

O hóspede é mensageiro de Tupã. O primeiro que apareceu na taba dos avós da nação tocantim, foi Sumé, que veio donde a terra começa e caminhou para onde a terra acaba.

Dele aprenderam as nações a plantar a mandioca para fazer a farinha, e a tirar do caju e do ananás o generoso cauí, que alegra o coração do guerreiro. (ALENCAR, 1926: 63-64)

Alguns grupos indígenas também verão os europeus como deuses e o rito de hospitalidade terminará facilitando a conquista. Em *Ubirajara*, a hospitalidade é um costume herdado dos maiores entre a tribo e o hóspede mandava na taba aonde Tupã o conduzia. Nesse sentido, a experiência do outro, da alteridade, é assimilada pela tribo dos tocantins: “O viajante é senhor na terra que ele pisa como hóspede e amigo; e o nome é a honra do varão ilustre, porque narra sua sabedoria. Pergunta ao estrangeiro como ele quer ser chamado na taba dos tocantins!” (ALENCAR, 1926: 68-69) *Ubirajara* troca de nome temporariamente e se denomina Jurandir, “o que veio trazido pela luz”, identificando-se, assim, com os ritos da tribo inimiga. A troca de nomes é constante nos romances estudados. No plano da linguagem, aponta para a dissolução de um sentido único, para a quebra da noção identitária. O sujeito está em constante devir, em construção, inacabado. Macunaíma, por exemplo, trocará de raças e funções. A pluralidade da linguagem nos faz ver a pluralidade do ser, que não se mostra como “isto” ou “aquilo”, mas como presença e ausência de trocas e transferências que apontam para o espaço imaginário do mito, que se realiza a partir da metáfora e da metonímia, como lugares das sínteses e condensações.

DEPARTAMENTO DE LETRAS

Num outro momento, Ubirajara irá praticar a bigamia, intensificando a *coincidentia oppositorum*, característica do mito e da linguagem literária. Alencar procura neutralizar as oposições entre as tribos inimigas: araguaia e tocantim, através de construções mitopoéticas, valores extremamente caros ao Romantismo. Isso já se apresentara no Romantismo alemão, com a mistura de temporalidades, como podemos perceber em Goethe: o clássico e o romântico, a tradição e o moderno. Em *Fausto*, ocorre a união entre Fausto e Helena de Tróia, gerando um terceiro elemento híbrido.

A união dos arcos demonstra esse rompimento com as linhas de parentesco, que segundo Freud seriam definidas pelo totem, que é o antepassado comum do clã. Citando James Frazer, Freud afirma: “O laço totêmico é mais forte que os laços de sangue ou de família no sentido moderno”. (FREUD, 1999: 14) Assim, os dois arcos de cada tribo delimitariam os dois objetos sagrados e poderosos que as separam. O ancestral comum que será passado de geração em geração, sendo aquele que é o mais forte, que vergará o arco-chefe de Itaquê de forma mais precisa (aqui podemos comparar com a prova do arco concedida a Ulisses na *Odisséia*), será o detentor do poder e chefe da tribo, servindo de modelo arquetípico a ser seguido. Ubirajara acabará tendo duas esposas, sendo senhor dos arcos das duas tribos, participando de dois totens e conquistando o amor de duas mulheres. Ubirajara diz:

– Este é o emblema da união. Ubirajara fará a nação tocantim tão poderosa como a nação araguaia. Ambas serão irmãs na glória e formarão uma só, que há de ser a grande nação de Ubirajara, senhora dos rios, montes e florestas. (ALENCAR, 1926: 165)

Dessa forma, teremos não só a mestiçagem cultural, mas também lingüística, pois as tribos indígenas no Brasil falavam dialetos diferenciados, não havendo uma unidade lingüística. Ubirajara rompe com o paradigma do herói “bom selvagem” proposto, inicialmente, por Alencar, quebrando a linha de parentesco cultural e lingüístico. Isso poderia demonstrar a visão antropofágica definida por Oswald de Andrade, pois a união das duas tribos fortaleceria o poder da nação ubirajara: “As duas nações dos araguias e dos tocantins, formaram a grande nação dos ubirajaras, que tomou o nome do herói”. (ALENCAR, 1926: 171)

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Esse desejo de síntese remete não só à estruturação mítica, mas à própria configuração da linguagem e caracteriza a força mimética do romance indianista alencariano. Vera Lúcia Follain Figueiredo afirma, com relação à literatura latino-americana do século XIX: “O chamado romance patriótico do século XIX latino-americano na sua vertente histórica ou na indianista (...) opera (...) uma conjugação erótico-política, projetando no par romântico, no desejo de união dos amantes, o desejo de consolidação das nações.” (FIGUEIREDO, 1994: 30)

O jogo da visibilidade poética demonstra o reconhecimento de códigos culturais particulares, antropologicamente, das nações opostas: araguaia e tocantins: “É um guerreiro tocantim. De longe avistou Jaguarê e reconheceu o penacho vermelho dos araguaia”. (ALENCAR, 1926: 9)

Essa particularidade deixa visível o processo de aglutinação do elemento local, historicamente palpável, no estilo de vida do indígena a uma linha aparentemente invisível que enforma o ideário da imaginação dos grandes heróis clássicos e suas relações com o meio. Pensemos nos constantes “reconhecimentos” nas tragédias gregas, como em *Édipo Rei*, por exemplo.

A permanência da identidade faz-se através da via oral na imaginação mítica, em que o ato de lembrar é mais importante que os feitos heróicos em si mesmos. Dessa forma, a fala se sacraliza para repetir o ato inicial de heroísmo que está na origem de todos os mitos. O verbo audível torna-se mais sagrado pela presença do corpo daquele que fala e dos ouvintes que recebem a força mágica desses atos heróicos; verdadeiro modelo civilizatório e formador de uma sociedade tribal. A fala torna-se um reflexo do verbo divino, pois aquele que canta possui o dom dos deuses. O antropólogo Pierre Clastres produziu uma bela obra que comenta sobre a fala sagrada dos mitos dos índios guaranis, o que ele denomina de “belas palavras”. Para esses povos, belas porque permitem falar com os deuses, que não se atêm a uma particularidade ontológica, mas que englobam um canto universal que está na estrutura mítica: “Linguagem de um desejo de supra-humanidade, desejo de uma linguagem próxima da dos deuses: os sábios guaranis souberam inventar o esplendor solar das palavras dignas de serem dirigidas somente aos divinos”. (CLASTRES, 1990: 13)

DEPARTAMENTO DE LETRAS

Por outro lado, as qualidades heróicas também não são deixadas de lado. A *Timé* e a *Areté*, a honra e a excelência fazem de Aquiles um herói a ser lembrado por gerações sucessivas. Os elementos formadores do mito grego estão presentes em Alencar, em sua via particularizante. O rapsodo Jaguarê canta suas façanhas como Ulisses fez na *Odisséia*: “ - Guerreiros araguaiaias, ouvi a minha história de guerra”. (ALENCAR, 1926: 24) O papel da memória serve como antídoto contra qualquer possibilidade de engano ou mentira, pois a verdade não é se lembrar sempre, afastando-se do esquecimento? A verdade é *alétheia*, “o que não foi esquecido, omitido”.

O mesmo processo de hierarquização presente em *Utopia selvagem*, com relação aos ritos de Jurupari, encontra-se em Alencar:

Por detrás da estacada apinham-se as mulheres, que segundo o rito pátrio não podem ser admitidas nas festas guerreiras.

De longe acompanham silenciosas, com os olhos, as velhas aos filhos, as esposas aos seus guerreiros, e as virgens aos noivos.

Exultam quando ouvem celebrar as façanhas dos seus; mas não ouvem murmurar uma palavra. (ALENCAR, 1926: 23)

Por outro lado, a exclusão das mulheres no rito pátrio das festas guerreiras tende a reproduzir um vazio textual que se encontra na origem dos mitos. O vazio, a escuridão primeva caracterizam o aspecto feminino em todos os mitos, não sendo essa filiação às trevas primordiais um aspecto negativizador dentro da lógica dialética, mas sim uma fonte originária de todos os discursos posteriores, de toda palavra mencionada, que é, em si mesma, no seu estado puro, dialética e diferenciadora, hierarquizando os pólos opostos do discurso - não só cultural, mas textual. No entanto, pela via do ficcional, tende a reconstruir esse vazio textual, que é preenchido pelo leitor, não de forma dialética, mas plural, como no tempo primordial dos mitos.

A repetição presente no corpo do romance *Ubirajara* como se fosse um ritmo constante; ritmo que tende a relacionar-se ao imaginário do *ad infinitum* não só mítico, mas literário; pois o estágio presente soa como *leitmotiv* do espaço reintegrante do passado original, assim como a obra que serve como modelo ao texto sedimentário de sua essência magmática:

Eu sou Ubirajara, o senhor da lança, que venceu o primeiro guerreiro dos guerreiros de Tupã.

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Eu sou Ubirajara, o senhor da lança, o guerreiro terrível que tem por arma uma serpente”. (ALENCAR, 1926: 28)

A repetição também enfatiza o valor do guerreiro indígena, um dos objetivos principais das narrativas de José de Alencar. Acentuar os elementos positivos do indígena, visto anteriormente como uma tábula rasa, periférico em referência às crônicas de viagem; que deveria ser “civilizado” pelos dominadores europeus. Numa passagem da *Carta de Achamento do Brasil*, o escrivão da armada de Cabral, Pero Vaz de Caminha, assim descreve um dos contatos com alguns índios: “Os outros dois, que o Capitão teve nas naus, a que deu o que já disse, nunca mais aqui apareceram - do que tiro ser gente bestial de pouco saber e por isso tão esquiua”. (OLIVIERI, 1999: 22) Nesta carta se revela ainda a ideologia portuguesa de evangelização do indígena. A ruptura dá-se no plano da reação mitológica, em que elementos da tradição européia são miscigenados com elementos da tradição indígena. No caso de Ubirajara, não vemos expressamente essa combinação, mas, de forma implícita, temos a combinação do ideário do herói grego, mais do que medieval, como muitos supõem, para a reconstrução de um elemento mítico que já é híbrido em sua formação constitutiva original. A particularidade antropológica indígena casa-se aos esquemas de composição de heróis como Ulisses, Aquiles e Páris. Antes que vinculássemos a usurpação do imaginário de heróis medievais, voltamos muito mais no tempo, buscando a origem de temas universais do imaginário grego, o que provoca um colapso na idéia massacrante de cópia do elemento europeu, pois o português Camões, em *Os Lusíadas*, não misturou o pagão e o cristão, elementos greco-romanos e portugueses? A descendência de um e de outro só faz renovar o mito, que é estruturalmente universal, elevando-o à função desrealizadora do real, que também ocorre na literatura: “Mas Tupã ordena que o ancião se curve para a terra até desabar como o tronco carcomido e que o mancebo se eleve para o céu como a árvore altaneira”. (ALENCAR, 1926: 30)

A destinação da jovem mais bela da tribo atacada ao herói inimigo prisioneiro serve como metáfora da situação proposta por Alencar, em seu projeto revitalizador antropofágico que geraria uma composição textual não só mais flexível, mas que aumentasse o valor das obras nacionais, a partir do elemento particular indígena, misturado a elementos caracterizadores dos heróis, que não encontramos

DEPARTAMENTO DE LETRAS

apenas em Walter Scott³¹, mas como constitutivo do imaginário mítico desde sempre:

Os araguaiaes receberam de seus avós o costume das nações que Tupã criou. Eles destinam ao prisioneiro a mais bela e a mais ilustre de todas as virgens da taba, para que ela conserve o sangue generoso do herói inimigo e aumente a nobreza e o valor de sua nação. (ALENCAR, 1926: 49-50)

Assim, a partir do romance de José de Alencar, percebemos a constituição mítica da fala e da constituição de mundo, em que o elemento universal presente em vários mitos, aparecem em José de Alencar, não como cópia de um modelo, mas como reapropriação particular da tradição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCAR, José de. *Ubirajara*. Rio de Janeiro: Garnier, 1926.
- CLASTRES, Pierre. *A fala sagrada: mitos e cantos sagrados dos índios Guarani*. Trad. Nícia Adan Bonatti. São Paulo: Papirus, 1990.
- ELIADE, Mircea. *Aspectos do mito*. Lisboa: Edições 70, [s/d.].
- FIGUEIREDO, Vera Lúcia Follain. *Da profecia ao labirinto: imagens da história na ficção latino-americana contemporânea*. Rio de Janeiro: Imago, 1994.
- FREUD, Sigmund. *Totem e tabu*. Rio de Janeiro: Imago, 1990.
- OLIVIERI, Antônio Carlos e VILLA, Marco Antônio (orgs.). *Cronistas do descobrimento*. São Paulo: Ática, 1999.
- SANTIAGO, Silviano. *Vale quanto pesa: ensaios sobre questões político-culturais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- VICO, Giambattista. *A ciência nova*. Tradução, prefácio e notas de Marco Lucchesi. Rio de Janeiro: Record, 1999.

³¹ É constante a relação que muitos críticos fazem entre as obras de Alencar e Scott, principalmente, no que se refere aos elementos heróicos, os cavaleiros e os castelos.

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

ATÉ AO FIM DO MUNDO *D'ESTE VIVER AQUI NESTE PAPEL DESCRIPTO* DE ANTÓNIO LOBO ANTUNES

Maria de Lourdes Soares (UFRJ)

D'este viver aqui neste papel descripto: Cartas da guerra, o mais recente livro de António Lobo Antunes (Lisboa, 1942), reúne cartas enviadas pelo autor à sua mulher, entre 1971 e 1973, quando ele combateu no Leste de Angola, na fase final da guerra colonial portuguesa. Assinam o prefácio as organizadoras do volume, Maria José Lobo Antunes e Joana Lobo Antunes, filhas do casal. O projeto do livro, extremamente cuidadoso, além dos aerogramas, inclui fotografias e algumas notas, que “fazem algumas contextualizações da época e explicam parte das referências feitas nas cartas”, assim com um glossário, “que trata da linguagem relativa à África, à guerra e a alguma gíria usada nas cartas” (ANTUNES, 2005: 12).

A leitura deste livro provoca ao mesmo tempo comoção e reflexão. Comove e faz refletir já a partir do contraste entre a emancipação de felicidade da fotografia da capa – um jovem casal de noivos – e os presságios de desgraça, evidenciados no subtítulo. A comoção desta foto amplia-se na foto em página dupla, referente ao aerograma de 17.5.71 (ANTUNES, 2005: 164-165), ante a beleza e desprevenida alegria das faces dos nubentes, vivendo a ilusão de um futuro que logo se quebrará. Punge pela maravilhada inocência do que está no começo, pela promessa de felicidade, pura potencialidade de ser – o casamento, a profissão, a literatura, os sonhos... -, e que irremediavelmente será atingida pelas “malhas que o império tece”, como diria Fernando Pessoa (PESSOA, 1977: 146). Toca-nos porque essa é também a nossa história, de alguma forma contemporâneos e de alguma maneira atingidos pelo monstro da guerra e pelo espectro da morte.

Os quase trezentos aerogramas do médico alferes à amada Maria José (dois dos quais dedicados à filha recém-nascida, batizada, por decisão de Lobo Antunes, com o nome da esposa) constituem “uma espécie de diário do amor ausente [aerograma de 12.11.71]” (ANTUNES, 2005: 294), um amor suspenso, em pleno vigor da juventude, adiado por contingências históricas, por uma guerra absurda

DEPARTAMENTO DE LETRAS

e inútil como soem ser todas as guerras. Ele parte deixando para trás um casamento recém-iniciado, a esposa grávida, impedido de acompanhar a gestação, o nascimento e os primeiros meses de vida da filha. “Porque não nos deixam ser felizes? Porque nos tiram assim alguns dos melhores anos da nossa vida? [aerograma de 15.6.71]” (ANTUNES, 2005: 198).

O material epistolográfico constitui um longo e obsessivo discurso da ausência. Nas palavras de Roland Barthes, “devo infinitamente ao ausente o discurso da sua ausência; situação com efeito extraordinária; o outro está ausente como referente, presente como alocutário” (BARTHES, 1986: 29). Escrita compulsiva, praticamente diária, a tentar enunciar o amor por toda a parte, ocupando todo o espaço disponível no papel, inclusive as margens, e a suplicar angustiadamente pela pronta resposta. Ainda com Roland Barthes, esta é a dialética particular da carta de amor: “como desejo, a carta de amor espera sua resposta; ela impõe implicitamente ao outro de responder, sem o que a imagem dele se altera, se torna outra” (BARTHES, 1986: 33).

O autor dessas cartas de amor em tempo de guerra do Ultramar revela-se, portanto, um remetente apaixonado e, como tal, hiperbólico no envio de beijos e na enumeração das qualidades da amada, objeto de singulares epítetos e comparações, de que serve de exemplo o início desta longa carta-poema: “Adoro-te minha gata de Janeiro meu amor minha gazela meu miosótis minha estrela aldebaran minha amante minha Via Láctea minha filha minha mãe minha esposa (...) [aerograma de 17. 4.7]” (ANTUNES, 2005: 131).

Quanto mais proclama a desmedida e quase insuportável dor da ausência, mais grita a dor da guerra, dor nem sempre descrita, quase abafada, controlada, por várias razões (para não afligir a esposa grávida, por não ser permitido tocar nesse assunto em aerogramas...). A saudade e o desespero crescentes tornam-se materialmente visíveis na grafia alterada do aerograma de 5.4.72, que apresenta letras imensas e algumas expressões em maiúsculas: “Tudo visto e pesado, prós e contras, VEM, VEM JÁ. Estou farto de viver sem ti. Espero apenas que me digas o dia, e que seja o mais próximo possível. Espero-te com todo amor do mundo. António” (ANTUNES, 2005: 396).

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

O livro põe-nos diante das fronteiras do literário: (Auto)biografia? Romance epistolar? Memórias do Ultramar? Contribui para o seu caráter híbrido o material nele incluído: algumas fotografias referidas nas cartas (registros do “viver aqui neste papel descrito” do remetente, em flagrantes de campanha, e também da destinatária, mantendo-se sempre esplendorosamente bela durante a gravidez e após o parto) e reproduções da cartilha de alfabetização do MPLA [aerograma de 1.3. 71] (ANTUNES, 2005: 70-71), que agregam à dimensão estética outras dimensões, notadamente as de cunho histórico e sócio-cultural.

O título do livro remete à literatura, mais precisamente a um trecho de uma carta de um dos poetas ligados ao grupo de Fernando Pessoa, Ângelo de Lima (Porto, 1872 - Lisboa, 1921), que viveu muitos anos internado para tratamento psiquiátrico em Hospitais do Porto e de Lisboa. Ângelo de Lima sempre foi muito apreciado por Lobo Antunes, segundo informam as organizadoras do livro, e o seu caso clínico por ele estudado, de que resultou o premiado trabalho: “Loucura e criação artística: Ângelo de Lima, poeta de Orpheu”. O título deste volume de cartas anteriormente havia sido escolhido por Lobo Antunes e recusado pela editora para dar nome ao que viria a ser o seu primeiro romance: *Memória de elefante* (1979): “o título original de *Memória de Elefante* era a frase final da autobiografia de Ângelo de Lima, *deixo de viver aqui, neste papel onde escrevo*, mas o editor disse que era muito comercial, que era muito grande” (ANTUNES, 1982). Nessa primeira escolha, portanto, já se desenhavam e entrelaçavam as duas linhas que marcariam a trajetória do autor: a sua paixão pela literatura e o seu imenso interesse pela psiquiatria.

Literatura, aliás, é um dos mais fortes temas que atravessam as missivas de António Lobo Antunes, tendo a destinatária como interlocutora privilegiada e leitora primeira de excertos de seus escritos, que incluíam também algumas tentativas poéticas. Assim, tomamos conhecimento de suas leituras, dos autores amados e detestados e, sobretudo, da sua postura sempre exigente face à literatura, inclusive diante dos próprios escritos (a ponto de pedir à mulher para deitar ao lixo alguns textos que deixara em Portugal ou de ele mesmo destruir inúmeras páginas escritas em Angola). É surpreendemo-nos a acompanhar o nascimento de um escritor, um Lobo Antunes ainda desconhecido, às voltas com a escrita do seu primeiro título, oscilan-

DEPARTAMENTO DE LETRAS

do entre a euforia de quem conseguiu escrever páginas perfeitas e a convicção de que tudo precisa ser revisto ou destruído.

Há uma expressão obsessivamente reiterada em *D'este viver aqui neste papel descripto*, afirmando o amor “até ao fim do mundo”, figura análoga a “*eu-te-amo*”, que se refere ao “repetido proferimento do grito de amor”, na acepção de Roland Barthes: “*eu-te-amo* não é uma frase: não transmite um sentido, mas se prende a uma situação-limite: ‘aquela em que o sujeito está suspenso numa ligação especular com o outro’. É uma holofrase” (BARTHES, 1986: 97-98). Esta expressão nos remete a um dos elementos presentes no mais apaixonante dos mitos portugueses: o dos amores de D. Pedro e Inês de Castro, episódio amoroso cantado por Camões e por muitos outros poetas, ficcionistas e pintores ao longo dos séculos. Segundo conhecidas interpretações da epígrafe dos túmulos de Pedro e Inês («A: E AFIN DO MUNDO»), a inscrição pode significar “Até ao fim do mundo”, e consigna o amor eterno jurado pelos célebres amantes. Por esta razão, um dos cognomes de D. Pedro é “O-Até-ao-Fim-do-Mundo-Apaixonado” (Note-se, aliás, que os seus demais cognomes – Pedro-o-cru e Pedro-o-justiceiro – de certo modo também estão relacionados ao seu “desvario” pela linda Inês).

Parte dessa expressão – “fim do mundo” - aparece também na correspondência de Lobo Antunes enviada à amada, mas bem menos vezes e com outro sentido, não ligado às eternas juras de amor, mas ao sentido corrente em Portugal de lugar inóspito, distante da terra natal, desprovido de tudo: “Isto é o fim do mundo: pântanos e areia. A pior zona de guerra de Angola: 126 baixas no batalhão que rendemos, embora apenas com dois mortos, mas com amputações várias. Minas por todo o lado” [aerograma de 27.1.71] (ANTUNES, 2005: 29). Em suma, um lugar situado nos “cus de Judas”, expressão que dá título ao segundo romance de Lobo Antunes (1979), palco onde se desenrola o “gigantesco, inacreditável absurdo da guerra”, conforme o narrador deste livro, um ex-miliciano recém-retornado ao seu país (ANTUNES, 1984: 44). Segundo depoimento do autor, “Curiosamente a *Memória de Elefante* é que era o título do livro *Os Cus de Judas*. *Os Cus de Judas* foram arranjados depois, na altura da obra sair. A expressão quer dizer traidores, para negros” (ANTUNES, 1982).

E é este sentido de traição, de dupla traição, de irreparável traição do destino (um dos possíveis nomes dos senhores da guerra),

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

que a expressão parece sublinhar. Roubou aos amantes os melhores anos. Manchou-lhes a promessa de felicidade. Secou no escritor estreatante o pendor para a poesia. Abortou sonhos. Mutilou corpos e almas. Deixou em todos envolvidos, de aquém e de além mar, marcas indeléveis, feridas difíceis de cicatrizar. No campo devastado dos amores e da guerra, entre ruínas e destroços, algo, porém, insiste em fulgir ainda, uma declaração de amor, entoada em forma de pungente canção do exílio, no aerograma de 13.4.71: “Estar aqui traz-me constantemente à memória, não sei porquê, paisagens como aquela estrada entre Santarém e Alpiarça, com os plátanos fechando-se por cima das cabeças, o jardim público de Montemor, a Golegã deserta a qualquer hora e de portas fechadas, o Tejo assoreado reduzido a imensos bancos de areia. Eu gosto desesperadamente do meu país e da minha amada língua portuguesa, a mais bela de todas. Quero ser enterrado aí, onde quer que morra, sob o ‘vento que muxe coma unha vaca’ ”³² (ANTUNES, 2005: 126). Consola um pouco pensar que, apesar de todos os pesares, este persistente afeto do soldado-escritor por sua língua e pelo seu “pequeno e triste país de viúvas a descer para o mar [aerograma de 13.4.71]” (ANTUNES, 2005: 126) nada nem ninguém conseguiu minar.

³² António Lobo Antunes atribui o verso citado à poeta galega Rosalia de Castro [Santiago de Compostela, 1837 – Padrón, 1885]. Na realidade, porém, de acordo com a nota das organizadoras, “a citação é de Garcia Lorca, conforme vem correctamente identificada mais à frente” (ANTUNES, 2005: 126).

DEPARTAMENTO DE LETRAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, António Lobo. *Memória de elefante*. Lisboa: Vega, 1979.
- . *Os cus de judas*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.
- . Entrevista com António Lobo Antunes. *Jornal de letras, artes e idéias*, Ano I, nº 23, Janeiro de 1982.
- . *D'este viver aqui neste papel descripto: Cartas da guerra*. Organização e prefácio Maria José Lobo Antunes e Joana Lobo Antunes. Lisboa: Dom Quixote, 2005.
- BARTHES, Roland. *Fragmentos de um discurso amoroso*. 6ª ed. Tradução de Hortência dos Santos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.
- PESSOA, Fernando. *Obra poética*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1977.

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

LA ESCALA DE PRÉSTAMOS DE SARAH THOMASON Y EL CONTACTO ESPAÑOL-PORTUGUÉS EN EL SUR DE BRASIL

María Josefina Israel Semino de Lopez (FURG)

LA ESCALA DE PRÉSTAMOS DE THOMASON

La escala que se da en lo que sigue se aplica solamente a los préstamos en el sentido que les da Thomason, y no a la interferencia en la cual el aprendizaje imperfecto es el factor principal. Por nuestra parte tendremos que volver sobre esta distinción al comentar nuestros resultados.

Dice Thomason que la predicción más elemental es la siguiente: se presta vocabulario antes que estructura. Usando la intensidad del contacto como nuestra vara de medida, encontraremos que solamente el vocabulario no básico es prestado en condiciones de contacto casual; cuando la intensidad aumenta los tipos de rasgos prestados aumentan de acuerdo a la relativa facilidad de préstamo desde una perspectiva lingüística, hasta que finalmente todos los aspectos de la estructura de la lengua son susceptibles de préstamo.

La intensidad del contacto, es un concepto vago, y no podemos precisararlo mucho más porque interactúa tanto con las actitudes de los hablantes como con factores de más fácil especificación, como son el nivel de fluencia de los que toman el préstamo y la proporción de los hablantes bilingües completos en la lengua fuente. No se necesita en absoluto ser fluente en una lengua para tomar prestado unas pocas de sus palabras; pero como no se puede tomar prestado lo que no se conoce, es ciertamente necesario conocer (algo de) la estructura de la lengua fuente antes de poder tomar prestado rasgos estructurales de ella. Esta es la razón para la división entre el préstamo lexical y el estructural. De acuerdo a esta predicción, esperamos encontrar, de acuerdo con Thomason, préstamo lexical sin préstamo estructural, pero no lo contrario. En los más altos niveles de intensidad del contacto, no obstante, las predicciones son más difíciles de hacer, porque las actitudes de los hablantes hacia los préstamos son mucho más significativas que en las situaciones de contacto casual.

DEPARTAMENTO DE LETRAS

La otra determinante mayor en la escala de préstamos, según Thomason, es más lingüística que social: los rasgos de estructuras menos complejas son más fáciles de prestar que los rasgos que se encajan en las estructuras cerradas y complejas. Así, el vocabulario no básico es más fácil de prestar, puesto que en la mayor parte de las lenguas, un nuevo nombre (por ejemplo) o incluso un verbo, puede ser insertado fácilmente en construcciones ya existentes. Los rasgos fonológicos relativamente superficiales (como la ubicación del acento) y rasgos sintácticos (como el orden de los adverbios en la oración de nuestros corpora³³) son los ítems siguientes más fáciles de prestar. En el extremo opuesto de la escala, la morfología flexional es más difícil de prestar, porque sus partes componentes se encajan en un todo que es (relativamente) pequeño, completo y altamente organizado.

Por nuestra parte someteremos a crítica estas afirmaciones de Thomason a la luz de nuestros resultados.

Así resume Thomason su escala de préstamos, que define como

una escala que muestra los tipos de rasgos interferidos que podemos esperar en condiciones de aumento de la intensidad del contacto, desde el contacto casual (préstamo de solamente vocabulario no básico) hasta las situaciones de contacto más intenso (préstamos de vocabulario no básico, algo de vocabulario básico, y rasgos estructurales de todo tipo).

Y luego agrega que las predicciones de la escala de préstamos pueden, no obstante, ser violadas, especialmente cuando las lenguas en contacto son tipológicamente muy similares.

1. **Contacto casual** (los que toman el préstamo no necesitan ser fluentes en la lengua fuente, y / o hay pocos bilingües entre los hablantes de lengua objeto (LO)): solamente es prestado vocabulario no básico.

Léxico. Sólo contiene palabras (más frecuentemente nombres, pero también verbos, adjetivos y adverbios).

³³ Normalmente el orden de palabras no es una cuestión lineal sino jerárquica, de estructuras muy complejas y es lo que resulta más difícil de prestar. Por ejemplo: sólo los bilingües de quechua tras un contacto muy intenso cambian el orden SOV (AZUCENA PALACIOS: com. pers., 2004). Es la propia Thomason quien afirma que el orden de palabras es una estructura fácil de prestar.

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Estructura. Ninguna.

2. **Contacto ligeramente más intenso** (los que toman el préstamo deben ser bilingües razonablemente fluentes, pero son probablemente una minoría entre los hablantes de LO): préstamo de palabras funcionales y préstamo de estructura “ligera”.

Léxico. Palabras funcionales (por ejemplo conjunciones y partículas adverbiales como “entonces”) y también palabras con contenido; no obstante sigue siendo vocabulario no básico.

Estructura. En este estadio hay préstamo sólo de estructuras menores, sin que haya introducción de rasgos que podrían alterar los tipos de estructuras en LO. Rasgos fonológicos como nuevos fonemas realizados por nuevos “fonos”, pero solamente en voces extranjeras; rasgos sintácticos como nuevas funciones o restricciones funcionales para estructuras sintácticas previamente existentes, o aumento del uso de un orden de palabras que anteriormente era raro.

3. **Contacto más intenso** (más bilingües, actitudes y otros factores sociales que favorecen el préstamo): préstamo tanto de vocabulario básico como no básico, y préstamo estructural moderado.

Léxico. Préstamo de más palabras funcionales; vocabulario básico -el tipo de palabras que tiende a estar presente en todas las lenguas- puede también ser prestado en este estadio incluyendo ítems de clases cerradas como pronombres y numerales bajos tanto como nombres, verbos y adjetivos; también pueden ser prestados afijos derivacionales, por ejemplo “able/ible”, que originalmente entraron al inglés como voces extranjeras francesas y se extendieron después hacia el vocabulario nativo inglés.

Estructura. Son prestados rasgos estructurales más significativos, aunque generalmente sin que resulte un cambio tipológico grande en LO. En fonología, la realización fonética de fonemas nativos, pérdida de algunos fonemas nativos no presentes en la lengua fuente, adición de nuevos fonemas, incluso en el vocabulario nativo, rasgos prosódicos como ser la colocación del acento, pérdida o adición de una estructura silábica, y reglas morfofonéticas, por ejemplo, ensordecimiento de las oclusivas en fin de palabra. En la sintaxis algunos rasgos como el orden de palabras (por ejemplo, SVO reemplaza a SOV o viceversa) y la sintaxis de la coordinación y de la subordinación (por ejemplo, aumento o disminución del uso de construcciones

DEPARTAMENTO DE LETRAS

con participio en vez de construcciones que emplean conjunciones). En morfología las categorías y afijos flexionales prestados pueden ser sumadas a palabras nativas, especialmente si ellas encajan tipológicamente bien en patrones previamente existentes.

4. **Contacto intenso** (hay muchos bilingües entre los hablantes de LO y factores sociales que favorecen fuertemente el préstamo): continúa habiendo un gran préstamo lexical en todas las secciones del léxico, y hay gran préstamo estructural.

Léxico. Gran préstamo.

Estructura. Sucede de todo un poco, incluyendo préstamo estructural que resulta en cambios tipológicos grandes en LO. En fonología, pérdida o adición de categorías enteras fonéticas o fonológicas en palabras nativas y en todo tipo de reglas morfofonémicas. En sintaxis, vastos cambios en algunos rasgos como el orden de palabras, las cláusulas relativas, la negación, la coordinación, la subordinación, la comparación y la cuantificación. En morfología, cambios tipológicos mayores como el reemplazo de la morfología flexional por la aglutinativa o viceversa, la adición o pérdida de categorías morfológicas que no se equivalen en la lengua fuente y en la LO, y la pérdida o adición completa de patrones de concordancia.

Restricciones en la vigencia de la Escala

Dice Thomason que las previsiones de su escala no se aplican a los casos de interferencia inducida por el cambio en casos de “aprendizaje deficiente” (ver THOMASON, 2001: 74-76). Aclara la autora que no se alude con esa designación a ninguna incapacidad de aprender de parte de aquellos que se introducen al universo de una segunda lengua, sino al hecho de que los mismos deciden “consciente o inconscientemente, usar rasgos que no son usados por los hablantes nativos” de la segunda lengua, o, aun, que dichos aprendices pueden “fallar en el aprendizaje o rehusarse a aprender” ciertos rasgos de la segunda lengua, “especialmente los rasgos marcados” (en esta última). Ello hace con que los aprendices introduzcan rasgos de su primera lengua en la segunda que están aprendiendo.

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Resulta de sumo interés destacar lo que Thomason llama la “predicción crucial” para los casos de “aprendizaje deficiente”, a saber, que “la interferencia inducida por cambio..., a diferencia de los préstamos, no comienza con el léxico; al contrario, empieza con la fonología y la sintaxis”. Y precisa la autora de inmediato, que la segunda lengua “puede incluir interferencias lexicales tanto como interferencia estructural, pero la interferencia estructural dominará” (THOMASON, 2001: 75). Notemos desde ya que ese concepto de “aprendizaje deficiente” parece ser uno de los puntos más débiles de la teoría propuesta por nuestra autora.

Así, hay tres puntos que son anotados por Thomason y que son decisivos para que podamos presentar nuestro actual estudio como una instancia de debate o, por el contrario, de complementariedad a la propuesta de la autora citada, sin descartar la posible combinación de ambas perspectivas.

El primero es que nosotros tratamos de interferencias ocurridas en el aprendizaje formal y sistemático de una segunda lengua, mientras que Thomason se ocupa de situaciones de contacto lingüístico informal.

El segundo, como ya se ha dicho, consiste en que Thomason reserva el término “préstamo” para los casos del género en los que no opera, por lo menos a su entender, ningún factor debido a “aprendizaje deficiente” de la lengua segunda. Por nuestra parte y habida cuenta de los informantes que entrevistamos, podemos sospechar que entre los que estudiamos hay fenómenos de este segundo tipo; y a ello tendremos que volver al elaborar nuestras conclusiones finales tanto en lo que tiene que ver con los resultados del test de nuestra hipótesis como con la respectiva comparación con la escala thomasiana. Al hacerlo tendremos que verificar si se cumple la previsión que según Thomason se aplica a estos casos, a saber, de que habría poca interferencia lexical y más interferencia morfosintáctica y fonológica; y tendremos que ver cómo evolucionan las interferencias entre la actuación de los aprendices más novatos (los de primer año) hasta la de los más avezados (los de cuarto año).

El tercer punto refiere a la advertencia de Thomason de que para lenguas “tipológicamente semejantes” podría haber violación de la escala por ella planteada (ver THOMASON, 2001: 71 y 259). A-

DEPARTAMENTO DE LETRAS

hora bien, aunque la misma autora dice que esa idea de las similitudes tipológicas es vaga, podemos sospechar (por sus orígenes, evolución y estructura) que tal es el caso del español y el portugués (lo que resulta más claro si a los efectos comparativos sustituyéramos cualquiera de esas lenguas por, por ejemplo, el chino). Por otro lado, repito, abordaremos en nuestro caso las interferencias de una primera lengua ocurrentes en una segunda en el curso de un aprendizaje sistemático-formal realizado por parte de adultos que aprenden esta última motivados por fines profesionales; aquí pueden ocurrir fenómenos que Thomason podría ubicar en el (vago) dominio de los casos debidos a “aprendizaje deficiente”, apartados expresamente por ella del campo de lo que define como “préstamos” típicos. Así nuestra hipótesis tendría más el carácter de una ampliación-complementación de la propuesta thomasiana para lenguas “tipológicamente semejantes” y en el caso en que el aprendizaje de la segunda se hace sistemáticamente, en el marco de la enseñanza formal, y con fines profesionales.

NUESTRA HIPÓTESIS

Al tratar del cambio lingüístico inducido por contacto (CLIC), Thomason usa un concepto vago como lo es el de “aprendizaje deficiente”. Digo vago porque podemos argumentar que probablemente todos los seres humanos, incluyendo los monolingües más característicos, tienen una cierta deficiencia en el conocimiento de la lengua que hablan, por cuanto siempre desconocerán ciertos giros idiomáticos y particularidades gramaticales (léxico-ortográficas, morfológicas y/o sintácticas) de la misma. En este punto concuerdo con la profa. Azucena Palacios Alcaine, quien se pregunta si el tipo bilingüe instrumental o el aprendizaje informal se incluye en el aprendizaje bilingüe, y nota que Thomason utiliza el término de “aprendizaje deficiente” en un contexto que abarca tanto a un individuo como al bilingüismo subordinado comunitario (del tipo quechua-español).

El concepto de “aprendizaje deficiente” usado por Thomason puede tener un sentido menos ambiguo si nos situamos en el caso del aprendizaje de una segunda lengua con fines profesionales (en especial para ejercer futuramente la docencia de la misma), analizando los estadios progresivos que el estudiante debe vencer en su empresa.

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Una vez situados en este campo, creemos que es interesante sopesar la “escala de préstamos” (que según nos advertía Thomason no estaría pensada para casos de interferencia motivados por “aprendizaje deficiente”, que en su estudio siempre abarca casos de aprendizaje no reglado y oral, a diferencia de nuestro corpus que se basa en estudios reglados y normados a nivel universitario del español como lengua extranjera), para ver cómo se presentan las cosas, por lo menos hipotéticamente hablando.

Resumidamente nuestra hipótesis reza como sigue: en los alumnos que estudian una segunda lengua (tipológicamente semejante a su lengua materna) con el fin de ejercer posteriormente la docencia de la misma, se observa una inversión de la “escala de préstamos” antes citada. O sea, que para ellos rige el principio: **“cuanto mayor contacto, menos interferencia”**.

La mayor intensidad y duración del contacto significa en este caso un tiempo cada vez mayor y una práctica cada vez más intensa de contacto y uso, respectivamente, por parte del alumno, de la segunda lengua que está aprendiendo.

Detallando nuestra hipótesis y comparándola paso a paso con la clásica “escala de préstamos”, aventuramos la tesis de que, *grosso modo*, lo que es en esta clásica escala el primer estadio, se presentará en los alumnos aquí considerados como el último estadio, y viceversa (pudiendo también haber inversión entre los estadios 2 y 3 de la escala).

Así, cuando la escala clásica dice que el estadio 1 es el del contacto casual, donde los que toman los préstamos no necesitan ser fluentes en la lengua fuente, y donde habría solamente préstamos de vocabulario no básico (más frecuentemente nombres, pero también verbos, adjetivos y adverbios), y ningún préstamo estructural, según nuestra hipótesis, esta situación correspondería al estadio 4 de nuestros alumnos, que sí son fluentes en la lengua fuente (en nuestro caso el portugués), pero que mantienen intenso contacto con el español que están aprendiendo, al cual transfieren pocos préstamos desde el portugués precisamente porque en su condición de alumnos avanzados han logrado un control cada vez más eficiente sobre los préstamos (que como veremos de inmediato son, a causa de la actitud profesional de estos hablantes, rasgos que son evitados).

DEPARTAMENTO DE LETRAS

Por otra parte, cuando la escala clásica nos dice que en las situaciones de contacto intenso, la existencia de muchos bilingües entre los hablantes considerados, así como la de factores sociales que favorecen fuertemente el contacto, desembocan en una situación de préstamos masivos en todas las secciones del léxico y de la estructura de la lengua (a nivel fonológico, morfológico y sintáctico), según nuestra hipótesis esto sería propio del primer estadio donde, por ser precisamente incipiente el bilingüismo de los alumnos considerados, las interferencias se presentan en todos los componentes estructurales del español (varios de los cuales, pertenecientes a la fonética-fonología, morfosintaxis o léxico, analizaremos en detalle a partir de nuestro corpus).

Está asociada a nuestra hipótesis la creencia de que los alumnos del corpus refuerzan una actitud de controlar y evitar cualquier préstamo portugués en el español que practican por considerar que cuanto menos interferido sea su español, más probabilidades tendrán de encontrar trabajo como docentes de esa lengua en el presente o en el futuro más o menos inmediato. Este sería un factor socioeconómico externo fundamental (para usar la terminología de Thomason) motivador de la actitud en cuestión.

Como se notará, también de nuestra hipótesis se deduce la inversión de los estadios 2 y 3 y sus respectivas características según la escala clásica, porque la situación de intensidad y duración creciente del contacto, a la que allí se hace referencia, debe, en función de la actitud antes referida, producir efectos que transitan de lo que la escala clásica prevé para el estadio 3, hacia aquellos que ella prevé para el estadio 2, (ver la “escala de préstamos” de Thomason); o sea, siempre de la mayor a la menor interferencia.

No obstante, tendremos que someter a crítica, para interpretar nuestros resultados, la diferencia hecha por Thomason entre componentes más o menos “intensos” y “leves”.

EL PRE-TEST DE LA HIPÓTESIS

El pequeño corpus en base al cual sometimos a un primer test nuestra hipótesis, estuvo compuesto por trabajos escritos elaborados por alumnos brasileños que cursan la Licenciatura en Español en la Universidade Federal do Rio Grande (FURG) en el extremo sur del

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Brasil. Los mismos correspondían a textos producidos por los mismos 5 alumnos en dos momentos diferentes de su carrera, respectivamente, durante el primero y el tercer año (penúltimo) de Licenciatura. Todos ellos, aunque elegidos al azar, se encuadran en parámetros sociolingüísticos similares: a) pertenecen a la clase media-baja (según el criterio de que ninguno de sus padres concluyó un curso universitario); b) tienen una edad media de 24 años (con extremos que oscilan entre los 19 y los 29 años); c) sus padres son brasileños originarios del Estado de Rio Grande do Sul. La característica a) fue adoptada para tratar de neutralizar diferencias de interferencia que podrían deberse a factores clasistas operantes en el portugués y pudiendo transferirse al español. La edad promedio y los extremos etarios nos indican que tratamos con sujetos que hablan un portugués consolidado, pero que, por hipótesis, ya no presenta los rasgos titubeantes de la infancia y aún no incluye los rasgos arcaizantes de la tercera edad. El hecho de que todos los progenitores sean originarios del Estado de Rio Grande do Sul, nos permite imaginar que el portugués aprendido en sus casas por los alumnos, pertenece a una única variación.

Las tres características consideradas, nos permiten suponer que los grados de interferencia, concretamente el tipo y cantidad de los préstamos portugueses que se encuentren en el español de los alumnos considerados, no responden a otra causa que no sea el contacto lingüístico entre ambas lenguas y la mencionada actitud profesional antes referida.

Para que se tenga una idea del lugar que ocupan los pronomes y las perífrasis verbales en el camino recorrido por dichos alumnos en su aprendizaje del español, aclaramos que los primeros son presentados por primera vez en el segundo semestre del primer año (época en la que fueron elaborados los textos de este corpus) y reciben tratamiento más sistemático en segundo año; las perífrasis son presentadas por primera vez también en el segundo semestre del primer año y son tratadas con más detalle en segundo año. El léxico se trabaja durante todo el curso, y especialmente en tercer año.

Interferencias: tipos y números caso a caso

DEPARTAMENTO DE LETRAS

En lo que sigue, llamaré “tasa de interferencia” al cociente entre el total de los vocablos de un texto y el número de rasgos interferidos verificados en ese texto (así para un texto de 20 vocablos que presente 4 unidades interferidas, diremos que su “tasa de interferencia” se expresa por el enunciado de que hay una interferencia a cada 5 vocablos; expresada en porcentaje dicha tasa es, en este caso, del 20%). Presentamos resumidamente en lo que sigue los resultados a los que llegamos en el pre-test (llamando T1 al texto elaborado en primer año y T3 al elaborado por el mismo informante en tercer año; nótese que, infelizmente, los textos tratan de diversos temas y no de uno y el mismo, como hubiera sido metodológicamente deseable a los efectos de una comparación entre equivalentes).

Distribución por categorías

a. Léxico

T1 presenta 10 interferencias en 428 vocablos, habiendo una interferencia a cada 43 vocablos. T3 presenta 11 interferencias para 1658 vocablos, habiendo una interferencia a cada 150 palabras. Como se observa la “tasa de interferencia” lexical en T3 es casi 4 veces inferior a la presentada por T1, lo que corrobora nuestra hipótesis.

b. Verbos

b.1. Perífrasis verbales

En T1 hay 7 perífrasis con interferencia, mientras que en T3 hay sólo una. Esta diferencia avala claramente nuestra hipótesis.

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

b.2. Outras formas verbales

En T1 hay otras 11 formas interferidas y en T3 ellas son 10. Como se ve, hasta los números absolutos son favorables a nuestra hipótesis. A pesar de que el número de verbos de los T3 es bastante mayor que el de los T1.

b.3. Total para las formas verbales

Nuestra hipótesis se ve abonada incluso por los números absolutos, porque, si en los T1 este total es de 18 formas interferidas, en los T3 se reduce a 11.

c. Preposiciones

Las preposiciones interferidas están en igual número en los T1 y en los T3. A pesar de que este resultado en números absolutos no abone nuestra hipótesis, se debe recordar que ella es favorecida cuando se tiene en cuenta que en los T3 es mucho mayor el número de preposiciones utilizadas.

d. Pronombres personales

Idéntico comentario al que viene de ser hecho sobre las preposiciones merecen las interferencias constatadas en los pronombres personales, que son 6, tanto en los T1 como en los T3. (Notamos de paso que ellas se distribuyen de manera diferente, porque si en los T1, 2 afectan a las formas átonas, 3 a las tónicas, y una al posesivo, en los T3, 4 afectan a las átonas, una a la tónica y la última a un indefinido).

e. Artículos

Los números absolutos contrarían levemente nuestra hipótesis porque en los T1 hay 8 formas interferidas y en los T3 son 9; sin embargo, recuérdese que una vez hechas las correcciones de proporción, los hechos parecen nuevamente corroborar nuestra intuición.

DEPARTAMENTO DE LETRAS

f. Rasgos prosódico-gráficos (acentuación)

Igual comentario al anterior merece la acentuación, que presenta en los T1, 5 interferencias y en los T3, 7.

g. Rasgos fonético-gráficos

Grafía “ss” y “ç” avala nuestra hipótesis el hecho de que los T1 presenten 2 grafías interferidas y los T3 sólo una.

h. Género

Contraría nuestra hipótesis el hecho de que los T3 presenten una interferencia de género y los T1 ninguna; pero se ha de convenir que un sólo caso es poco para la defensa o la crítica de cualquier hipótesis.

i. Demostrativos

Hay un demostrativo interferido en los T3 y ninguno en los T1; aquí cabe el mismo comentario hecho a propósito del género.

j. Adverbios y formas adverbiales

Contraría nuestra hipótesis el hecho de que T3 presente 2 formas adverbiales interferidas y T1 ninguna.

k. Sintaxis: orden de palabras

Hay dos interferencias por cambio del orden de palabras en T3, y ninguna en T1 (“frágiles demasiado de espíritu”, de ‘frágeis demais de espírito’, por “demasiado frágiles de espírito”, y, “sólo más una persona”, de ‘só mais uma pessoa’, por “ sólo una persona más”); aquí cabe el mismo comentario hecho en relación al género, además de recordar la ya varias veces mentada diferencia de proporción y, sobre todo, el hecho de que, siendo el orden de las palabras casi siempre el mismo en español y en portugués, el margen para que ocurran interferencias en ese dominio es mínimo.

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

k.1. Formas coloquiales

Avala nuestra hipótesis el hecho de que los T1 presenten 2 formas coloquiales interferidas y los T3 ninguna.

k.2. Otras construcciones portuguesas

Los T1 presentan una interferencia que clasificamos en esta rúbrica genérica y los T3, 3; no obstante la heterogeneidad de estas ocurrencias impide cualquier cálculo significativo.

DISTRIBUCIÓN Y EVOLUCIÓN DE LAS INTERFERENCIAS

Si hemos constatado que las interferencias disminuyen en todas las categorías en los T3 en relación a los T1, veamos cómo se distribuyen en unos y otros y cuál es su evolución.

En los T1 las interferencias tienen la siguiente distribución decreciente en función de su respectiva tasa: 1º perífrasis (1 x 1), 2º artículos (1 x 3), 3º otras formas verbales (1 x 5), 4º pronombres (1 x 6), 5º preposiciones (1 x 7), 6º acentuación (1 x 8), y 7º interferencias lexicales (1 x 43). En esta clasificación los pronombres están agrupados en un solo bloque; si los dividimos en subgrupos, entonces las secuencias de tasa se presentan como sigue: 1º perífrasis (1 x 1), 2º artículos y pronombres tónicos (1 x 3), 3º otras formas verbales (1 x 5), 4º preposiciones (1 x 7), 5º acentos y pronombres átonos (1 x 8), 6º pronombres posesivos (1 x 17), y 7º otras interferencias lexicales (1 x 43).

En T3 a su vez, el mencionado orden se presenta como sigue: 1º perífrasis (1 x 9), 2º pronombres y artículos (1 x 14), 3º otras formas verbales (1 x 16), 4º preposiciones y acentos (1 x 30), 5º otras interferencias lexicales (1 x 151). Si también dividimos los pronombres en subgrupos tenemos: 1º perífrasis (1 x 9), 2º pronombres tónicos y átonos (1 x 11), 3º artículos (1 x 14), 4º otras formas verbales (1 x 16), 5º preposiciones y acentos (1 x 30), 6º otras interferencias lexicales (1 x 151), y 7º pronombres posesivos (no hay interferencias).

Ahora bien, para tratar de comprobar en su detalle la organización de la escala invertida de préstamos que hemos propuesto a

DEPARTAMENTO DE LETRAS

partir y distanciándonos de Thomason, y también establecer un cotejo con lo que la escala de esta autora plantea, agrupamos las “tasas de interferencia” como sigue: i. “Palabras de contenido, formas verbales y otros vocablos no contemplados en las siguientes categorías”; ii. “Palabras funcionales”: reducidas aquí al ámbito de las preposiciones; iii. “Morfosintaxis”: reuniendo las perífrasis, y también los pronombres (en especial por las interferencias de proclisis y enclisis que afectan a los átonos); iv. “Rasgos prosódico-gráficos”: reducido aquí a la acentuación o no de los vocablos que en el español estándar llevan tilde.

Con esta distribución constatamos que, en los T1 el orden decreciente de las “tasas de interferencia” es el siguiente: 1. Morfosintaxis: (1 x 3). 2. Palabras funcionales: (1 x 7). 3. Acentuación: (1 x 8). 4. Interferencias lexicales (1 x 23). Para los T3 ese orden es el siguiente: 1. Morfosintaxis: (1 x 13). 2. Empatados palabras funcionales y acentuación: (1 x 30), y 3. Palabras de contenido: (1 x 80).

LOS RESULTADOS

A LA LUZ DE LA ESCALA DE PRÉSTAMOS DE THOMASON

A la luz de los datos globales antes presentados, decíamos que los resultados corroboran lo esencial de nuestra hipótesis (a saber que “a mayor contacto, menos interferencia”) en lo que respecta a la clara disminución del número total y de la tasa de interferencia en todas las categorías en los T3 en relación a las observadas en los T1; (la “tasa de interferencia” lexical casi 4 veces menor en los T3 en relación a los T1; incluso en números absolutos, las interferencias son minoritarias en las formas verbales que aparecen en T3, en relación a las que aparecen en T1; también, aunque con menos intensidad por lo reducido de los guarismos, es menor la interferencia registrada en T3 para las interferencias prosódico-gráficas y las formas coloquiales).

Dan apoyo a nuestra hipótesis en el cálculo proporcional y en las respectivas tasas, aunque no en los números absolutos (que son iguales), las respectivas interferencias registradas en los T1 y en los T3 en lo que respecta a las preposiciones y los pronombres personales.

Los números absolutos son levemente contrarios a nuestra hipótesis en lo que se refiere a las interferencias a nivel de los artículos, y para casos aislados en lo que tiene que ver con el género, los

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

demonstrativos y el orden de palabras. Nótese no obstante, que en todos estos casos, la diferencia negativa era de tan sólo una unidad, y además como ya se dijo, siempre podemos recurrir al cálculo proporcional que corrige, a través de la tasa de interferencia, la apariencia de los números absolutos (en especial en lo que a los artículos respecta).

Los números absolutos mostraban una diferencia de más de una unidad contraria a nuestra hipótesis solamente en 3 casos; uno de ellos puede considerarse significativo por ser la diferencia de 5 a 7 (mientras que en los otros 2 la misma es de 0 a 2 y de 1 a 3 respectivamente); esa diferencia más significativa se refiere a la acentuación, rasgo eminentemente superficial-periférico de la lengua, por cuanto afecta solamente a la ortografía y no a la estructura; pero en todos los casos, y también en este último, la disminución de la tasa de interferencia en T3 con relación a T1 se confirma y avala lo principal de nuestra intuición.

CONCLUSIONES DEL PRE-TEST

Los resultados recogidos y el análisis realizado, nos permitieron concluir que nuestra hipótesis había sido en lo esencial corroborada; o sea, que podemos sostener que para personas que aprenden una segunda lengua con fines profesionales, en especial con miras a ejercer la docencia de la misma ulteriormente, “a mayor contacto lingüístico, menos interferencia”.

Cuando analizamos la distribución y evolución de las “tasas de interferencia”, los resultados tampoco se ajustan a la escala presentada por Thomason, en la medida en que hemos constatado una situación de estabilidad en el ordenamiento de las “tasas de interferencia” de las diversas categorías entre los dos estadios comparados.

Ahora bien, el pequeño tamaño de nuestro corpus y la escasa diferencia de “tiempo de contacto” entre ambos estadios comparados, exige que seamos prudentes y que mantengamos nuestra hipótesis en su carácter de tal, hasta que sucesivos tests con corpora mayores permitirán llegar a conclusiones más sólidas sobre su pertinencia, tanto en lo que respecta a su tesis principal como a la ordenación temporal de las interferencias. Cuando publiquemos nuestra Tesis

DEPARTAMENTO DE LETRAS

doctoral mostraremos hasta qué punto los tests más afinados que hemos hecho corroboran lo aquí dicho.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

THOMASON, Sarah Grey and KAUFMAN, Terrence. *Language Contact, Creolization, and Genetic Linguistics*. Oxford: England and Berkeley, California: University of California Press, 1988.

———. *Language contact*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2001.

———. *Can rules be borrowed*. Disponível na página www.umich.edu/~thomason, 2002a.

———. *Linguistic areas and language history*. Disponível na página www.umich.edu/~thomason, 2002b.

———. *On the unpredictability of contacts effects*. Disponível na página www.umich.edu/~thomason, 2002c.

——— & EVERETT, Daniel, L. *Pronoun borrowing*. Disponível na página www.umich.edu/~thomason, 2002d.

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

MARIO DE ANDRADE
NACIONAL, TRADICIONAL E MODERNO

Marcia Reis (UFF)

PASSADO, PRESENTE E FUTURO

Só o passado verdadeiramente nos pertence.
O presente ... O presente não existe:
Le moment où je parle est déjà loin de moi.
O futuro diz o povo que a Deus pertence
A Deus ... Ora, Deus! (MANUEL BANDEIRA)

Em sua maioria, os textos que visam tratar da Modernidade tendem a iniciar sua reflexão partindo e ratificando o seu caráter de ruptura. O moderno rompe uma ordem pré-existente e estabelece uma outra ordem. A ordem rompida constitui o passado, e a nova, o moderno. É possível, portanto, perceber uma relação de paralelismo entre os termos moderno e novo, relação para a qual o passado representava algo totalmente descartado. A reflexão contemporânea, entretanto, e principalmente o poeta e crítico mexicano Octávio Paz em *Os filhos do barro* (1984), tem procurado rever e redimensionar a compreensão do que é e do que representa o moderno. Em sua obra, Paz inicia por afirmar que o moderno, justamente por valer-se continuamente da ruptura, constitui também uma tradição. Tradição singular, que se afirma como ruptura de uma tradição imperante, que será substituída por uma outra, a qual também será substituída e assim sucessivamente. Portanto, embora o crítico ratifique a noção do moderno como algo que difere e, a princípio, se opõe ao passado, a relação que estabelece entre o moderno e a tradição, assim como a consciência que o “novo” tem de sua efemeridade indicam uma espécie de “latência da condição de passado” no moderno. Ou seja, o moderno só o é na sua atualidade, o futuro o transformará em uma tradição. É na tentativa de escapar a este destino que o moderno busca priorizar o tempo presente, faz dele o seu “tempo ideal” e se opõe às tradições anteriores enquanto forma de permanência inalterável do passado.

Entretanto, ao referir-se à semelhança entre os termos com que Friedrich Von Schelegel, um século antes, define o amor, a poe-

DEPARTAMENTO DE LETRAS

sia e a ironia dos românticos e aqueles que André Breton emprega para falar de erotismo, imaginação e humor dos surrealistas, Paz assinala a irrefutável “persistência de certas formas de pensar, de ver e de sentir”. Assim, nos leva a atentar para a complexidade da relação entre o moderno e a tradição. O moderno reconhece na história a mudança contínua e, por esta razão, reconhece a si próprio como parte também de uma tradição. Essa consciência o leva a ser (auto)crítico com relação à mesma.

O poeta e crítico T. S. Eliot também desenvolve considerações a respeito da relação entre a tradição, a crítica moderna e o talento individual do artista. Segundo Eliot, a crítica moderna tende a valorizar em um poeta, ou artista, aquilo que ele apresenta de original, de diferente em relação aos seus antecessores. Eliot procura inverter esta ordem, pois considera que a riqueza, e mesmo a individualidade de um poeta, se afirmam a partir de sua capacidade de fazer viver em sua obra a tradição:

... se nos aproximarmos de um poeta sem esse preconceito [o da exigência de originalidade, diferença em relação aos antecessores] muitas vezes vamos descobrir que não só as melhores, mas as partes mais pessoais de sua obra podem ser aquelas em que os poetas mortos, seus antepassados, afirmam sua imortalidade de maneira mais vigorosa. (ELIOT, 1985: 33)

Contudo, seu conceito de tradição não se refere à mera aquisição ou cópia de procedimentos utilizados por uma geração anterior. Tradição para Eliot é algo obtido através de grande esforço, tendo por fundamento o senso histórico. Esse permite ao homem realmente vivenciar o passado não como algo morto, o que seria feito pela memória, mas como algo que persiste no presente. A grande distinção entre o tempo presente e o tempo passado consistindo na amplitude do conhecimento daquele sobre este.

Outro elemento de grande importância no ensaio de Eliot é a intertextualidade. Para o crítico, nenhum poeta ou artista, seja qual for sua arte, pode ser inteiramente compreendido se considerado isoladamente “*No poet, no artist of any art, has his complete meaning alone*” (1985:39). Sua obra há de ser relacionada a toda uma ordem que lhe é anterior, e na qual influi, para que possa ser compreendida. Para Eliot, mais importante que a ênfase a sentimentos e características pessoais é a necessidade de que o artista desenvolva esta “consciência do passado”. Segundo Silviano Santiago (1989), o que há de

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

negativo na visão de Eliot é o seu eurocentrismo. Isto é, sua noção de como se atualiza a tradição está condicionada à existência de uma única e exclusiva “tradição ocidental”, que teria suas bases em Homero e se expandiria através da literatura européia. Assim, as outras realizações (africanas, indígenas e americanas) estariam excluídas. Por tal razão, juntamente com sua concepção histórica de permanência do passado no presente, Eliot teria sido rejeitado por nossos primeiros poetas modernistas. Vejamos, entretanto, como é possível relacionar a visão de Paz e Eliot e a forma pela qual Mário de Andrade, um dos expoentes do modernismo no Brasil, concebe e atualiza a questão da tradição tanto em sua obra crítica, quanto na literária.

Em carta a Carlos Drummond de Andrade (Cf. Carta XIII, **In**: ANDRADE, 1988), Mário refere-se a uma entrevista concedida ao jornal do Rio intitulado *A Noite*.³⁴ Este organizara um “Mês Modernista”, i.e., durante um mês seriam publicados, diariamente, artigos, poemas, etc, de autores ligados ao movimento. Carlos Drummond fora, então, indicado por Mário para integrar a publicação. Segundo o próprio Mário, Drummond encontraria na entrevista “a maneira de tradição pra qual sou favorável”, ou seja, sua concepção de tradição e a forma como esta deveria atualizar-se. Na verdade, o vínculo entre Mário e a questão da tradição é um dos elementos determinantes em sua obra. Impossível ignorar o interesse que nutre pelas lendas e costumes populares que o levava a estudar, organizar cursos e escrever sobre os mesmos. Para Mário, como veremos adiante, tradição e nacionalidade eram temas complementares. Ao examinarmos sua atuação no Departamento de Cultura de São Paulo podemos observar o seu empenho em promover projetos que conservassem e, simultaneamente, divulgassem nosso patrimônio histórico. Este é o caso dos museus municipais a que Mário se refere em carta a Paulo Duarte (Cf. DUARTE, 1977). Tais museus deveriam ser, ao mesmo tempo, um monumento ao passado e ao presente, contendo tanto elementos arqueológicos, folclóricos, históricos e artísticos, como também áreas em que a natureza e a indústria se fizessem presentes. Este desejo de que passado e presente estivessem juntos em um espaço de caráter educativo deve ser compreendido como parte integrante de sua forma de perceber a relação entre a arte e o processo histórico. Tor-

³⁴ A entrevista em questão pode ser encontrada na seção de microfímes da Biblioteca Nacional.

DEPARTAMENTO DE LETRAS

nemos à entrevista para que possamos melhor compreendê-la. É interessante mencionar uma espécie de polêmica que antecedeu a realização do “Mês Modernista” (Cf. Nota 1 à carta XII de *A lição do amigo*). O evento foi inicialmente anunciado com o título de “Mês Futurista”. Como os artistas convidados não se consideravam futuristas e sim modernistas, houve um protesto por parte de Mário de Andrade e o título passou para “O Mês Modernista que ia ser Futurista”, em aparente ironia por parte dos editores. Novo protesto de Mário e, então, o título “O Mês Modernista” foi definitivamente adotado. Referimo-nos a uma possível ironia, somemos a ela, talvez, a ignorância quanto à precisão dos termos. O futurismo foi um movimento artístico de vanguarda lançado por Marinetti na Itália, em 1909, através do “Manifesto Futurista”. Tinha por base uma concepção excessivamente dinâmica da vida, direcionada para o futuro e combatendo o culto ao passado e à tradição. O desenvolvimento do modernismo no Brasil, e também as alusões que fizemos à forma de compreender a relação entre o moderno e a tradição preconizadas tanto por Paz quanto por Eliot nos permitem ver com maior amplitude tal relação, sendo mesmo possível utilizar-se a expressão “tradição moderna”. Nosso modernismo caracterizou-se pela ruptura com as tradições acadêmicas, pela liberdade de criação e de pesquisa estética, mas também pela busca e valorização de nossas tradições culturais. As próprias considerações desenvolvidas por Mário sobre a tradição e o modernismo apontam não só para a impropriedade, assim como a total inadequação de utilizar-se o termo “futurismo” para denominarmos o movimento brasileiro. Não nos esqueçamos de que o poeta moderno elege para si o tempo presente. Embora o futuro não seja algo completamente descartado, não é ele o objeto da arte moderna. A partir desta concentração no presente, Mário estabelecerá, também, o elo entre os modernos e a tradição mais remota:

Como os verdadeiros poetas de todos os tempos, como Homero, como Vergílio, como Dante, o que cantam [os poetas modernos] é a época em que vivem. E é por seguirem os velhos poetas que os poetas modernistas são tão novos. (ANDRADE, [s/d.]: 224)

Acentue-se também a crítica feita por Mário a Marinetti em “A escrava que não é Isaura”. Segundo ele, na utilização exagerada dos novos recursos e preceitos do movimento, Marinetti estaria priorizando só o meio (a técnica) em detrimento do fim (o objetivo renovador do movimento) e, por conseqüência, tornando-se uma virtuose,

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

ou seja, aquele que possui habilidade artística meramente malabarística, destituída de sentimento e ou de capacidade interpretativa. E uma virtuose não é um verdadeiro artista.

Poderíamos, neste instante, estabelecer uma distinção, e também uma aproximação, entre o pensamento de Eliot e de Mário no que tange à questão do artista a partir do já mencionado texto de Eliot e de “O artista e o artesão” de Mário (1976). Eliot prega a “despersonalização”. Para ele, a maturidade de um artista deve ser considerada a partir de sua capacidade de tornar-se um meio (*médium*) através do qual os sentimentos, compreendidos como matéria poética, podem descobrir novas combinações, e também por sua capacidade de anular-se enquanto indivíduo, dotado de personalidade própria, em sua obra. Ao terminar seu ensaio, Eliot acentua que existe um grande número de pessoas que aprecia a expressão de emoções sinceras em forma de verso - isso, entretanto, não é poesia - e um número menor que pode apreciar a excelência técnica. Tal excelência apenas seria obtida se o poeta fosse capaz de expressar a emoção artística de forma impessoal, o que se alcançaria a partir da consciência em relação ao que do passado permanece vivo, ou seja, a tradição. Mário aproxima-se de Eliot quando destaca a necessidade de viver-se o passado e não revivê-lo - o que classifica de passadismo - de referi-lo ao presente, o que só é possível a partir da emotividade histórica, compreendida como o que Eliot denomina de *historical sense* (sentido histórico).

Entretanto, diferentemente do poeta inglês, Mário considera o que denomina de “solução (ou técnica) pessoal” uma das etapas da “técnica de fazer obras de arte”. A solução pessoal constituiria uma parte imprescindível desta técnica e impossível de ser ensinada porque corresponderia a uma verdade interior do artista. Contudo, Mário parece acordar com Eliot quando assinala o equívoco a que “a inflação do individualismo” estaria conduzindo tanto a arte quanto a crítica: o de transformar em objeto da arte não a obra de arte, mas sim o artista. Nesta exacerbação do individualismo estaria expresso o desejo do artista de participar da divindade - e não mais de tentar alcançá-la simplesmente. Na tentativa de fazê-lo, o artista estaria se afastando “do seu destino e da missão que se deu para cumprir no mundo”, pois para a arte verdadeira, como declara no fim de seu texto, *ser humano é fatal, indispensável*.

DEPARTAMENTO DE LETRAS

Portanto, a crítica a Marinetti e ao seu individualismo e a exigência de que se distinguísse o movimento modernista brasileiro do Futurismo parecem-nos plenamente justificadas. Retomemos, então, a partir da entrevista já mencionada, suas considerações sobre a relação entre o modernismo brasileiro e a tradição. Primeiramente, Mário dedica-se a comentar a revolução, a ruptura inicial que o movimento procedeu e a reconhecer sua importância. A revolta é definida por ele como um momento de exceção, ou seja, o homem “se exce-tua para conquistar mais liberdade e maior visão da torrente huma-na”. Mário ratifica a consciência de que para influir nesta “torrente humana” o homem precisa estar dentro dela, pois a crítica só se atualiza a partir da (participação) do homem na história. A função da re-volta, portanto, teria sido a quebra momentânea da tradição, que en-tão se revelava improdutivo, a introdução de novas questões e novos valores e o conhecimento mais profundo do passado. Tendo alcança-do seus objetivos, especialmente o de fazer que nossas artes voltas-sem realmente a produzir, seria inútil permanecer apenas na revolta. O primeiro momento, o da ruptura, o da destruição, poderia ser, en-tão, substituído por um momento de construção.

É nesse novo momento que a tradição assume grande impor-tância. Mário a compreende como elemento imprescindível à afirma-ção de nossa identidade nacional. Somente a partir do momento em que nos “tradicionalizássemos” e que “contribuíssemos com algo nosso para a humanidade” é que estaríamos configurando nossa na-cionalidade. Note-se, entretanto, que o conceito de nacionalidade de Mário não envolve a clássica oposição nacionalismo/universalismo. Como afirma em carta a Drummond, nacionalismo significa sim-plesmente ser:

Ninguém que *seja* verdadeiramente, isto é, viva, se relacione com o seu passado, com as suas necessidades imediatas práticas e espirituais, se relacione com o meio, com a terra, com a família etc, ninguém que seja verdadeiramente, deixará de ser nacional.. (ANDRADE, 1988:30)

Somando-se a esse ser que se define como vivência real no contexto brasileiro, Mário alude constantemente à necessidade de se criar, com base nessa própria vivência, o ideal, a orientação brasilei-ra. Deixaríamos, então, de ser apenas imitadores de “outras civiliza-ções” e alcançaríamos a universalidade à medida que assumíssemos as nossas peculiaridades, i.e., que fôssemos *nacionais*. É justamente esta consciência que o leva a ser tão incisivo em sua crítica a Paulo

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Duarte³⁵ quando este insiste em não reconhecer a importância da produção brasileira de então. Segundo Mário, a atitude de Paulo estaria equivocada porque teria como base critérios externos, eurocêntricos. Além disso, a longa ausência do Brasil, que lhe fora imposta, o impediria de uma vivência real em meio às questões que determinavam a produção da época. Como em “A raposa e o tostão” (1977), Mário reconhece que muitas obras mereceriam a alcunha de menores e que a atitude do crítico não deveria ser a condescendência, entretanto, destaca o papel essencial que tais obras cumpriam: serviam “para uso e definição *interna*” (grifo do autor), “acentuavam traços e tendências, fortificavam ideais”. E se eram “menores”, eram simultaneamente parte constituinte e produto da realidade (intelectual) brasileira.

Contudo, o empenho de Mário para que se atingisse esse *ser Brasil* não se restringiu somente a sua crítica. Dedicou também sua obra literária a este projeto. Atitude consciente e que se faz explícita nas considerações que desenvolve sobre a forte presença de Machado, assinalada pela crítica, no seu *Amar verbo intransitivo*:

... a tendência especializada do sr. Mário de Andrade é trabalhar a substância brasileira. O que a gente besta mais tem percebido é o trabalho da língua porém o sr. Mário de Andrade mesmo já falou em artigo que trata de trabalhar a substância brasileira em todos os sentidos. E mesmo que não falasse isso se percebe do livro pelos tipos gerais que escolheu Souza Costa dona Laura e principalmente a filharada. Além disso trabalhou a língua, ora por que o sr. Mário de Andrade trabalhou Machado? Naturalmente é porque quis tradicionalizar alguma coisa também a mais. E eu (o crítico) que tenho obrigação de saber certas coisas sei que um dos traços específicos do brasileiro é o humorismo. Entre os caipiras isto é desenvolvidíssimo. A mistura do humorismo e do sentimental é o traço flagrante do folclore poético e mesmo musical do Brasil. Ora se o sr. Mário se *inspira* em Machado de Assis é porque quis *tradicionalizar* a orientação humorística brasileira representada por Machado na literatura de ordem artística, Machado que a gente pondo reparo mais íntimo é mais brasileiro que parece à primeira vista. Até na língua que estudada de mais perto mostra uma aversão quase sistemática pelos modismos especialmente portuguesas.

(ANDRADE, 1988:105-106, Grifos do autor)

Substância brasileira e tradição são, portanto, elementos indissociáveis. E se Mário alude à presença de Machado em sua obra co-

³⁵ Cf. Carta de 7 de setembro de 1942., Op.cit.:246-250.

DEPARTAMENTO DE LETRAS

mo forma de “*tradicionalizar* a orientação humorística brasileira”, somos imediatamente levados a perceber o vínculo entre a forma como Mário concebe a nacionalidade (“substância brasileira”) e a apresentada por Machado em “Instinto de Nacionalidade”: uma espécie de “sentimento íntimo” que faz com que, independente do tempo ou local a que se refiram (ou remetam) os escritos de um autor, ele se afirme enquanto “homem do seu tempo e do seu país”. Esta retomada de Machado que constitui, ao mesmo tempo, permanência do pensamento machadiano, remete-nos, mais uma vez à forma específica de Mário perceber a importância da relação com a tradição. Segundo ele, faltava-nos tomar consciência de nosso passado, *sistematizá-lo*. Somos, então compelidos a estabelecer o elo entre o seu pensamento e o conceito de literatura enquanto sistema apresentado por Antônio Cândido em *Formação da literatura brasileira* (1981). Um sistema literário pressupõe continuidade e continuidade é tradição, permanência e questionamento da lição que gerações anteriores foram pouco a pouco nos deixando:

... espécie de transmissão da tocha entre corredores, que assegura o movimento conjunto, definindo os lineamentos de um todo. É uma tradição no sentido completo do termo, isto é, transmissão de algo entre os homens, e o conjunto de elementos transmitidos, formando padrões que se impõem ao pensamento ou ao comportamento, e aos quais somos obrigados a nos referir, para aceitar ou rejeitar. Sem esta tradição não há literatura, como fenômeno de civilização. (CANDIDO, 1981: 24)

É exatamente isto que Mário propõe: que o passado seja referido ao presente; que se possa viver o passado e não re-vivê-lo. Uma vivência da realidade brasileira implica também uma vivência histórica e esta significa presença do passado no presente, consciência de que, atingidos os objetivos da ruptura, o recurso ao passado é indispensável:

Mas lá seguimos todos irmanados por um mesmo ideal de aventura e sinceridade, escoteiros da nova Poesia.

Não mais irritados! Não mais destruidores! Não mais derribadores de ídolos! Os passadistas não conseguem tirar de nós mais que o dorso da indiferença. O amor *esclarecido* ao passado e o estudo da lição histórica dão-nos a serenidade.

A certeza de uma ânsia legítima, dum ideal científico, dá-nos o entusiasmo. (ANDRADE, *op. cit.* [s./d.]: 274)

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

A distinção faz-se cada vez mais cristalina: re-viver remete à memória e envolve uma certa passividade; viver implica ação. É antes de tudo à ação que se dedica Mário. Ação peculiar, própria ao intelectual, pois, como declara em “O Movimento Modernista”, “não me imagino político de ação”, mas ação efetiva que faz com que o homem paute toda a sua vida na realização de seu ideal - aqui sem qualquer conotação utópica. Mário não esteve intelectual, *ser* intelectual era sua característica fundamental. *Ser* intelectual e *ser* brasileiro. Foi o reconhecimento da importância da tradição para que nos (a)firmássemos enquanto participantes e contribuintes da universalidade que o levou a valorizar não só o movimento Romântico brasileiro, mas também os diversos escritores que contribuíram para tal. Mas, foi principalmente aquele íntimo a que Machado uma vez se referiu que o levou a fundar uma nova tradição cultural brasileira.

DEPARTAMENTO DE LETRAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Carlos Drummond de. *A lição do amigo*. Cartas de Mário de Andrade. Rio de Janeiro: Record, 1988.

ANDRADE, Mário. Entrevista ao jornal *A Noite*. Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1925. (Encontra-se na seção de microfílmes da Biblioteca Nacional).

———. A raposa e o tostão. **In:** ——. *O empalhador de passarinho*. São Paulo: Martins/INL, 1977.

———. O Movimento Modernista. **In:** ——. *Aspectos da literatura brasileira*. São Paulo: Martins, 1974.

———. A escrava que não é Isaura. **In:** ——. *Obra imatura*. São Paulo: Martins.

———. O artista e o artesão. **In:** ——. *O baile das quatro artes*. São Paulo: Martins, 1976.

CANDIDO, Antonio. Introdução. **In:** ——. *Formação da Literatura Brasileira*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

DUARTE, Paulo. *Mário de Andrade por ele mesmo*. São Paulo: Hucitec, 1977.

ELIOT, T.S. Tradição e talento individual. **In:** ——. *Ensaaios*. São Paulo: Art Editora, 1985.

MACHADO DE ASSIS, J. M. Instinto de Nacionalidade. **In:** ——. *Crítica literária*. Rio de Janeiro: Jackson, 1945.

PAZ, Octávio. *Os filhos do barro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

SANTIAGO, Silviano. A permanência do discurso da tradição no Modernismo. **In:** ——. *Nas malhas da letra*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

TELLES, Gilberto Mendonça. *Vanguarda européia e Modernismo Brasileiro*. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1976.

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

O PRODUTO (MARCA) COMO GAROTO-PROPAGANDA AS MODALIDADES DO ATO DELOCUTIVO E A INTERTEXTUALIDADE – UMA LEITURA SEMIOLINGÜÍSTICA DO TEXTO PUBLICITÁRIO ESCRITO

Ilana da Silva Rebello (UFF)

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em 2004/2005, aluna do Programa de Pós-Graduação da UFF, no Mestrado em Língua Portuguesa, participei do projeto de pesquisa da Prof^a Rosane Monnerat, intitulado: *Modalidades enunciativas no texto midiático: interface com a lingüística do texto*. Fazendo um recorte desse projeto, estudei as *modalidades do ato delocutivo – a asserção e o discurso reportado no texto publicitário escrito*.

O *corpus* total do projeto foi formado de 506 textos, sendo 43 da Modalidade elocutiva (8%), 199 da Modalidade alocutiva (39%), 212 da Modalidade delocutiva (43%) e 52 textos mistos (10%).

Assim, decidi trabalhar com o texto de publicidade, a fim de entender cada vez mais a fascinação que esse gênero textual exerce sobre a vida das pessoas. Como cidadãos e educadores precisamos ficar atentos a todo e qualquer tipo de linguagem que cerca o dia-a-dia das pessoas. A escola não está isenta das influências do meio social em que está inserida.

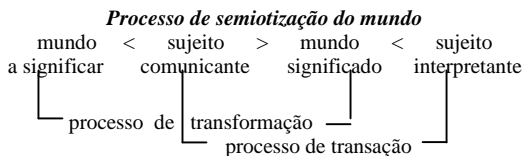
A ANÁLISE DO DISCURSO E A PUBLICIDADE

A Semiolingüística, base para esta pesquisa, é uma teoria da Análise do Discurso, criada pelo pesquisador da Universidade Paris XIII, *Patrick Charaudeau*.

Em Semiolingüística, *Sémio-*, vem de *sémiosis* – a construção do sentido e sua configuração se fazem por meio de uma relação forma-sentido; já o termo *–lingüística* lembra que a forma de ação pretendida pelo sujeito-comunicante é sobretudo constituída por um material linguageiro oriundo das línguas naturais. (CHARAUDEAU, 1995: 98)

DEPARTAMENTO DE LETRAS

Por meio de signos verbais e/ou não-verbais o sujeito é capaz de significar o mundo para o outro. Isso significa dizer que a comunicação parte de um processo de *semiotização de mundo*, elaborado através de um processo de *transformação* entre o mundo a ser significado e o mundo significado e um processo de *transação* (base da construção do *contrato de comunicação*) entre o sujeito comunicante e o sujeito interpretante-destinatário (CHARAUDEAU, 1995: 101).



(CHARAUDEAU, 1995: 101)

Enquanto o processo de *transformação* compreende as operações de *identificação* (identidades nominais), *qualificação* (identidades descritivas), *ação* (identidades narrativas) e *causação* (os seres agem em razão de certos motivos), o processo de *transação* realiza-se segundo quatro princípios: de *alteridade*, de *pertinência*, de *influência* e de *regulação*.

Pode-se concluir que todo processo de comunicação se constrói através de uma interação real ou suposta entre dois parceiros (*princípio da alteridade*), em que cada um desses parceiros procura modificar, ou seja, influenciar os comportamentos ou pensamentos do outro (*princípio da influência*). Nesse processo de comunicação, cada um dos parceiros deve administrar a troca de maneira a torná-la possível (*princípio da regulação*) e tornar o processo válido, tendo um saber em comum (*princípio da pertinência*).

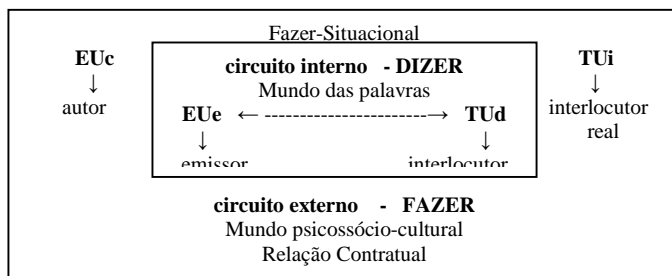
Assim, não existe ato de comunicação em si mesmo. Durante a construção do sentido, os sujeitos estão em franco processo de interlocução, compartilham saberes e desdobram-se em dois "eus" e dois "tus".

Como afirma Charaudeau (2001: 31-2), todo ato de linguagem é uma encenação que comporta quatro protagonistas, sendo dois *situacionais*, externos e dois *discursivos*, internos. Os sujeitos "externos" são o *EUc* (eu-comunicante) e o *TUi* (tu-interpretante) e os sujeitos "internos", o *EUe* (eu-enunciador) e o *TUd* (tu-destinatário).

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

No circuito externo, os seres são de ação, instituídos pela *produção* (Euc) e pela *interpretação* (Tui) e guiados pelo FAZER da situação psicossocial. Já no circuito interno, os seres são da *fala*, instituídos pelo DIZER (Eue e Tud).

O quadro enunciativo da Semiolingüística mostra que todo ato de linguagem, seja ele falado ou escrito, é uma representação comandada pelos sujeitos externos e internos. Charaudeau chama essa representação de *mise en scène*.



Nesse sentido, o ato de linguagem não pode ser visto como uma simples produção de uma mensagem por um *eu-comunicante* em direção a um *tu-destinatário*, mas como um encontro dialético.

DESCREVER, NARRAR, ARGUMENTAR E ENUNCIAR

Cada texto tem algo a dizer e é organizado de acordo com uma estrutura determinada. A competência sociocomunicativa dos falantes/ouvintes leva-os a detectar o que é mais adequado ou inadequado em cada uma das práticas sociais. Essa competência permite, ainda, que o falante perceba se, em um texto, predominam seqüências de caráter narrativo, descritivo e/ou argumentativo.

Assim, a escolha do modo de organização do discurso deverá levar em conta os objetivos visados, o lugar social e os papéis dos participantes. Além disso, essa escolha normalmente é feita com base no tipo de texto que se quer construir. Numa carta de emprego, o remetente utilizará predominantemente o modo argumentativo; num guia turístico, o modo descritivo será o mais utilizado e assim por diante. Como afirma Koch (2002: 53),

DEPARTAMENTO DE LETRAS

O contato com os textos da vida cotidiana, como anúncios, avisos de toda a ordem, artigos de jornais, catálogos, receitas médicas, prospectos, guias turísticos, literatura de apoio à manipulação de máquinas etc., exercita a nossa capacidade metatextual para a construção e interpretação de textos.

Nesse sentido, todos os nossos enunciados são construídos com base em um modo de organização do discurso – descritivo, narrativo, argumentativo e/ou enunciativo. Esses modos podem aparecer de forma exclusiva ou, ainda, mesclada num texto.

COMPONENTES DA CONSTRUÇÃO ENUNCIATIVA: ATOS LOCUTIVOS

Dentre os modos de organização do discurso, o modo enunciativo dá testemunho da maneira pela qual o sujeito falante "se apropria da língua" para organizar o discurso. Nesse sentido, é possível distinguir as três funções e, ao mesmo tempo, os componentes (atos locutivos) do modo enunciativo:

- estabelecer uma *relação de influência* entre locutor e interlocutor (relação do locutor com o interlocutor: ato ALOCUTIVO);
- revelar o *ponto de vista* do locutor (relação do locutor com o dito: ato ELOCUTIVO);
- *testemunhar* a fala da terceira pessoa (relação do locutor com a terceira pessoa: ato DELOCUTIVO).

AS MODALIDADES DO ATO DELOCUTIVO E A INTERTEXTUALIDADE

As modalidades do ato delocutivo são a *asserção* e o *discurso reportado*.

A asserção é uma modalidade, isto é, uma categoria de língua do ato delocutivo que não depende dos interlocutores da situação comunicativa. Caracteriza-se pela forma de apresentar a verdade de uma proposição, ou seja, um *modo de dizer*.

Dessa forma, em “Paulo veio à aula”, é afirmada “a vinda de Paulo” e em “Paulo não veio à aula” é negada “a vinda de Paulo”. Nas duas proposições é enunciada uma verdade que não se funda-

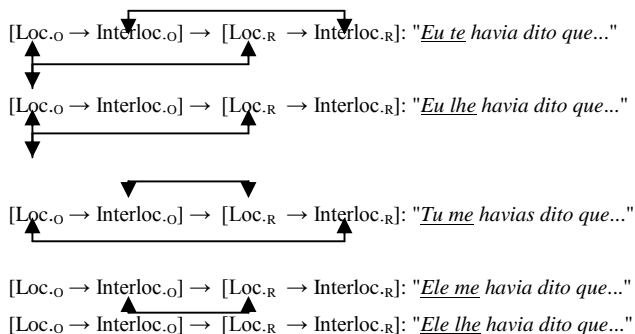
FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

menta na existência de determinados elementos do conteúdo do enunciado, mas no *acontecimento de discurso*. A frase negativa também enuncia uma verdade.

Já no discurso reportado, o enunciador toma por objeto um outro ato de enunciação. É uma modalidade complexa, que depende da posição dos interlocutores, das maneiras de narrar um discurso já enunciado e da descrição dos modos de enunciação de origem.

Dessa forma, no discurso reportado, os interlocutores podem ocupar diferentes posições. Por exemplo, um locutor *relator* (Loc._R) se dirige a um interlocutor (Interloc._R), em um certo tempo (T._R) e num certo espaço (E._R), para lhe trazer o discurso precedentemente enunciado (D._O) por um locutor de *origem* (Loc._O) que se tenha endereçado a um interlocutor (Interloc._O), em um certo tempo (T._O) e num certo espaço (E._O).

Assim, de acordo com Charaudeau (1992: 622-3), vários casos de relação entre esses diferentes interlocutores podem-se apresentar. Eis alguns dos exemplos dados pelo autor.



Conforme essa lista de casos, o locutor-relator não coincide necessariamente com o interlocutor de origem. Um ou vários intermediários podem intervir entre o Loc._O e o Loc._R, o que pode ocasionar um certo número de problemas em relação ao *grau de fidelidade*, ao *modo de reprodução* e ao *tipo de "distância" do locutor*. Por exemplo, em "Ele me havia dito que...", o locutor-relator coincide com o interlocutor de origem, porém o mesmo não ocorre em "Ele lhe havia dito que...".

DEPARTAMENTO DE LETRAS

A fidelidade pode estar presente no *discurso reportado*, em graus diferentes, de acordo com uma intenção clara, ou não, da parte do relator.

O *discurso de origem* pode ser narrado de diferentes modos pelo Loc._R. Ele pode ser a) *citado*, b) *integrado*, c) *narrativizado* ou d) *evocado*.

a) *Discurso de origem citado*

O *discurso de origem é citado* (mais ou menos integralmente) em uma construção que o reproduz tal como foi enunciado, de maneira autônoma. No discurso citado, o locutor relator (Loc._R) não nos diz o que o locutor de origem (Loc._O) falou; ele passa a palavra ao (Loc._O) para que ele mesmo diga o que pretende. Esse tipo de discurso corresponde àquele que a gramática tradicional chama de "estilo direto".

“Lula: ‘A elite não vai me fazer baixar a cabeça’.”

(O Globo: 23/07/05)

b) *Discurso de origem integrado*

O *discurso de origem é integrado* quando faz parte de uma construção que o integra parcialmente ao dizer daquele que narra. Esse tipo de discurso ocasiona uma transformação no enunciado que passa a ser narrado na 3ª pessoa. Como os pronomes, os tempos verbais dependem, não do momento de enunciação de origem, mas do momento de enunciação do locutor que narra. Em outras palavras, no *discurso de origem integrado* os pronomes e os tempos verbais assumem a forma de 3ª pessoa.

Assim, o enunciado: "Meu carro está ruim" será narrado: "*Ele disse que o carro dele estava ruim*". Nesse caso, a gramática tradicional fala de "estilo indireto" e "estilo indireto livre".

c) *Discurso de origem narrativizado*

O *discurso de origem* pode também ser *narrativizado*. Isso ocorre quando o discurso é reportado de tal forma que ele se integra totalmente e mesmo desaparece no dizer de quem reporta. O locutor

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

de origem torna-se agente de um ato de dizer. Assim: "Eu estou decepcionado" será reportado: "Ele lhe confessou sua decepção."

Como se vê, nesse caso, o discurso de origem sofre uma transformação morfológica aparecendo, a maior parte do tempo, em sua forma *nominalizada*.

d) *Discurso de origem evocado*

O *discurso de origem é evocado* apenas como uma prova daquilo que o locutor de origem diz ou mais freqüentemente tem o hábito de dizer. Além disso, esse tipo de discurso é utilizado para provar ou tornar mais verdadeiro o enunciado do locutor relator. É um tipo de discurso freqüentemente configurado por uma palavra ou um grupo de palavras entre aspas, travessões ou parênteses, correspondendo a um "*Como você diz*", "*Como ele diz*", "*Como se diz*" ou "*Como eu gosto de dizer*".

Assim, em: "*Você sabe, seu carro está 'ruim'*", a palavra entre aspas pode ser uma alusão à: "*Como ele mesmo diz*".

As citações de *máximas* e de *provérbios* são exemplos de discurso evocado, pois fazem alusão ao saber popular, à *vox populi*, ao "*Como se diz*": "*Eu te digo que 'pobreza não é vício'*".

A classificação proposta por Charaudeau não só amplia o que a tradição gramatical considera como *discurso reportado* (discurso direto, discurso indireto e discurso indireto livre), como também, mostra que o *discurso reportado* é mais do que forma, ou seja, é a língua em uso.

É importante que, no trabalho de análise e uso do *discurso reportado*, o professor leve o aluno a perceber que um modo de enunciação de origem pode ser retomado de diferentes formas pelo locutor relator, caracterizando a atitude comunicativa do locutor de origem e que nem sempre o *discurso reportado* aparecerá com a pontuação canônica. Tal fato fica bem evidente quando analisamos o discurso publicitário escrito.

Outro ponto importante a ser observado é que, se o locutor relator retoma o discurso de outrem, todo *discurso reportado* é polifônico e, dependendo da mensagem, será também *intertextual*. Daí que

DEPARTAMENTO DE LETRAS

a compreensão de textos depende da experiência de vida do leitor, das vivências, das leituras anteriores. Determinadas obras só se revelam por meio do conhecimento de outras. Como afirma Orlandi (2000: 18),

(...) todo discurso nasce em outro (sua matéria-prima) e aponta para outro (seu futuro discursivo). Por isso, na realidade, não se trata nunca de um discurso, mas de um *continuum*.

Assim, a intertextualidade não é utilizada apenas em obras literárias. Pelo contrário, cada vez mais é introduzida em textos de grande circulação social, exigindo do leitor uma maior bagagem cultural.

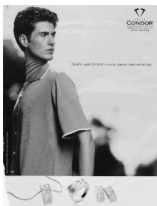
DA TEORIA À PRÁTICA

Selecionamos, de nosso *corpus* de 212 textos publicitários, cinco textos publicitários da *Modalidade delocutiva* para análise.

Os textos que apresentam a imagem de uma ou várias pessoas relacionada(s) ao título podem ser considerados não só como exemplos de *asserção*, ou seja, a afirmação tem existência nela mesma (mesmo sabendo que o publicitário está por trás), mas também como exemplos de *discurso reportado*, caso em que se considera ser o título do texto de autoria da pessoa que está sendo exibida.

Vale ressaltar que nem sempre o *discurso reportado* é intertextual. Além disso, quando um texto característico do *discurso reportado citado* apresentar intertextualidade, esta pode não ser *intertextualidade explícita* do tipo *citação*. Uma classificação não implica a outra. O Loc._o (locutor de origem) pode fazer uso de outros tipos de intertextualidade.

Passemos à análise.



I- “Quem usa Condor nunca passa despercebida.”

Condor

Cláudia – maio/2003

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

No texto (I), das jóias da marca Condor aparece a figura de um rapaz olhando para trás – fica implícito que ele está olhando para uma mulher, porque o título diz: “Quem usa Condor nunca passa despercebida”. A palavra *despercebida* está no feminino. O texto instiga a leitora a adquirir o produto, porque nenhuma mulher gosta de ser ignorada, pelo contrário, normalmente, as mulheres ficam atentas à moda.

O texto (I) lembra um provérbio italiano que diz: “Que valor tem a beleza se ela não for vista?”. Assim, de que adianta usar jóias de outras marcas se elas não chamarem a atenção? Nesse texto usa-se, então, a *intertextualidade implícita (alusão)*, em que um provérbio serve de contexto para a compreensão de um outro enunciado.

Nos textos publicitários em que aparecem uma ou várias pessoas, o dizer (título da propaganda) pode ser considerado de autoria da(s) pessoa(s) da imagem. Assim, em (I), o título pode ser classificado como exemplo de *asserção* (a figura do rapaz é meramente ilustrativa) ou de *discurso reportado citado* (o dizer é do rapaz).



II- “YKK. Todas as cores num abrir e fechar de zíper”.

YKK

Cláudia – abril/2004

O texto publicitário (II) refere-se aos zíperes da marca YKK. É um texto que faz parte da área temática *moda*.

Nesse texto, numa primeira análise, a modalidade do ato delocutivo utilizada é a *asserção*, porque não há a presença de interlocutores e a mensagem se impõe por si mesma. O publicitário, ao produzir o texto, assume apenas o papel de enunciar o que faz a YKK. Porém, podemos também atribuir o dizer à pessoa que está sendo exibida com os zíperes, caracterizando o *discurso reportado citado*.

É interessante ainda observar que o texto faz referência a uma expressão popular: “*num abrir e fechar de olhos*”, que dá a idéia de rapidez e facilidade. É a *intertextualidade implícita* sendo utilizada no texto publicitário.

DEPARTAMENTO DE LETRAS

Dentre os vários tipos de intertextualidade, o publicitário utilizou a **estilização**, em que se verifica a permanência da estrutura e substituição de apenas uma palavra. Na estilização, não ocorre perversão do sentido original do texto. Com a mudança da palavra na expressão, o sentido continuou sendo o mesmo: “num abrir e fechar de olhos” passa a “...num abrir e fechar de zíper”.



III- “Chocolate é bom para TPM. Nova mistura para Bolo Primor. Tão gostosa que ninguém resiste a essa alegria. Nem a TPM do mês.”

Primor

Marie Claire – agosto/2003

O texto (III) da marca Primor é mais um exemplo de **asserção**. É um texto que faz parte da área temática *saúde/alimentação*. É utilizada a **intertextualidade implícita – paródia**. O publicitário constrói uma frase já cristalizada: “...faz mal à saúde”, fazendo o leitor lembrar das advertências que o governo costuma fazer em relação a alguns produtos, dando, porém, um novo sentido ao enunciado. O produto anunciado faz bem à TPM.

É interessante observar que o publicitário colocou um problema que só as mulheres têm – TPM (Tensão pré-menstrual). Assim, numa primeira leitura, a publicidade estaria sendo dirigida somente às mulheres, o que se justificaria porque são elas que resistem ao chocolate, por ser muito calórico e contribuir para aumentar facilmente o peso da pessoa.



IV- “Gigante pela própria natureza. Guia Quatro Rodas Brasil.”

Guia Quatro Rodas

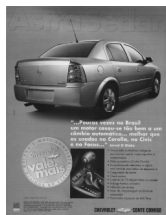
Veja Rio: 25/02/04

O texto (IV) pertence à área temática *serviços*. A modalidade delocutiva utilizada é também a **asserção**.

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Nesse texto, a *intertextualidade é explícita*. Ocorre a *citação* – retomada explícita de um fragmento de um texto. O leitor que sabe de cor o Hino Nacional do Brasil identifica a intertextualidade com facilidade. O publicitário simplesmente reproduz um verso do Hino Nacional. Os interlocutores estão apagados e o que temos é somente uma mensagem associada a um produto.

Vale a pena, ainda, destacar que esse texto publicitário - “*Gigante pela própria natureza*” - pode também estar se referindo ao tamanho do livro – Guia Quatro Rodas, por oferecer ao consumidor um guia completo e atualizado (5452 hotéis e pousadas, 4134 atrações e 2234 restaurantes) do Brasil. Só um “roteiro grosso de viagens” poderia dar conta do tamanho do Brasil, pois como afirma a letra do Hino Nacional, o Brasil é “*Gigante pela própria natureza*”.



V- “...Poucas vezes no Brasil um motor casou-se tão bem a um câmbio automático... melhor que os usados no Corolla, no Civic e no Focus...’ Jornal O Globo”

Chevrolet

Isto É: 23/07/03

O texto (V) pertence à área temática *transportes*. É o único exemplo do *corpus* do trabalho que, mesmo sem apresentar a imagem de uma ou várias pessoas, é característico do *discurso reportado citado*. O publicitário não toma a palavra, mas sim, reproduz, entre aspas, um trecho do Jornal O Globo. O trecho é iniciado pelas reticências, mostrando que foi extraído de um texto maior. Nesse texto, o locutor de origem e o locutor relator coincidem, mas os interlocutores são diferentes.

[Loc._o → Interloc._o] → [Loc._R → Interloc._R]



Loc._o: repórter do jornal O Globo = **Loc._R** : repórter do jornal O Globo

Interloc._o, leitores do jornal O Globo ≠ **Interloc._R**: leitores da revista Isto É

DEPARTAMENTO DE LETRAS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nosso trabalho, fazemos um estudo detalhado apenas das *Modalidades do ato delocutivo* – a *asserção* e o *discurso reportado*.

Se admitirmos que um texto para ser classificado como *discurso reportado* deve trazer marcas explícitas, como por exemplo, estar entre aspas, vir em balões, ou ainda, ser precedido pelo travessão, temos, em todo o *corpus* da *Modalidade delocutiva* apenas duas (1%) propagandas cujos títulos são característicos do *discurso reportado*, contra 210 (99%) da *asserção*.

A predominância da *asserção* leva-nos a concluir que o discurso publicitário escrito prefere expor a mensagem por si mesma a utilizar o discurso de outrem.

No *discurso reportado*, o enunciador retoma um outro ato de enunciação. Nesse caso, o leitor terá que confiar nas palavras do publicitário.

Porém, em nosso trabalho, admitimos uma segunda possibilidade para o *discurso reportado* – levamos em consideração a imagem de uma pessoa junto ao título da propaganda, considerando esse título como o dizer dela. Nesse caso, temos, então, 63 (30%) textos do *discurso reportado*, contra 149 (70%) de *asserção*. Sem dúvida, a *asserção* ainda predomina, mas é interessante observar a grande quantidade de textos publicitários que utiliza imagens de pessoas, a fim de garantir maior credibilidade. Fica implícito, no argumento de autoridade, o dizer delas.

Nos textos analisados característicos do *discurso reportado*, só houve recorrências do *discurso de origem citado*. Os outros tipos de *discurso reportado* – *integrado*, *narrativizado* e *evocado* – não foram utilizados. Tal fato mostra que a *citação* (o *discurso direto*) dá mais legibilidade ao texto, porque são as próprias palavras do locutor de origem.

A análise dos textos nos mostrou também que a *intertextualidade* não ocorre apenas em textos literários. Os anúncios dialogam com outros textos. Dos 35 textos analisados detalhadamente na Dissertação, 21 (60%) utilizam algum tipo de *intertextualidade*.

Os tipos de *intertextualidade* utilizados foram a *citação*, a *alusão*, a *paródia* e a *estilização*. Desses quatro tipos, a *citação* foi a

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

mais recorrente (9 textos: 43%). Bakhtin *apud* Paulino *et alli* (1995: 29) *considera a citação como o modo mais evidente de representação do discurso de outrem (...)*. O nosso *corpus* vem corroborar a afirmação de Bakhtin.

No texto publicitário, como a mensagem deve ser direta a fim de atingir seus objetivos, a *intertextualidade explícita* é a mais recorrente. O tempo de processamento de um tipo de *intertextualidade implícita* (alusão, paródia e estilização) pelo leitor é maior, o que não é interessante para o publicitário.

Enfim, passar do “sentido de língua” ao “sentido de discurso” na leitura do texto publicitário exige que o leitor faça inferências, ativando os seus conhecimentos armazenados. O conhecimento cultural do leitor é importante para a leitura de qualquer texto, principalmente, quando as informações estão implícitas. Tal conhecimento permitirá que o leitor estabeleça comparações e entenda o porquê de uma determinada citação em um texto.

E, como professores de língua materna temos a função de “letrar” nossos alunos, de modo que sejam capazes de lidar com diferentes tipos de textos na sociedade em que vivem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, Nelly de. *Publicidade: a linguagem da sedução*. São Paulo: Ática, 1996.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. **In:** MARI, H. *et alli*. *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso – FALE / UFMG, 2001, p. 23-37.

———. *Grammaire du sens et de l' expression*. Paris: Hachette, 1992.

———. Une analyse sémiolinguistique du discours. **In:** *Langages* n° 117, Les analyses du discours en France. Paris, Larousse, mars 1995, p. 96-111.

JENNY, Laurent. A estratégia da forma. **In:** *Poétique*. Coimbra: Livraria Almedina, n° 27, 1979, p. 5-49.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002.

DEPARTAMENTO DE LETRAS

ORLANDI, Eni Pulcinelli. A polissemia da noção de leitura; Linguagem e método: uma questão da análise de discurso. **In:** *Discurso e leitura*. 5ª ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2000, p. 7-28.

PAULINO, Graça *et alli*. *Intertextualidades*: teoria e prática. Belo Horizonte: Editora Lê, 1995.

**REFLEXÕES SOBRE A EVASÃO ÀS SEXTAS FEIRAS
NO CONTEXTO DA ESCOLA PÚBLICA**

Neide Batista da Silva (PUC-SP e SE-SP)

INTRODUÇÃO

Este artigo visa abordar e refletir sobre a *evasão às sextas-feiras no contexto da Escola Pública*, e as implicações éticas e morais que envolvem essa atitude. As questões que norteiam este artigo são: De que forma esta atitude faz parte da cultura (valores sociais) dos alunos? Quais são as ações capazes de minimizar esta atitude?

Inúmeras são as implicações decorrentes dessa atitude de evasão no contexto da escola pública e o *desencanto* mencionado por Gentili (*apud SILVA E VIZIM, 2001: 41*) vem ao encontro:

O *desencanto* é, por assim dizer, um subproduto do pragmatismo que, por sua vez, costuma ser o eufemismo usado para definir o conformismo, o ceticismo, a aceitação anestesiante das circunstâncias que temos a sorte (ou a desgraça) de enfrentar.

Nesse *desencanto* que se instaura, é preciso que o professor tenha em mente o seu papel que é o de propiciar aos alunos oportunidades para que possam refletir sobre essa situação e para que os mesmos juntamente com seus professores a superem. Citando Spinoza (*apud SCRUTON, 2000: 30*) eu diria que o *conatus* que é o esforço positivo estaria em um nível abaixo do desejado, levando o professor às *idéias inadequadas* e, portanto, uma mente passiva.

Um outro fato crucial de *desencanto* é a falta de investimentos na área escolar que na verdade reduz as possibilidades de uma melhoria no ensino. Uma questão que é de conhecimento de todos e citada por Gentili (*apud SILVA E VIZIM, 2001: 46*) é que:

Os pobres têm que se conformar com escolas pobres, enquanto os ricos mantêm o privilégio de escolas ricas, simplesmente pelo fato de poderem pagar por elas, nos remete ao estado desolador que se encontra o ensino público.

Os fatos acima mencionados demonstram a situação atual na qual o professor vive e, que aos poucos se desencanta e deixa esse sentimento apoderar-se da sua ação Gentili (*apud SILVA E VIZIM, 2001: 47*). Esta posição do professor de não ter as condições mínimas o remete a um novo tipo de síndrome citada também por Gentili

DEPARTAMENTO DE LETRAS

(*apud* SILVA E VIZIM, 2001: 47) como *síndrome de abandono*, situação essa claramente notada em inúmeros profissionais, que desejam realizar um bom trabalho, porém o constante encontro de barreiras tolhe-os, e com o tempo torna-os sem esperança de atingir as metas por eles propostas.

Dessa forma, a evasão às sextas-feiras vem ao encontro desse profissional que está desencantado, fazendo com que a evasão passe a ser considerada parte do cotidiano escolar. Pode-se observar que de acordo com Gentili (*apud* SILVA E VIZIM, 2001: 50) a *anormalidade* torna os acontecimentos visíveis, ao mesmo tempo em que a *normalidade* costuma ter a faculdade de ocultá-los; a evasão às sextas-feiras tornou-se uma normalidade! Baseados nessa cultura os alunos agem desta maneira. Segundo definição encontrada no *Dicionário Aurélio* cultura é:

1. Ato, efeito ou modo de cultivar. 2. Cultivo. 3. O complexo dos padrões de comportamento, das crenças, das instituições e doutros valores espirituais e materiais, transmitidos coletivamente e característicos de uma sociedade; civilização. 4. O desenvolvimento de um grupo social, uma nação etc., que é fruto do esforço coletivo pelo aprimoramento desses valores; civilização, progresso.

As quatro definições me remetem a padrões de comportamento, de crenças que o grupo desenvolveu e os têm como certos e normais, sem perceberem o imenso *gap* que estão construindo em suas carreiras.

É evidente a necessidade de ações sobre esta situação caótica que se configura a partir da evasão e questões extremamente relevantes surgem: De que forma esta atitude faz parte da cultura dos alunos? Quais são as ações capazes de minimizar esta atitude?

O contexto em pauta é de uma escola pública estadual localizada na Zona Norte de São Paulo – Capital. Os participantes da pesquisa foram: 26 Alunos do 1º. Ano do ensino médio faixa etária entre 16 e 42 anos e a professora-pesquisadora autora deste artigo.

Para se obter dados foi utilizado o questionário como instrumento de coleta. “*O questionário que tem por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas*” (GIL, 1987: 128). O questionário visou levantar questões relativas à cultura que os alunos têm do contexto escolar envolvido.

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Com o objetivo de analisar as ações da professora-pesquisadora (trabalho na rede pública cerca de 5 anos como professora de Inglês para o ensino fundamental e médio) utilizei como metodologia a *“pesquisa-ação que é uma reflexão crítica do professor sobre a sua ação com o objetivo de resolver problemas, aprimorar a sua prática e aumentar compreensão do que nela ocorra”* (NUNAN, 1992: 17);

A Linha de Pesquisa utilizada para o artigo foi a Linguagem e Educação. Os procedimentos de coleta utilizados foi um questionário (anexo I p. 18) no qual, não foi necessário que os alunos se identificassem para que pudessem ficar mais a vontade e dizer a verdade. Os alunos pesquisados tinham liberdade de mencionar diversos motivos, assim como as sugestões.

A CULTURA IMPLÍCITA NA ATITUDE DE EVASÃO

Se partirmos de *valores, crenças, técnicas que são compartilhadas pelos membros de uma comunidade determinada chegamos ao paradigma*, definição de Kuhn (1962) citado por Marcondes (1999: 15), esse conceito nos direciona ao contexto da escola pública, local onde há necessidades de mudanças de paradigmas, para que ocorram mudanças significativas no perfil da mesma.

A cultura da evasão às sextas-feiras que se instaurou, tornando-se uma problemática, e, nos remete a seguinte afirmação feita por Marx & Engels (1977a: 11-14, 21 e ss.) citado por Plastino (1999: 38), *a natureza humana é o conjunto das relações sociais que os homens estabelecem entre si, e a idéia de que a história é o produto da ação dos homens*.

Desta maneira, a ação que os membros de certos grupos realizam tem as suas implicações. Em outras palavras as ações dos indivíduos produzem implicações com outras pessoas e o mundo. Deste modo, essas ações nos remeterão a um contexto globalizado e observando as palavras de Plastino (1999: 43), que expressa com muita objetividade:

Contexto global caracteriza-se, no atual momento histórico, pelo fracasso das diversas modalidades recentes de organização social, entendo por fracasso sua incapacidade de organizar a sociedade em torno dos objetivos de solidariedade, igualdade e liberdade.

DEPARTAMENTO DE LETRAS

Retomo a evasão, lembrando que tudo que ocorre são produtos da ação histórica do próprio homem. Em outras palavras tudo que está acontecendo advém do resultado de valores e motivações do próprio homem como ser histórico e não apenas algo natural. Desta maneira, cabe aos homens tornarem-se ativos para transformar a sociedade que os cercam.

Esse indivíduo que atua conscientemente será capaz de interagir mudando a sua posição diante do mundo. Nessa linha de pensamento vale a pena também mencionar as idéias de Marx e Engels (1979: 72), citado por Marcondes (1999: 26/27) no qual:

Para Marx a liberação do homem só será possível na medida em que se transformar a própria sociedade, eliminando-se o domínio de uma classe sobre as demais, não apenas pela educação, pela ciência, que permanecem no campo do pensamento, sem atingir a base material da sociedade que gera o trabalho alienado e, em consequência, a consciência alienada.

Na verdade, esta crítica de Marx é relevante, pois na situação de evasão às sextas-feiras dos 26 alunos que responderam o questionário de pesquisa 74% costumam faltar, ou seja, é um número bastante elevado. Desta maneira há necessidade de se criar ações para que grande parte da população não se torne excluída de usufruir bens necessários e básicos para concretizar suas vocações, e possam ter condições mínimas de exercer as suas funções de cidadão como um indivíduo que entenda o mundo em que vive e, portanto, os processos sociais, políticos, econômicos, tecnológicos e culturais que estamos vivenciando.

O PAPEL DA MORAL NA DETERMINAÇÃO DA CULTURA DA EVASÃO

Quando nos referimos sobre interesses de certos grupos, juntamente com os atos humanos, normas, ideologias, juízos de valor, estamos nos referindo à moral, que:

Segundo Vazquez (1997: 66):

Conjunto dos princípios, normas, imperativos ou idéias morais de uma época ou de sociedades determinadas e moralidade como um conjunto de relações efetivas ou atos concretos que adquirem um significado moral com respeito à moral vigente.

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

O que é pesquisado neste estudo é o papel da moral na determinação da cultura da evasão. Segundo Vazquez (1997: 76) *o ato moral é a consciência do fim visado, toda ação especificamente humana exige certa consciência de um fim, ou antecipação ideal do resultado que se pretende alcançar.*

Refletir sobre o motivo pelo qual acontece a evasão às sextas-feiras reporta-me à Vazquez (1997: 76):

A consciência dos meios para realizar o fim escolhido e o seu emprego para obter assim, finalmente o resultado desejado”. “O ato moral, no que diz respeito ao agente, consuma-se no resultado, ou seja, na realização ou concretização do fim desejado”. “Código moral o ato moral responde de modo efetivo à necessidade social de regulamentos, de certa maneira, as relações entre os membros de uma comunidade, o que significa que deve levar em consideração as conseqüências objetivas do resultado obtido, isto é, o modo como este resultado afeta aos demais.

O que preocupa neste momento é a conscientização dos membros que participam desta cultura de evasão para o *código moral* instaurado, será que eles têm consciência e levam em consideração o resultado desta atitude, e como isto afeta aos demais, em termos pessoais ou profissionais.

As condições de possibilidades da moral são analisadas através da ética, e a ética irá se transformar e terá valores diferentes de acordo com o período histórico. Nesse quadro instaurado a relação dialética se forma entre eu e o outro, caracterizando o ser humano como um ser sócio-histórico e cultural, desse modo, nos direciona as questões de escolhas e nos faz pensar sobre questões de responsabilidade refletida e comprometida, discutidas por Bauman (2000: 13) apud (BITTAR, 2004: 1), o qual cita com bastante clareza *as nossas ações são sempre comprometidas e que as mesmas terão implicações no mundo.* Essas ações no caso da *cultura da evasão* estão envolvidas pela ética, e em construção com a idéia de vir a ser agência (que é poder perceber e tomar atitudes a respeito), e somada aparece à linguagem que permite esta reflexão e nos faz agir usando as palavras de Habermas (2000: 33, apud BITTAR, 2004), *o ser humano age pela e para a linguagem.*

DEPARTAMENTO DE LETRAS

A ÉTICA IMPLÍCITA NESTA ATITUDE DE EVASÃO

O código de Ética e Moral implícito nesta atitude de evasão nos remete à reflexão crítica e à autonomia, pois poder perceber e tomar decisões no sentido de agência que é poder perceber e tomar as devidas atitudes nos leva a *práxis* que é uma ação refletida na minha história, na concepção de como sou constituída. O princípio que norteia a reflexão crítica é a desconstrução, que é uma crítica de dentro, é uma crítica me colocando na situação, é uma crítica que tem um norte.

Nas palavras de Freire (1996: 57):

A invenção da *existência* envolve, repita-se, necessariamente, a linguagem, a cultura, a comunicação em níveis mais profundos e complexos do que o que ocorria e ocorre no domínio da vida, a *espiritualização* do mundo, a possibilidade de embelezar como de enfeiar o mundo e tudo isso inscreveria mulheres e homens como seres éticos. Capazes de intervir no mundo, de comparar, de ajuizar, de decidir, de romper, de escolher, capazes de grandes ações, de dignificantes testemunhos, mas capazes também de impensáveis exemplos de baixaza e de indignidade. Só os seres que se tornaram éticos podem romper com a ética.

A capacidade do ser humano em intervir no mundo nos transforma em seres críticos, em seres comprometidos e capazes de interferir nos fatos. Essa competência nos direciona a *práxis* que é uma ação refletida na história.

Diante disto a Ética Universal do ser humano discute:

A ética de que falo é a que se sabe traída e negada nos comportamentos grosseiramente imorais como a perversão hipócrita da *pureza* em *puritanismo*. A Ética de que falo é a que se sabe afrontada na manifestação discriminatória de raça, de gênero, de classe. É por esta ética inseparável da prática educativa, não importa se trabalhamos com crianças, jovens ou com adultos, que devemos lutar. E a melhor maneira de por ela lutar é vivê-la em nossa prática. (FREIRE, 1996: 17).

Viver a ética universal do ser humano em nossa prática escolar é na verdade não nos omitirmos das nossas responsabilidades no sentido de conduzir os nossos alunos a perceberem a gravidade da situação, criando condições para que esse quadro seja revertido.

Nessa situação de evasão, percebo a necessidade dos alunos em pautar seus comportamentos por normas que julgam apropriados, sendo que estas normas são aceitas e reconhecidas pelo grupo a que

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

eles pertencem, desta maneira eles compreendem que têm o dever de agir *faltando* às sextas-feiras.

Nesse caso a ética contribuirá para fundamentar ou justificar certa forma de comportamento, e caberá ao educador oferecer oportunidades para que os alunos tornem-se capazes de intervir no mundo, comparar, decidir e escolher se virão às sextas-feiras.

Em Spinoza (2003: 34-35):

O homem perfeito é ético porque o seu *agir* se harmoniza com o seu *ser*. O homem que atingiu as luminosas alturas da ética racional ou cósmica é uma personalidade individual perfeitamente integrada no todo universal – individualizada pela inteligência, integrada pela razão.

Quando a ação do homem é compatível com o seu ser o ser humano perceberá o que está ao seu redor e se envolverá comprometidamente com o meio no sentido de transformá-lo e conduzi-lo a uma harmonia. Somados a essas condições o desenvolvimento do mundo assim como a globalização remetem-nos às questões de natureza ética, como a exclusão social e econômica ante as novas formas de trabalho definidas pela tecnologia, em que diversas pessoas perderam os seus postos de trabalho e a destruição do bem-estar do Estado.

Esses problemas associados às destruições biológicas e ambientais provocam transformações culturais da pós-modernidade que segundo Zajdsznajder (2002: 23) *a ética vista como um discurso e uma prática*.

No cenário escolar o educador deverá conduzir o discurso reconhecendo a ação desconstrutiva sobre a atitude de *evasão*, elaborando questões relativas à identidade, liberdade e comunicação, levar em conta as experiências contemporâneas da abertura dos modelos de conduta, da valorização das diferenças, do esvanecimento de fronteiras e da ampliação de horizontes.

Segundo Singer (2002: 25) *a igualdade como um princípio ético básico*, significa refletirmos sobre os interesses de todos envolvidos no processo.

Como se reflete essa idéia no contexto escolar: Na verdade atribuímos o mesmo peso aos interesses semelhantes de todos os que são atingidos por nossos atos. Tudo que o educador fizer em sala de aula afetará a todos indiscriminadamente, portanto as ações devem ser refletidas para atingir os interesses de todos.

DEPARTAMENTO DE LETRAS

Para Bittar (2004: 4):

A ética deve ser uma atitude reflexiva de vida, algo empregado à dimensão da razão deliberativa, em constante confronto com as inquietações, dificuldades, os desafios e problemas inerentes a existência em si.

E se considerarmos a citação de Rajagopalan (2003: 15):

Questão ética é o que de que só se pode falar em ética quando estão em discussão ações intencionais praticadas por agentes humanos no exercício de sua livre e espontânea vontade.

O que noto é a falta de compromisso e de ações para minimizar uma situação tão grave como esta.

O PAPEL DA ESCOLA DIANTE DO EXPOSTO

Diante do exposto, o papel da Escola em minha opinião é de criar ou construir ações que mobilizem os alunos no sentido de refletir sobre esta atitude. Na citação de Stalin (1957) apud (OZMAN & CRAVER, 2004: 320) *a educação é uma arma cujo efeito depende de quem a tem nas mãos e de quem é atingido por ela*. Se partirmos desta citação notamos a importância e as implicações desta atitude no cenário da educação.

Um das tarefas do educador ou educadora progressista, através da análise política, séria e correta, é desvelar as possibilidades, não importam os obstáculos, para a esperança, sem a qual pouco podemos fazer porque dificilmente lutamos e quando lutamos, enquanto desesperados ou desesperados, a nossa é uma luta suicida, é um corpo-a-corpo puramente vingativo. O que há, porém, de castigo, de pena, de correção, de punição na luta que fazemos movidos pela esperança, pelo fundamento ético-histórico de seu acerto, faz parte da natureza pedagógica do processo político de que a luta é expressão (FREIRE, 1992: 11).

A citação de Freire muito presente em nosso contexto escolar, ao longo do nosso percurso como educadores, que estupefatos depa-ram em diversos percalços que muitas vezes acabam por “tolher” nossos colegas de profissão e até nos mesmos, porém é necessário que não desistamos nunca. Insisto na importância das tarefas do educador e que nunca percamos a esperança.

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

DISCUSSÃO DA ANÁLISE DE DADOS

A princípio foi questionado se o aluno costumava faltar às sextas-feiras:

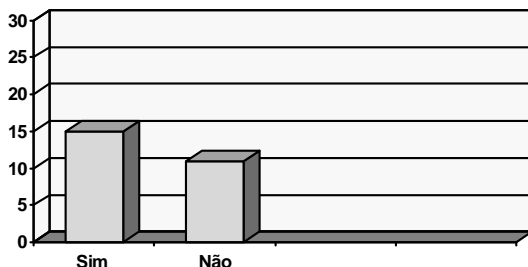


Gráfico 1: Número de alunos que faltam às Sextas-Feiras

De acordo com o gráfico, de um total de 26 alunos pesquisados 15 (74%) costumam faltar e 11 (26%) não costumam faltar às sextas-feiras.

Na discussão de dados foram gerados dois grandes blocos: os *motivos* que movem os alunos a faltarem às sextas-feiras e as *sugestões* que os alunos mencionaram para a normalização das aulas às sextas-feiras.

No bloco dos *Motivos* que os alunos alegaram para faltar foram os seguintes: 16 alunos disseram que faltavam porque a maioria dos alunos também costumava faltar; 07 alunos alegaram estarem cansados porque trabalhava muito durante a semana e às sextas-feiras era muito cansativo comparecer a aula; 07 alunos apontaram motivos diversos como: problemas particulares com os filhos, a sala costumava combinar para faltar às sextas-feiras, alguns alunos participam de jogos às sextas-feiras e porque os professores costumavam também faltar às sextas-feiras; 04 alunos alegaram sair para baladas com amigos; 02 alunos faltavam, pois tinham que cumprir horas extras no trabalho; e, finalmente 02 optavam por namorar ao invés de assistir aula às sextas-feiras.

No bloco das *Sugestões* dos alunos para a normalização das aulas às sextas-feiras foram as seguintes: 07 alunos sugeriram adian-

DEPARTAMENTO DE LETRAS

tar aulas na falta de professor; 05 alunos disseram que seria melhor não haver aulas às sextas-feiras; 05 alunos sugeriram a necessidade de aplicação de provas às sextas-feiras; 03 alunos que ocorresse apenas duas aulas às sextas-feiras; 03 alunos sugeriram que a escola promovesse no lugar das aulas outras atividades; 01 aluno sugeriu que as aulas fossem repostas nas férias para os alunos que faltavam às sextas-feiras; 01 aluno também sugeriu que só fossem ministradas dobradinhas às sextas-feiras; e, finalmente 01 aluno não sugeriu nenhuma ação para minimizar essa situação.

Diante deste quadro cabe ao Educador descobrir as razões que movem os alunos a manter esta *cultura da evasão*, o que realmente está por traz desta atitude, perceber e compreender quais fatores que geraram esta cultura.

Pertinente à situação de evasão menciono a seguinte citação (FREIRE, 1992: 18):

Nunca um acontecimento, um fato, um feito, um gesto de raiva ou de amor, um poema, uma tela, uma canção, um livro têm por trás de si uma única razão. Um acontecimento, um fato, um feito, uma canção, um gesto, um poema, um livro se acham sempre envolvidos em densas tramas, tocados por múltiplas razões de ser que de algumas estão mais próximas do ocorrido ou do criado, de que outras são mais visíveis enquanto razão de ser. Por isso é que a mim me interessou sempre muito mais a compreensão do processo em que e como as coisas se dão do que o produto em si.

Procurar compreender o processo em que se originou essa cultura da evasão é o grande desafio do Educador.

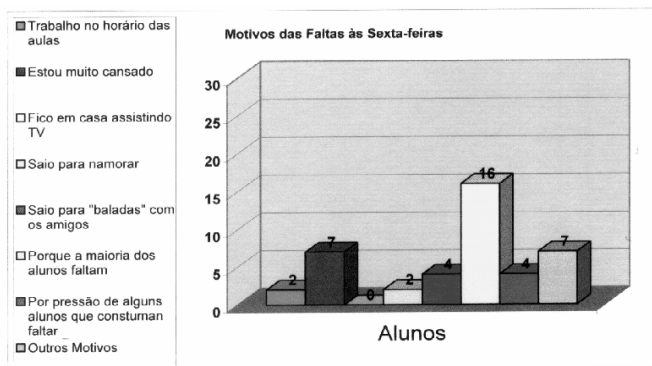


Gráfico 2: Os Motivos das Faltas às Sextas-Feiras

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Ao término da pesquisa verifiquei que o *principal motivo* que impulsiona os alunos a faltarem é: *Porque a maioria dos alunos faltam*. Essa atitude demonstra que eles não assumem a falta e jogam a responsabilidade para os colegas.

Pode-se perceber a construção da consciência ingênua do ato, os alunos não pensam nas implicações e ou/conseqüências futuras desta atitude, que afetam eles, assim como implicações em relação ao mundo. Em outras palavras se eu faço algo impulsionado pela vontade alheia eu não estou mediando às conseqüências do ato que estou praticando.

A relação da falta de responsabilidade, com a *falsa* liberdade que eles acreditam possuir, remete-nos a Spinoza (2003), o qual sugere que quanto mais liberdade à pessoa possui, mais responsabilidade isto acarretará à pessoa.

A liberdade sem limite é tão negada quanto à liberdade asfixiada ou castrada. (FREIRE, 1996: 118).

A liberdade amadurece no confronto com outras liberdades, na defesa de seus direitos em face da autoridade dos pais, do professor, do Estado. (FREIRE, 1996: 119).

Nas palavras de Bakhtin (2003: 102):

O enredo da minha vida pessoal é construído por *outros indivíduos, seus heróis* (só em minha vida exposta para o outro, aos olhos dele e em seus tons volitivo-emocionais em me torno o herói dela), também a visão estética do mundo, a imagem do mundo é construída apenas pela vida concluída ou concluível dos outros, que são seus heróis.

A liberdade sem limite mencionada acima por Freire é uma falsa liberdade, e ela apenas amadurece quando se confronta com outras liberdades que é na realidade a minha verdadeira liberdade, somente construída quando em contato com o outro indivíduo.

No cenário escolar os alunos têm os colegas (o outro) como heróis e sua vontade é imitá-lo para que tenham mais *sucesso* diante do contexto, além disso, para que realmente entendam a situação há a necessidade de se afastar de si próprio para libertar esse herói (que é o outro e que ele segue sem medir as conseqüências) para o livre desenvolvimento do enredo do mundo.

Na seqüência dos motivos para a ausência é assinalado: *Falto porque estou muito cansado*. Que demonstra que os alunos entraram

DEPARTAMENTO DE LETRAS

na fase do *desencanto* mencionada por Gentili (*apud* SILVA E VIZIM, 2001: 41), em que as condições de desemprego que o jovem se encontra atualmente somadas à falta de perspectivas leva-os ao *desencanto*.

Os outros motivos destacados são: *Sair para baladas com amigos; Porque existem pressões de alguns alunos que costumam faltar; trabalho no horário das aulas; sair para namorar; problemas de saúde de filhos e pais; a sala combina em faltar; participar de jogos; andar de skate e finalmente professores costumam faltar.*

Nesse ambiente de insatisfação os atores principais no caso os *alunos* geram esta atitude da *cultura da evasão* que me remete a pensar na idéia da liberdade ética do ato mencionado por Bakhtin (2003: 129):

O próprio *ato* nada diz do atuante, diz apenas de sua ambiência que gera o ato. O *ato* é determinado pelo ainda-não-ser, pelo antedado dos objetos, dos fins; suas fontes estão no porvir e não no passado, não estão no que existe, mas no que ainda não existe.

Na realidade o que determina a falta dos alunos nesse caso é o ambiente que é o grande gerador, provocando uma determinidade de fins, e de meios.

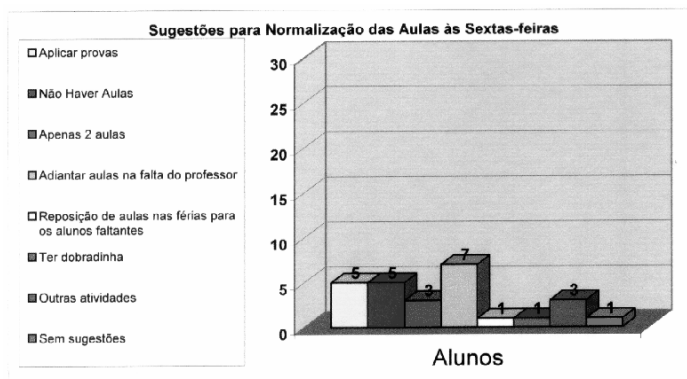


Gráfico 3:
Sugestões para Normalização das Aulas às Sextas-Feiras

Os alunos questionados apontam como *principal sugestão: Adiantar aulas na falta dos professores*. Na realidade a falta constan-

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

te do professor envolve uma série de fatores e dentre esses há algo notadamente evidente que é a fase de *desencanto* em que é inserido o professor, e a longo ou curto prazo provocam a *síndrome do abandono* discutida por Gentili (*apud* SILVA E VIZIM, 2001: 41).

Evidencia-se que os alunos querem que a escola tome uma posição no sentido de haver punição para os alunos faltosos quando é sugerido que ocorram *provas às sextas-feiras*: Parece-me que está sugestão leva-nos a pensar nos tempos da ditadura onde as leis eram sumariamente impostas. No cenário escolar nos remete a *concepção bancária de educação* Freire (1970: 59) em que os educandos são como vasilhas a serem cheias; o educador deposita *comunicados* que estes recebem, memorizam e repetem, numa relação vertical; o saber é dado, fornecido de cima para baixo é autoritária, pois manda quem sabe. Dessa forma, nesse tipo de concepção o educando se torna sujeito único de todo o processo, enfim um objeto para receber paternisticamente a doação do saber do educador.

No entanto alguns alunos não se conscientizaram do problema sugerindo *não haver aulas às sextas-feiras*: Considerando todos os problemas que envolvem a escola pública, considero essa sugestão um modo pelo qual o educador estaria excluindo ainda mais o aluno da escola pública. O aluno tornando-se alienado do mundo que o cerca. Direciona-nos às questões de escolhas e nos faz pensar sobre questões da responsabilidade refletida e comprometida mencionada por Bauman (2000: 13, *apud* BITTAR, 2004).

Na verdade agindo sem responsabilidade refletida e comprometida eles estão ignorando a gravidade da situação. Não compreendendo a amplitude do problema, portanto, ficam em posição de inferioridade. Nas palavras de Spinoza (2003: 37):

Compreender o universo é estar libertado dele, compreender tudo é estar livre de tudo – somos escravos de tudo o que ignoramos-somos livres de tudo que sabemos. O ignorar mantém-nos em uma posição de um inferior a um superior – o saber dá-nos atitude de superioridade, porque o compreendido é necessariamente inferior ao compreensor.

Na seqüência de sugestões nota-se que o aluno acredita que através de punições o individuo compreenderá melhor as suas obrigações.

Ocorre que as sugestões: *alunos que faltam às sextas-feiras repor aulas nas férias e Ter Dobradinhas às sextas-feiras*: a meu ver

DEPARTAMENTO DE LETRAS

não é uma ação minimizadora, o que provavelmente acontecerá é que não haverá professores suficientes para ministrar aulas nas férias e, portanto sem efeito. E quanto ter dobradinhas às sextas-feiras o horário do professor nem sempre é flexível.

A seguir sugestões que demonstram a falta de interesse e compromisso com a sua aprendizagem. *Ter apenas 02 aulas às sextas-feiras*: O que os alunos pretendem nessa sugestão é ter uma atitude paliativa (atenuar ou aliviar momentaneamente uma crise), com apenas 2 aulas o aluno obterá um número menor de faltas, porem isto ainda não é solução.

E, finalmente para os alunos que *não sugeriram*. Nesse caso o aluno está implícito na Ética volitiva que é baseada em atos explícitos da vontade, sendo que a mesma é um estado precário e imperfeito do consciente. Há necessidade de sugestões, para se tenha idéias do que o aluno acredite ou não, para propiciar ações para minimizar essa atitude de evasão.

Diante do exposto o papel do Educador é construir *ações* que possam minimizar esta *cultura da evasão*, a meu ver estão na organização de um Projeto Político Pedagógico que Segundo Pastor e Duny apud (GEORGES, 2002), é a conscientização de todos em uma comunidade, elaborando ações coletivas, baseando-se no que a escola dispõe e levando-se em conta seus limites, materiais e humanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões que nortearam este artigo: 1) De que forma esta atitude faz parte da cultura dos alunos? Esta atitude foi construída nos pilares de valores sociais impostos pela comunidade que cerca a unidade escolar. Na realidade, estão agindo sem pensar nas implicações que envolvem esta atitude, apenas pensando no presente e não no futuro. 2) Quais são as ações capazes de minimizar esta atitude? A realização de um Projeto Político e Pedagógico no sentido de conscientizar a comunidade escolar de que a elaboração do mesmo deve ser coletiva e basear-se naquilo que a escola possui de particular, levando em conta seus limites, recursos materiais e humanos. Uma proposta dessa natureza exige profunda reflexão sobre sua missão e explicação de seu papel social, a definição de estratégias e ações a serem compartilhadas por todos da comunidade escolar, tendo

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

como princípio norteador a aprendizagem dos seus alunos e o desafio de construir uma sociedade mais igualitária, enfim, esta é a minha proposta para minimizar essa cultura de evasão às sextas-feiras.

E quanto às sugestões dos alunos elas sinalizam para uma mudança que deve ocorrer o mais breve possível, para que as sextas-feiras voltem a ser um dia de produtividade.

Entendo que é o momento de refletir-mos para que possamos humanizar o progresso e construir uma verdadeira ética do desenvolvimento, pautadas nas nossas essências culturais para transcendê-las em um horizonte universal no qual surgirá um futuro promissor. Em minha opinião as idéias do Marxismo incorporadas por Paulo Freire são de grande relevância no contexto da educação. Freire propõe que o aluno torne-se um ser ativo e que os Professores partam do cotidiano de seus Alunos, e trabalhem juntos em um relacionamento dialógico, levando o aluno a refletir sobre suas implicações no Mundo.

Concluindo, acredito que o meu papel como professora-pesquisadora é incentivar os alunos no sentido de despertar sentimentos e pensamentos relacionados a uma participação ativa nos assuntos comunitários, dentro de princípios éticos de cooperação e justiça social. Para encerrar faço uso das palavras de Spinoza (2003: 34) *o homem perfeito é ético porque o seu agir se harmoniza com o seu ser.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*: introdução e tradução: Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BITTAR, Eduardo C.B. *Ética, educação, cidadania e direitos humanos*: Estudos filosóficos entre cosmopolitismo e responsabilidade social. [s/l.]: Monole, 2004.

DUNY, A. As contradições do Projeto Coletivo; Emancipação ou manipulação? In: APAP, Georges et al. *A Construção dos Saberes e da Cidadania – da Escola à Cidade*: Porto Alegre: Artmed, 2002.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1970.

DEPARTAMENTO DE LETRAS

———. *Pedagogia da esperança*- Um reencontro com a pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

———. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GENTILI, Pablo. Escola e Cidadania em uma era de desencanto. **In** : SILVA, Shirley e VIZIM, Marli (orgs) *Educação especial múltiplas leituras e diferentes significados*. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1987.

MARCONDES, D. A Crise dos Paradigmas e o Surgimento da Modernidade. **In**: BRANDÃO, Zaia (Org). *A crise dos paradigmas e a educação*. São Paulo: Cortez, 1994.

NUNAN, David. *Research Methods in Language Learning*. Cambridge University Press, 1992.

OZMON, Howard A. e CRAVER, Samuel M. *Fundamentos filosóficos da educação*. Howard A.Ozmon e Samuel M. Craver. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PASTOR, A. Linguagem, construção dos saberes e da Cidadania. **In**: Georges Apap et al. *A construção dos saberes e da cidadania – da escola à cidade*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PLASTINO, C. A. A Crise dos Paradigmas e a Crise do Conceito de Paradigma. **In**: BRANDÃO, Zaia (org). *A crise dos paradigmas e a educação*. São Paulo: Cortez, 2003.

SINGER, Peter. *Ética prática*. Tradução: Jefferson Luiz Camargo: São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SCRUTON, Roger. *Espinosa*. Tradução: Angélica E. Könke. São Paulo: UNESP, 2000. (Coleção grandes filósofos).

SPINOSA, Baruch de. *Ética demonstrada à maneira dos geômetras*: Tradução: Jean Melville. [s/l.?): Martin Claret, 2003.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. *Por uma lingüística crítica – Linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo: Parábola, 2003.

VÁZQUEZ, A. S. *Ética*: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

ZAJDSZNAJDER, Luciano. *Ética, estratégia e comunicação na passagem da modernidade à pós-modernidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

ANEXO I

PESQUISA

O PORQUÊ DA EVASÃO DE ALUNOS ÀS SEXTAS-FEIRAS

1) Você trabalha?

- Sim - Horário: _____ às _____

- Não

2) Você costuma faltar às sextas-feiras?

- Sim

- Não

3) Assinale abaixo quais os motivos que você ou um colega que você conheça falte às sextas-feiras:

- Trabalho no horário das aulas;

- Estou muito cansado;

- Fico em casa assistindo TV;

- Saio para namorar;

- Saio para “baladas” com amigos;

- Porque a maioria dos alunos faltam;

- Porque existem pressões de alguns alunos que costumam faltar;

- Outros motivos cite-os:

4) Quais as suas sugestões para que possamos normalizar as aulas às sextas-feiras?

DEPARTAMENTO DE LETRAS

RELAÇÃO DA LINGUAGEM COM A FILOSOFIA E ANTROPOLOGIA FILOSÓFICA

Miguel Eugenio Almeida (UEMS)

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Pretendemos, aqui, apontar possível relação interdisciplinar da Historiografia Lingüística (HL) com a Filosofia, em geral, e com a Antropologia Filosófica, em especial. O que não é nosso propósito, no caso, tecer profundas considerações, mas o suficiente que permitam vislumbrar a interdisciplinaridade com tal. A concepção da língua como produto histórico-social implica, antes de tudo, a dimensão do homem como ser de linguagem e como ser social, no contexto da Antropologia Filosófica. O homem revela-se e revela a realidade do mundo perante a linguagem.

Ao relacionarmos a HL com a Filosofia, estamos buscando o princípio do Ser; na Antropologia Filosófica, indagamos a posição do homem no mundo. Assim, a linguagem compreende a relação do homem com todas as coisas. A linguagem envolve o Ser em toda a sua plenitude, como diria Heidegger: *a linguagem é a casa do ser*. Isto é, o Ser está na linguagem e vice-versa. Tudo o homem diz, faz ou pensa está presente à linguagem. É pertinentes a relação da mesma (linguagem) com toda produção cultural humana.

A linguagem, a filosofia e a Antropologia Filosófica estão intimamente relacionadas, porque, cf. Mondin (1980: 132), (...) *a propriedade de falar distingue nitidamente o homem dos animais e de qualquer outro ser deste mundo e faz dele um ser totalmente singular*. Assim, o falar compreende a expressão do homem sobre tudo o que o envolve, inclusive a metalinguagem.

A LINGUAGEM NOS PRIMÓRDIOS DO FILOSOFAR

Antes de colocar os pontos de relação da linguagem com as mesmas, faz-se pertinente mencionar, mesmo que em poucas palavras, o panorama histórico da colocação da linguagem pelos pensadores do período antigo até o período contemporâneo abordada sob os seguintes aspectos: origem e função. Em seguida, passamos a tratar mais especificamente da relação linguagem com a filosofia com-

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

preendendo a questão da linguagem e transcendência onde depreendemos as funções e valor da linguagem sob a ótica filosófica.

A Filosofia Antiga e Medieval centrou os estudos na questão metafísica - o ser -; a Filosofia Moderna com Descartes entendeu que o ponto chave dos questionamentos filosóficos se voltasse ara a Gnoziologia – Teoria do Conhecimento –. Já Filosofia Contemporânea com Thomas Moore, Witgenstein, Russel e a Escola de Viena, ou seja, os neopositivistas anglo-americanos, estruturalistas, existencialistas (discípulos de Heidegger), hermeneutas (Gadamer, Ricoeur) e seguidores de Santo Tomas e Karl Marx centraram os problemas filosóficos cõo problemas lingüísticos.

Na Filosofia Antiga, Pitágoras, Demócrito e Empédocles traram da origem da linguagem entendendo que a mesma é o espelho imediato das coisas – natureza ou divindade -. As mesmas (natureza ou divindade) expressam, mostram, a linguagem. Demócrito, cf. Cassirer (1977: 183), (...) *foi o primeiro a propor a tese de que a linguagem humana se origina de certos sons, de caráter puramente emocional*. Cassirer (*op. cit.*, p. 178) reporta-se ao princípio cosmológico do ser de Heráclito quando diz: *O logos transforma-se no princípio do universo e no primeiro princípio do conhecimento humano*. Ou seja, a palavra é o princípio da existência do ser, porque sustenta o ser, continua Cassirer (*op. cit.*, p. 179): *Mesmo no pensamento de Heráclito, a palavra, o Logos, não é simplesmente um fenômeno antropológico. Não está confinado nos estreitos limites do mundo humano, pois possui verdade cósmica universal*.

Os sofistas, cf. Cassirer (*op. cit.*, p. 183), (...) *foram os primeiros a tratar os problemas lingüísticos e gramaticais de maneira sistemática*. Porque viam o lado pragmático da linguagem; onde entendiam, continua Cassirer (*id. ibid.*), *Sua verdadeira função [dos nomes] não é descrever as coisas, mas despertar emoções humanas; não é transmitir simples idéias ou pensamentos, mas levar os homens a certas ações*. Ou ainda, conduzir os atenienses a ascender a cargos públicos. Assim, compreende Cassirer (*op. cit.*, p. 182),

Na vida ateniense do século V, a linguagem se tornara instrumento para propósitos práticos definidos e concretos, sendo a mais poderosa das armas nas grandes lutas políticas. Sem ela ninguém poderia esperar desempenhar um papel importante.

DEPARTAMENTO DE LETRAS

Para Aristóteles, a linguagem é instrumento do pensamento e tem como função representar as coisas. As coisas passam a existir, diz Aristóteles, à medida que a nomeamos. De acordo com Aristóteles, a linguagem é natural na sua função e convencional na sua origem. Ou melhor, a linguagem está presente na natureza humana no seu aspecto funcional de representar as coisas para instrumentalizar o pensamento; e no aspecto de sua origem, ela é convencional. A partir da necessidade intrínseca funcional da linguagem é que o homem inventa a mesma num contexto sócio-cultural.

Santo Agostinho estabelece inter-relação da linguagem com as coisas e com o “Verbo Divino” que é a fonte legítima da verdade.

Os escolásticos classificam a linguagem em três modos: linguagem literal; linguagem analógica e linguagem simbólica. Assim, os signos lingüísticos classificam-se, cf. os mesmos, em naturais e artificiais. Podemos, deste modo, perceber a relação existente entre os signos naturais com a linguagem analógica, principalmente, e simbólica; enquanto que os signos artificiais relacionam-se com a linguagem literal. Dentro deste contexto relacional da linguagem e signo, Cassirer (*op. cit.*, p. 186-187) observa o seguinte:

‘Transferência metafórica’ que encerra, em poucas palavras, todo nosso problema, e significa que emissões de som, que até então haviam sido simples gritos, descargas involuntárias de emoções fortes, estavam realizando uma tarefa inteiramente nova. Estavam sendo usadas como símbolos contendo um significado definido.

O ser humano, à medida que foi usando toda sua competência lingüística, foi aos poucos aprimorando e recriando novas formas significativas através do meio sócio-cultural a que está inserido.

Os renascentistas deram início aos estudos filológicos e filológicos da linguagem. Eles perceberam que a linguagem tem papéis importantíssimos na vida do ser humano. É pela linguagem que o ser humano respira, passa a existir como um ser único.

No período moderno da história do pensamento, Herder entende que a origem da linguagem é natural e Humboldt a coloca como sendo expressão de um povo. Isto é, a natureza e a expressão humana são fontes da origem da linguagem.

Na contemporaneidade, os neopositivistas e analistas da linguagem representados por Ayer, Carnap, Mac Quarrie, Russel e Witgenstein buscam no ângulo semântico da linguagem um critério

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

geral de significação. Já, no aspecto gnosiológica, Gadamer e Ricoeur compreendem a linguagem como fonte primária do conhecimento. Para Heidegger, no contexto ontológico, o ser é revelado pela linguagem. Os marxistas e estruturalistas, da expressão de Althusser, Derrida, Saussure, Levi-Straus e Piaget, sob a ótica do social, apontam na linguagem a estrutura que sustenta e clarifica todas as outras estruturas da sociedade. Já os discípulos de Freud, numa abordagem psicanalítica, entendem que a linguagem como luminária dos mistérios do subconsciente.

A IMPORTÂNCIA DA LINGUAGEM NA ANTROPOLOGIA FILOSÓFICA

A linguagem eleva substancialmente o ser humano com relação aos demais seres vivos quando ascende aos degraus “do mundo da sensação ao mundo da visão e da representação”. A mesma enaltece-o qualitativamente através da ação da inteligência que produz ciência e tecnologia que o habilita a uma transformação melhor do seu mundo, cf. Cassirer (*Apud* MONDIN, 1980: 135):

A linguagem é um dos meios fundamentais do espírito, graças ao qual se realiza a nossa passagem do mundo da sensação ao mundo da visão e da representação. Ela compreende já em germe o trabalho intelectual, que em seguida se exprimirá na formação do conceito científico e como unidade lógica da forma.

Cassirer (*op. cit.*, p. 349) eleva, em grau de importância, a linguagem como elemento humano entre os demais (mito, arte, religião e ciência) no seio da sociedade quando coloca:

Mas no caso do homem encontramos não apenas, como entre os animais, uma sociedade de ação, mas também uma sociedade de pensamento e sentimento. A linguagem, o mito, a arte, a religião, a ciência são os elementos e condições constitutivas desta forma superior de sociedade. São os meios pelos quais as formas de vida social, que encontramos na natureza orgânica, envolvem para um novo estado, o da consciência social que depende de um duplo ato, de identificação e discriminação.

Heidegger (*Apud* MONDIN, *op. cit.*, p. 136) enfatiza a capacidade inativista de falar, ou seja:

O homem fala. Nós falamos na vigília e no sono. Falamos sempre, até quando não proferimos palavra, mas escutamos nenhuma palavra, mas escutamos ou lemos, mas nos dedicamos ou nos perdemos no ócio. De um modo ou de outro, falamos ininterruptamente. Falamos porque o falar é inato. O falar não nasce de um ato particular de vontade. Diz –se

DEPARTAMENTO DE LETRAS

que o homem é de natureza falante e é próprio dele, ao contrário das plantas e dos animais, é o ser vivente capaz de falar. Dizendo isso, não se pretende afirmar apenas que o homem possui, ao lado de outras faculdades, também de falar.

Pretende-se dizer eu propriamente a linguagem faz do homem o ser vivente que é enquanto homem.

LINGUAGEM E TRANSCENDÊNCIA

A linguagem está assim tão presente na vida do ser humano que o coloca em situação de transcendência com relação aos demais seres do mundo envolvente. Vejamos as condições transcendentais da linguagem na inter-relação do homem com o seu universo:

- sujeito que fala (e se exprime falando)
- objeto de que se fala (e se representa mediante a palavra)
- interlocutor a quem se fala e com quem se quer comunicar falando.

Mondin (*op. cit.*, p. 140-141) enfatiza a respeito: “(...) não há linguagem se não há alguém que fala. Mas ele não fala se não tem nada para dizer e não há alguém para quem dizê-lo”.

Para MAC QUARRIE (*Ha senso parlare di Dio?: p. 66-67*) a relação das condições transcendentais são feitas pela linguagem: (...) *É a linguagem que faz o papel intermediário para a relação triádica, e é propriamente isso que a constitui.*

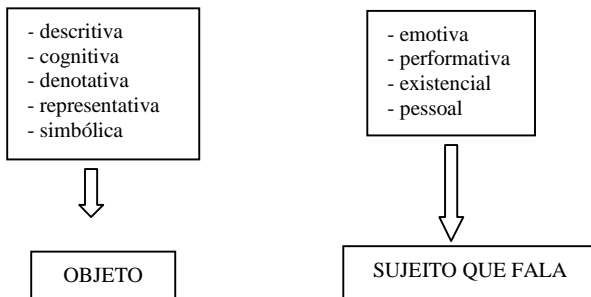
FUNÇÕES E VALOR DA LINGUAGEM NA ANTROPOLOGIA FILOSÓFICA

Antes de entrar nas funções e valor da linguagem, observemos como a divisão pode ser feita:

- Divisão dicotômica (Ogden-Richards, Carnap, Ayer, Stevension, Austin etc.).

Função:

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES



No quadro acima, o primeiro quadro (função descritiva) está relacionado com o objeto da fala; enquanto que o segundo quadro (função emotiva) está relacionado com o sujeito que fala.

- Divisão triádica – se junta as funções acima mais a *comunicativa ou intersubjetiva* que se centra no interlocutor.

Função Descritiva

- Corrente neopositivista e analítica.
- Valor absoluto à função denotativa (descritiva, cognitiva, objetiva). Nota: as demais funções carecem de sentido.
- Linguagem científica: clareza, precisão e objetividade.
- Critério de significação: verificação experimental.

Função Comunicativa

Função: comunicação sem, em muitíssimos casos, oferecer descrições de objetos, coisas, fenômenos, leis da natureza, mas afetos, sentimentos, desejos, comandos.

Barbotin (*Apud* MONDIN, *op. cit.*, p. 145) faz o seguinte esclarecimento com referência a esta função: “A *palavra trocada põe em comunicação entre si, ela desperta, mantém e consagra a abertura recíproca; mas ao mesmo tempo conserva algo de inexprimível.*”

DEPARTAMENTO DE LETRAS

Função e Valor Existencial

Função: testemunhar aos outros e a nós mesmos a nossa existência. Ex: alguém perdido na floresta e na montanha.

Testemunho	{	- determinado,	palavra = densidade essencial através do nome.
		- preciso	
		- qualificado	

Mondin (*op. cit.*, p. 147) esclarece-nos sobre a relação ontológica do nome com a existência humana:

Mas além de superar os limites do espaço, o nome consente-nos também suplantar os confins do tempo: a nossa presença perdura mesmo depois da morte, enquanto que a lembrança do nosso nome permanece viva. Isso explica o desejo que todos nós temos de que o nosso nome torne-se famoso, adquira notoriedade: dessa maneira queremos garantir-nos uma certa eternidade.

Função Ontológica: Valor do Mito

Heidegger (*Apud* MONDIN, *op. cit.*, p. 147) enfatiza sobre a noção ontológica do mito: *O que faz existir a linguagem como linguagem é o Dizer original (die Sage) enquanto Mostrar (die Zeige)*. Assim, compreendemos a essência da linguagem como *expressão e atividade humana*. Logo, para Martin Heidegger, a linguagem tem um valor ontológico; o fundamental: a palavra não é somente habilidade e signo, mas também fonte e sustentáculo do ser das coisas. A linguagem eleva substancialmente o ser humano com relação aos demais seres vivos quando ascende aos degraus “do mundo da sensação ao mundo da sensação ao mundo da visão e da representação”. A mesma enaltece-o qualitativamente através da ação da inteligência que produz ciência e tecnologia que o habilita a uma transformação melhor do seu mundo, conforme Cassirer (*Apud* MONDIN, *op. cit.*, p. 135):

A linguagem é um dos meios fundamentais do espírito, graças ao qual se realiza a passagem do mundo da sensação ao mundo da visão e da representação. Ela compreende já em germe trabalho intelectual, que em seguida se exprimirá na formação do conceito científico e como unidade lógica da forma.

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação da linguagem com a filosofia e com a Antropologia Filosófica estabelece-se naturalmente, ou seja, quando o ser humano se dá conta da sua capacidade de falar, ele percebeu que poderia registrar seu pensamento e sentimento daquilo que vivencia. Assim, o homem procura o sentido de tudo aquilo que faz, para melhorar cada vez mais aquilo que faz. E é este contínuo aperfeiçoamento que a linguagem subsidia a filosofia e a Antropologia Filosófica e vice-versa.

Deste modo, procuramos mostrar a relação interdisciplinar da linguagem com as mesmas. Poderemos, no caso, deduzir a interdisciplinaridade ocorrendo pela linguagem humana que o manifesta pela sua obra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASSIRER, Ernst. *Antropologia filosófica*. Tradução: Vicente Felix de Queirós. 2ª ed. São Paulo: Mestre Jou, 1977.

MARCONDES, Danilo. *Filosofia, linguagem e comunicação*. 3ª ed. rev. amp. São Paulo: Cortez, 2000.

MONDIN, Batista. *O homem: quem é ele? Elementos de antropologia filosófica*. Tradução: R. L. Ferreira e M. A. S. Ferrari. São Paulo: Paulinas, 1980.

DEPARTAMENTO DE LETRAS

TIPOLOGIA LINGÜÍSTICA
LÍNGUAS ANALÍTICAS E LÍNGUAS SINTÉTICAS

Albano Dalla Pria (UNEMAT)

INTRODUÇÃO

O termo “tipologia” foi usado pela primeira vez em 1901 (por von der Gabelentz). Fora da lingüística é sinônimo de “taxionomia” e “classificação” de fenômenos em “tipos”, particularmente tipos estruturais (como, p. ex., na biologia). Os primeiros registros do termo na literatura lingüística datam das teses apresentadas pela Escola Lingüística de Praga no Primeiro Congresso de Filólogos Eslavos. As definições lingüísticas para “tipologia” partem da hipótese de que as línguas naturais variam, sendo possível, no entanto, considerar várias dependências dentre as propriedades variantes e propor “tipos” (GREENBERG, 1974).

A definição lingüística mais ampla, e menos aceita atualmente, refere-se aos estudos que tiveram início em Adam Smith e se desenvolveram a partir do século XIX, principalmente na Alemanha, através dos irmãos Freidrich e August Schlegel. Segundo Croft (1993), esses estudos, baseados na comparação estrutural entre línguas (LYONS, 1979), definem tipos e classificam uma língua como se ela pertencesse apenas a um único tipo. Esses estudos podem ser identificados como genéticos (GREENBERG, 1974) ou de classificação tipológica (CROFT, 1993).

Segundo uma definição mais específica, que teve início em Joseph H. Greenberg³⁶, nos anos 60, a “tipologia”, sub-disciplina da lingüística, é o estudo de padrões lingüísticos encontrados no estudo comparativo a fim de propor implicações universais. Essa visão é comumente chamada “Greenberguiana”.

Decorrente da abordagem de Greenberg, surge uma definição ainda mais específica, ou seja, que a tipologia representa um aparato para o estudo das línguas, contrastando com outros, como o Estruturalismo Americano e, principalmente com a Gramática Gerativa

³⁶ Greenberg foi quem descobriu as implicações universais da morfologia e da ordem dos elementos.

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Chomskiana. Essa visão greenberguiana alia-se ao funcionalismo pelo fato de acreditar que a estrutura lingüística pode ser explicada basicamente em termos de funções lingüísticas³⁷. Nos anos 70 a escola tipológico-funcional é associada aos nomes de Talmy Givón, Paul Hopper e Sandra Thompson.

A CLASSIFICAÇÃO TIPOLÓGICA OU FILOLOGIA COMPARATIVA³⁸

A classificação tipológica procura descrever vários tipos lingüísticos encontrados entre as línguas a partir de um único parâmetro gramatical.

Suas primeiras manifestações calcavam-se na classificação morfológica das línguas. Adam Smith apresenta, em 1761, uma das primeiras propostas de classificação tipológica que é depois retomada pelos irmãos Friedrich (1808) e August von Schlegel (1818). August destacou-se pelo fato de apresentar, sob o domínio das línguas **flexivas**³⁹, a distinção entre “línguas analíticas” e “línguas sintéticas”, traduções dos termos *compounded* e *uncompounded* de Smith e, a partir do Chinês, sugeriu um terceiro tipo de línguas, isto é, as “sem estrutura”. Uma língua sintética, segundo essa perspectiva, possui maior complexidade da sua flexão, que expressa de forma amalgamada caso, gênero, número, tempo, aspecto etc., ao passo que uma língua “analítica” faz uso de construções perifrásticas (com verbos auxiliares, preposições etc). Segundo Coseriu (1980: 141), trata-se de uma “distinção tipológica de validade geral”. Daí vêm as dicotomias “línguas sintáticas” e “línguas morfológicas”, “línguas paradigmáticas” e “línguas sintagmáticas” etc que, em última instância, não passam da distinção entre línguas antigas (como o Grego, o Latim e o Sânscrito) e línguas modernas da Europa (Francês, Inglês, Espanhol, Italiano, Português etc), tendo na sua base a palavra como unidade básica da língua. A classificação tripartite de Schlegel dá o-

³⁷ Chomsky, ao contrário parte de um ponto de vista formalista.

³⁸ “Classificação Tipológica” é de Croft (1993), “Filologia comparativa” é de Lyons (1979).

³⁹ O que chamamos “flexão” foi bastante aprofundado pelos estoicos, que deram origem ao termo *caso* que permanece até hoje. Os alexandrinos, dando continuidade ao trabalho dos estoicos, estabeleceram “cânones”, ou paradigmas, de flexão (Lyons, 1979).

DEPARTAMENTO DE LETRAS

rigem à formulação da classificação morfológica “clássica” de tipos de línguas: isolantes (ou monossilábicas), aglutinantes e flexivas (ou fusinantes).

O período em que foram realizados esses estudos, isto é, o século XIX, foi bastante influenciado pelas concepções “naturalistas” de evolução. Para August Schlegel e seus antecessores, a justificativa para a evolução de uma língua sintética para analítica assentaria basicamente no contato com outras línguas, o que é criticado por Humboldt (1963), que considera as línguas românicas flexivas como o Latim. Humboldt também se mostra contrário às classificações das línguas, a não ser como meios auxiliares, isto é, métodos e procedimentos (COSERIU, 1980). É com Humboldt que surge a “ordenação ideal” das línguas baseada na sua forma, especificamente na morfologia. Concebia a flexão como uma forma “ideal” e “perfeita”, “princípio da linguagem”. Começa a avaliar as línguas como “mais perfeitas” (flexionais e isolantes) e “menos perfeitas” (aglutinantes e incorporantes) segundo o grau de realização da flexão que nelas ocorre.

Os neohumboldtianos permanecem utilizando-se dos tipos ideais: isolantes / fusinantes, aglutinantes, flexionais / flexivas / fusinantes, incorporantes / polissintéticas.

- a) As línguas **isolantes** não possuem flexão. As informações gramaticais expressas por flexão em línguas flexionais aqui são expressas por palavras invariáveis. O Chinês e muito mais o Vietnamita são os exemplos mais comuns desse tipo de língua. Veja-se o exemplo vietnamita⁴⁰:

khi tôi đến nhà bạn tôi chúng tôi bắt đầu làm bài
'when' 'I' 'come' 'house' 'friend' 'I' 'plural' 'I' 'seize' 'head' 'do' 'lesson'

'quando eu venho à casa do meu amigo, nós começamos a fazer as lições'

- b) As línguas **aglutinantes** unem afixos comumente invariantes a uma raiz de tal forma que pode haver vários morfemas facilmente identificáveis em uma palavra. De outra forma, a palavra se compõe de morfemas, sendo que cada um representa um morfema, havendo conservação da identidade fonológica dos morfemas. Trata-se, portanto, da não correspondência entre morfemas e certos

⁴⁰ Os exemplos dos itens (a), (b) e (c) foram extraídos de Malmjær (1996).

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

segmentos de palavra (LYONS, 1979). O Turco, o Japonês e o Húngaro são geralmente classificados como aglutinantes. Veja-se o exemplo da língua Swahili:

Sujeito	Tempo	Objeto	Verbo
'você'	'contínuo'	'ele'	'perturbar'
<i>u-</i>	<i>-na-</i>	<i>-m-</i>	<i>-sumbua</i>

c) Nas línguas **flexivas** os morfemas são representados por afixos. Há, nesse caso, uma dificuldade de identificar precisamente as diferentes partes dos afixos. Como exemplos de línguas flexionais temos o Russo, o Latim e o Grego antigo. Na frase latina *Puellam bellam amo* ('Eu amo a bela garota'), a terminação –*am*, no nome e no adjetivo, marca feminino, singular e acusativo e a terminação –*o* do verbo refere-se à primeira pessoa do singular, sujeito e presente do indicativo. As palavras latinas não podem ser segmentadas em morfemes, senão de forma arbitrária, e isso é o que diferencia as línguas flexivas das aglutinantes. Não se trata de uma diferença de estrutura gramatical entre línguas “flexivas” e “aglutinantes”, mas do modo como são representadas as unidades gramaticais mínimas, seja fonológica ou graficamente. Juntos esses dois tipos de língua compõem o grupo das “inflexivas” (LYONS, 1979).

d) As línguas **polissintéticas** (ou incorporantes) fazem grande uso de afixos e freqüentemente incorporam o que outras línguas expressariam por meio de nomes e advérbios a elementos que se assemelham a verbos. São identificadas como polissintéticas a língua Inuktitut (Irlanda) e algumas línguas indígenas americanas. Veja-se o Inuktitut:

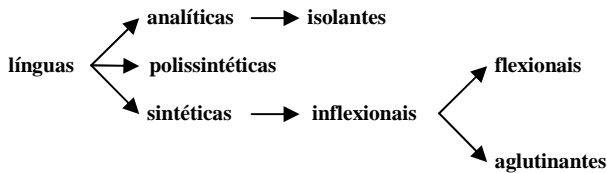
tavva	guuq	Ikpiarju(q)	-ku(t)-	-Luni-
<i>then (suddenly)</i>	<i>they say</i>	<i>work-bag</i>	<i>by</i>	<i>while she</i>

DEPARTAMENTO DE LETRAS

tigualaka	-mi	-uk	takanu-
<i>swept up (in one motion)</i>	<i>LOC (from)</i>	<i>POSS</i>	<i>that one there below</i>

nga	ikijaq-	tuq-	luni	qaja(q)r-	mun
<i>her</i>	<i>way out</i>	<i>she</i>	<i>while</i>	<i>kayak</i>	<i>towards</i>
<i>'Then suddenly, she swept up her work-bag from its place below her as she went out towards the kayak'</i>					

Chega-se à seguinte configuração, de um ponto de vista estrutural:



Em geral, acredita-se que a maior parte das línguas naturais se aproxima do tipo “aglutinante”.

Ainda que não fosse o objetivo de Humboldt, os quatro tipos serviram como meios de classificação das línguas. Outras críticas feitas a essa escola devem-se, em princípio, a dois fatos: sua classificação reconhece apenas um único parâmetro de variação das línguas, isto é, a estrutura morfológica das palavras e, embora reconheça que as línguas variam nas suas partes (reconhecem, p. ex., que o Latim é menos “sintético” que o Grego em algumas partes)⁴¹, utilizam-se de apenas um parâmetro para classificá-las, colocam-nas num grupo ainda que não apresentem as mesmas características estruturais na sua totalidade. O reconhecimento de que uma língua apresenta características de um determinado tipo não quer dizer que, como um todo,

⁴¹ Os gramáticos romanos já haviam incorrido no erro de achar que as “partes do discurso” propostas pelos gregos eram universais e necessárias (Lyons, 1979). Julgavam a estrutura de línguas bárbaras e do próprio latim falado no momento presente a partir da estrutura (partes do discurso) do grego clássico.

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

ela se configure como um único tipo (LYONS, 1979). Não se encontram aqui as noções de **tipo básico** e **prototípico** (Croft, 1993). Outra crítica refere-se à postura avaliativa que adotam para as línguas a partir de princípios filosóficos lógico-semânticos⁴² e de uma clara conotação de superioridade cultural por parte de quem fala uma determinada língua como se constata em Humboldt⁴³ (CROFT, 1993). Segundo Lyons (1979), não há uma lei de “evolução” que oriente o desenvolvimento das línguas de um tipo para outro, como foi argumentado por Humboldt e pelos irmãos Schlegel em decorrência dos estudos diacrônicos, somente substituídos pelos estudos sincrônicos no século XX, com o advento do estruturalismo lingüístico.

O ESTRUTURALISMO: SAPIR

O estruturalismo lingüístico alterou a visão da tipologia morfológica das línguas ao postular que elas possuíam uma estrutura sincrônica, e não mais diacrônica como se fazia até então, rejeitou a avaliação cultural atribuída a tipos morfológicos e passou a examinar suas partes isoladamente propondo uma classificação tipológica de várias características lingüísticas.

Sapir (1921) revisou a tipologia morfológica do século XIX ilustrando a possibilidade de diferentes formas de classificação. Dividiu as propriedades morfológicas em dois parâmetros independentes: o número de morfemas por palavra e as alterações fonológicas dos morfemas combinados, chegando a três tipos de línguas em termos do número de morfemas: **analíticas** (um morfema por palavra), **sintéticas** (um pequeno número de morfemas por palavras) e **polis-**

⁴² A lógica, para os estoícos, dividia-se no estudo da Epistemologia, da Retórica e da Gramática (“arte de escrever bem”). Acreditavam que a língua era espelho da realidade subjacente, ou seja, dos fenômenos do mundo físico. Estava na base dessa concepção a crença na coincidência nos modos de “ser” e de “compreender”.

Durante a Renascença, através dos gramáticos de Port-Royal, trazem à tona a concepção da gramática como espelho da realidade e que a estrutura da língua é produto da razão.

⁴³ A avaliação das línguas do ponto de vista estrutural como “puras”, “corretas”, “impuras” e “incorretas” remonta o tempo dos estoícos e permanece até hoje, o que pode ser constatado nas gramáticas prescritivas. Quanto à relação entre “língua” e “caráter”, teve seu início com o Romantismo alemão (séc. XVIII). Humboldt defendia que a estrutura de uma língua refletia e condicionava os modos de expressão e pensamento do povo que a fala (Lyons, 1979; Coseriu, 1960).

DEPARTAMENTO DE LETRAS

sintéticas (um grande número de morfemas, particularmente muitas raízes, por palavra). Distinguiu quatro tipos em termos da alteração dos morfemas: **isolante** (sem afixação), **aglutinante** (simples afixação), **fusional** (alterações morfofonêmicas consideráveis) e **simbólica** (supletiva). Trata-se, na verdade, de um refinamento do que havia sido feito anteriormente, resultando numa complexa tipologia das línguas que possibilita mostrar como elas expressam diferentes tipos de conceitos: “concretos”, “derivacionais” e “puramente relacionais”.

Uma crítica que faz aos estudos estruturalistas e a dificuldade de estabelecer limites entre o que é um morfema e o que é uma palavra, ou seja, uma definição satisfatória para esses fenômenos. Excepcionalmente a visão sincrônica aplicada às línguas, o estruturalismo não avançou nos estudos tipológicos, o que só veio a ocorrer com o surgimento da concepção tipológico-funcional de Greenberg.

A CONCEPÇÃO TIPOLOGICO-FUNCIONAL

Greenberg (1954) deu um passo a mais na classificação tipológica ao introduzir o conceito de **tipo lingüístico**. Observou ainda que não há limites claros entre os tipos analítico, sintético e polissintético por causa do valor quantitativo dos morfemas das palavras. Criou um índice quantitativo que relaciona morfemas e palavras. As línguas deixam de ser classificadas segundo tipos discretos e passam a ser relacionadas a partir de dez parâmetros estruturais.

Segundo Greenberg (1974), já se podia pressentir nos trabalhos da Escola Lingüística de Praga⁴⁴ um distanciamento daquele tipo de classificação tipológica da língua como um todo. Na medida em que são confrontadas formas lingüísticas (estrutura) e funções lingüísticas (motivação externa), uma relação de iconicidade, chega-se à base de uma nova tipologia, isto é, a relação forma-função. Muitas outras teorias se desenvolveram a partir do estabelecimento do estudo de parâmetros estruturais.

⁴⁴ Os primeiros estudos dessa escola centraram-se na tipologia das línguas com base na sua fonologia. A distinção tipológica mais conhecida nesse sentido se faz entre *línguas tonais* e *não-tonais*. A estruturação das sílabas foi outro fator bastante estudado (Malmkjær, 1996).

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

SÉCULO XX:

OS DESDOBRAMENTOS DOS ESTUDOS TIPOLÓGICOS

Desde a metade do século XX os estudos tipológicos têm se centrado na sintaxe, sendo chamados também de tipologia da ordem dos elementos – palavras ou constituintes no SN e se uma língua possui anteposições ou posposições –, uma aplicação dos universais lingüísticos postulados por Greenberg (1961). Uma das noções estudadas é a de **ordem básica** em termos de S(ujeito), V(verbo) e O(bjeto). As mais comuns seriam SVO (Inglês, Português, Francês) e SOV (Japonês e Turco), sendo encontradas com menor frequência as outras quatro configurações possíveis: VSO, VOS (Malagasi – Oeste do Madagascar), OVS (Hixkariana – Nordeste do Brasil), OSV. Há línguas ainda que não apresentam uma ordem básica, como o Dirbal (Austrália). Segundo Tomlin (1986) a hierarquia dos seis tipos, com base na frequência, seria: SOV = SVO > VSO > VOS = OVS > OSV. Greenberg (1966) postula, além desses, outros parâmetros, como a ordem relativa entre Genitivo e Nome (GN/NG), Demonstrativo e Nome (Dem. N/N Dem.), Oração Relativa e Nome (Or. Rel. N/N Or. Rel.), Numeral e Nome (Num. N/N Num.), Nome e Adjetivo (AN/NA), Preposições e Posposições.

Surge então o **Princípio de Harmonia Transcategorial** de Hawkins (1982), que considerada uma língua consistente conforme a ordenação de seus modificadores e modificados (Cohen, 1979:59). A variação dos padrões dentro de uma mesma língua impede que ela seja totalmente consistente.

Greenberg (1966) classificou as línguas românicas como SVO/Pr/NG/NA apesar de algumas inconsistências, como, p. ex., no Português (SVO) as ordens AN, GN e a existência de pronomes-objeto proclíticos, indicando uma ordem SOV. O Latim foi classificado como ambivalente, por não se enquadrar em nenhum dos padrões. O Latim Clássico possui características SOV e SVO, ficando a meio caminho entre o Indo-Europeu, classificado por Lehmann (1972) como SOV, e as línguas românicas (SVO).

Para Vennemann (1974), as inconsistências são indicadoras de que uma língua se movimenta, em termos de mudança lingüística (Sapir, 1921), de um tipo consistente para outro tipo consistente.

DEPARTAMENTO DE LETRAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COHEN, Maria Antonieta. O posicionamento do adjetivo no sintagma nominal português. *Centro de estudos portugueses da faculdade de letras da UFMG*. Belo Horizonte, 12:58-62, 1979.
- COSERIU, E. *Tradição e novidade na ciência da linguagem*. Rio de Janeiro: Presença/USP, 1980.
- CROFT, W. *Typology and universals*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- GREENBERG, J. A quantitative approach to the morphological typology of language. In: SPENCER, R. F. *Method and perspective in anthropology*. [s/l.: s/e.], 1954.
- GREENBERG, J. *Language typology: a historical and analytic overview*. Mouton: The Hague, 1974.
- GREENBERG, J. *Universals of language*. 2ª ed. Cambridge: MIT Press, 1966.
- HOWKINS, J. A. Cross-category, X-bar and the predications of markedness. *Journal of linguistics* 18: 1-35, 1982.
- LEHMANN, W.P. A structural principle of language and its implications. In: *Language*. 49:47-66, 1973.
- LYONS, J. *Introdução à lingüística teórica*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional; USP, 1979.
- MALMKTÆR, Kirsten. *The linguistics encyclopedia*. London and New York: Routledge, 1996.
- SAPIR, E. *Language*. Nova York: Harcourt, 1921.
- TOMLIN, R. *Basic word order: Functional principles*. London: Croom Helm, 1986.
- VENNEMANN, T. Analogy in generative grammar; the origin of Word order. In: LUIGI, Heilman (org.) *Proceedings of the XI International Congress of Linguistics*. Bolonha, 2, 1972.

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

UMA LOUCA CRIAÇÃO: *SUZE* – SALOMÉ

Letícia Pereira de Andrade (UEMS e UFMS)

Precisamos apenas acostumar-nos a levar a sério o que é dito em poesia e deixar uma palavra lírica servir igualmente de testemunho do homem como uma sentença dramática. (STAIGER)

INTRODUÇÃO

O texto ora apresentado analisará o conto *Suze*, do escritor português António Patrício, sob a influência da estética decadentista no final do século XIX, mostrando que a loucura funciona como princípio e não como ponto final de uma investigação. De posse dos pressupostos teóricos decadentistas, pode-se reestudar obras que ficaram na obscuridade da estética vigente da época, talvez porque o grande público as considere estranhas e perturbadoras.

A reflexão que ora se faz é da inscrição de obras no plano decadentista, que são tidas como um simbolismo negro, profano, etc. Para tanto, faz-se necessário lembrar do pensamento finissecular, especificamente da literatura portuguesa, na qual se insere o objeto desta análise: o conto *Suze*, de António Patrício, autor que merece, segundo Moisés (1973: 283),

Abandonar a obscuridade em que o laçaram o preconceito e a estreiteza crítica para ascender a um plano que, se não é aquele em que se colocam Camilo Pessanha, António Nobre e Eugénio de Castro, sem dúvida ultrapassa os dos demais poetas do Simbolismo.

Aliás, dizer que determinado artista é louco ou obscuro não afeta de modo algum a qualidade da obra, pois ele pode ser genial por causa disso como vice-versa.

Elege-se como *corpus* desta análise o citado conto patriciano, porque o leitor se sente confuso diante dele... enxerga a *louca criação*!

É que decorre de uma visão 'que é verdadeira expressão simbólica – isto é, a expressão de algo realmente existente, mas imperfeitamente conhecido. Esta visão ultrapassa a experiência humana e pode ser indicada por intuições desconhecidas e escondidas (GALLO, 1981: 75-76).

Essa criação decadentista será analisada pisando as pisadas dos elementos finisseculares, sem perder de vista as influências de-

DEPARTAMENTO DE LETRAS

cadentistas e levando a sério o que é dito, a fim de encontrar o *Tesouro Escondido*.

SUZE DE ANTÓNIO PATRÍCIO: UMA CRIAÇÃO DECADENTISTA

A criação de António Patrício, escritor português desconhecido para um número razoável de pessoas, muito se aproxima da estética finissecular ou decadentista. Segundo Moretto (1989: 42),

O estilo de decadência não é outra coisa senão a arte em seu ponto de extrema maturidade a que as civilizações, ao envelhecerem, conduzem seus sóis oblíquos: estilo engenhoso, complicado, erudito, cheio de nuances e rebuscado, recuando sempre os limites da língua, tomando suas palavras a todos os vocábulos técnicos, tomando cores a todas as paletas, notas a todos os teclados, esforçando-se por exprimir o pensamento no que ele tem de mais inefável e a forma em seus mais vagos e mais fugidios contornos, ouvindo, para as traduzir, as confidências subtis da neurose, as confissões da paixão que envelhece e se deprava e as alucinações estranhas da idéia fixa ao tornar-se loucura.

A estética decadentista rasga e costura a palavra, intimando-a a tudo exprimir e levando-a ao extremo exagero. Assim, o texto decadentista é uma verdadeira colcha de retalhos, de caráter librolibresco, fazendo uso de experiências, como a construção e a desconstrução, num processo híbrido por meio da bricolage e da montagem textual, resultando, portanto, um texto labiríntico sem compromisso com a realidade empírica, elegendo a *arte pela arte*, “criando uma supra-realidade capaz de satisfazer, ainda que pelo tempo do contato entre a obra e seu receptor, a busca pela grande Verdade, que palpita dentro de cada ser humano” (SANTOS, 1999: 19).

Nesse jogo estético, percebe-se a preferência pelo artifício e pelo gosto à esterilidade, representada pela figura do andrógino e Salomé – a mulher diáfana, a mulher-sibila, a mulher-cadáver, a mulher símbolo do Decadentismo, que encanta e desconcerta/destrói os homens.

Assim, *Suze* é a criação de uma *Feminae Fatale*, a mulher decadentista que sugere o violento, o intenso, o exagero, o agudo até a estridência, o adultério, a depravação, a beleza e o cinismo. Dessa forma, essa mulher é subversiva, vampiresca, satânica, lembrando o mito de Salomé, a mulher de dança sinuosa e Medusa de beleza estonteante; conseqüentemente, observa-se que essa mulher é sedutora,

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

fatal e excita na alma do leitor a *sensação do belo*, na qual, como diz Moretto (1989: 46), “acrescenta-se um certo efeito de surpresa, de espanto e de raridade”.

Suze é um conto extraído da obra *Serão Inquieto*, uma coletânea de cinco contos publicada em 1910. São contos poéticos, narrados em primeira pessoa, que não se assemelham ao que comumente chamamos de *tradicional*, pois, como o próprio nome do livro sugere, foram escritos num *Serão Inquieto*, num período noturno, inquieto, após o expediente normal, no qual se tenta trazer à tona um sentimento ao real por via da imaginação. Segundo Gallo (1981: 16), a obra de Antônio Patrício “emerge das profundidades do ‘eu profundo’, aonde ele desceu, no afã de conhecer-se e conhecer a Humanidade”.

Serão Inquieto passeia sobre/sob as várias representações decadentistas, privilegiando sempre: o gosto pelo requinte, numa profanação de personagens a ilustrar o caminho que o narrador deve seguir; a idéia dominante da morte, como sendo a valorização insubstituível de cada momento da vida tensa e como o elemento mais melancólico e, conseqüentemente, o mais poético (Cf. POE, 1997: 915), o que nos leva a crer que ela seja o núcleo dramático; o artificialismo, numa encenação narcísica como a própria alma humana; a neurose, símbolo maior da causticante concentração psicológica de Antônio Patrício, porém sem traçar perfis psicológicos martirizantes das suas criações-personagens. Mas é na bricolage que se pode perceber o total domínio da sua escrita, que recria com maestria o eterno jogo da construção e desconstrução (Cf. PIRES, 2003: 5).

Os cinco contos, em um equilibrado quebra-cabeça, portam-se como um labirinto. Cada conto é um tecido espesso, porém penetrável, desde que se tenha conhecimento das metáforas polivalentes que dão a flexibilidade para achar/perder os fios deste novelo labiríntico, que poderão nos levar ao *Tesouro Escondido*.

DE OLHO NA LOUCA CRIAÇÃO: *SUZE*

Em um *serão inquieto*, em um espaço fechado, no quarto, inicia-se essa criação... fruto de um solilóquio, a narrativa se constrói através de um fio condutor tecido pelo narrador que remonta a sua relação com *Suze*, a partir de uma noite no teatro, quando ele a conhece. Num processo rememorativo, o amante-narrador trás à tona o

DEPARTAMENTO DE LETRAS

seu convívio de dois meses com a prostituta *Suze* (símbolo do prazer e infertilidade, um dos vértices do triângulo do desperdício), a partir da lembrança do último encontro - a despedida:

Na última contava ela com uma coragem simples, como o mais fútil incidente, que ia entrar pro hospital pra ser operada. Anunciava-me isso entre um projeto de vestido gri-taupe, que iria bem à sua tinta de viciosa pálida (PATRÍCIO, 1979: 84).

Por se mostrar de maneira distinta das demais prostitutas, no vestir-se e no portar-se de forma elegante e sofisticada, *Suze* agrada ao gosto requintado do amante, que a corteja e passa a dividir com ela suas noites, até o momento em que ela anuncia a necessidade de operar-se, não mais voltando, daí a suposição de sua morte, como um anúncio da terminalidade (Cf. RUTE, 2003: 9). Dias depois, sem receber notícias de *Suze*, o amante começa o seu processo rememorativo. O narrador sensivelmente adivinha a morte de *Suze*; às vezes, apresenta-se amargo e desencantado nas suas considerações acerca da vida dos homens, e evoca a vida conjunta, explicitamente saudoso. Mas essa saudade não é apenas uma lembrança de um bem ausente, é, segundo Gallo (1981: 67):

A saudade de alguém que partiu, todavia é, principalmente, a nosso ver, tomando emprestada a expressão de Fernando Pessoa, 'espiritualização da matéria', na mesma linha de Teixeira de Pascoaes: Pela saudade, o homem reage, responde à sua situação concreta no mundo. Sofre a dor de ser imperfeito, a nostalgia da pura vida anímica, a divina saudade ou saudade de Deus (...). Realiza o ausente por obra e graça da imaginação: *inventa* Deus. O homem, em virtude de seu poder saudosista, de lembrança e de esperança, eleva-se da própria miséria e contingência à contemplação do reino espiritual, onde as coisas e os seres divagam em perfeita imagem divina.

Dessa forma, *Suze* é criada por obra e graça da imaginação. Percebe-se que este fio narrativo é calcado nas próprias reminiscências do amante-narrador, ao evocar a mulher amada que cuida estar morta:

Não posso dormir. Como há mais de oito dias não recebi carta de *Suze* e a minha absurda vaidade se recusa a crer que ela me esqueça, ponho-me a pensar, com uma perversidade triste, que tenho escrito loucura a um cadáver (PATRÍCIO, 1979: 83).

Eis o tema mais melancólico dessa escritura: a Morte. Segundo Poe (1997: 915),

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

A morte, pois, de uma bela mulher é, inquestionavelmente, o mais poético tema do mundo e, igualmente, a boca mais capaz de desenvolver tal tema é a de um amante despojado de seu amor.

O narrador passa a recordar minuciosamente os encontros passados, numa verdadeira neurose mental, e vai construindo *Suze*, sua louca criação. Na sua visão estetizante de colecionador, constrói, cria e satisfaz o seu espírito ególatra permitindo que *Suze* exista a partir dele, como sua própria criação (Cf. RUTE, 2003: 9). Como diz Mário de Sá-Carneiro (1997: 21), “a literatura faz almas e almas imortais”... Assim, *Suze* vai sendo construída através das perversões históricas, das neuroses febris e das vertigens enlouquecedoras do amante-narrador, num frenesi de múltiplas sensações e desequilíbrios diante da degenerescência humana:

Horas e horas com febre, com riso, com desespero, vasculho na memória, recomponho o complexo encanto dessa rapariga que sabia de cor toda a *Comédia Humana*; tinha um vício pessoal, erudito, arquisutil; clinicamente ingênua, ingenuamente cínica; amoral e heróica, e que caminhava pro seu leito de *cocotte* com o ar redolente de Desdêmona na *canção do salgueiro*... (PATRÍCIO, 1979: 86).

Ao compô-la, ele faz um passeio pelo interior da personagem, desnudando-a de forma ambígua, composta pela candura associada à personagem de *Desdêmona* e à perversão de prostituta, revelando-lhe nas mais íntimas peculiaridades de sua personalidade, e vasculhando-lhe o interior numa forma de afirmação pessoal. A revelação de *Suze* ao leitor é precisa e minuciosamente detalhada, neste momento de incansável histeria do amante em dar conta de cada detalhe:

Preciso calmar a minha febre e começar pelo começo. Vi-a a primeira vez este verão, no teatro, e logo a destaquei. Os seus cabelos de criança escandinava, loiro cendrado e seda palha em que havia reflexos quase brancos, tufava na testa sob o chapéu preto, descaíam a esquerda, subiam a direita recortando a têmpora em ogiva, inverossímeis como raios de um sol de vício, químicos, absurdos... Só depois me convenci de que eram autênticos (PATRÍCIO, 1979: 85).

Ele passa a recordar o início da sua relação com a prostituta, num apelo a épocas remotas, bem ao gosto decadentista. Ao olhar pelo binóculo, assumindo-se nitidamente como um *voyeur*, faz um quadro de *Suze* espionando a sua vida interior. A partir do binóculo do *não convencional*, *Suze* é criada, e por isso, considerada uma louca criação... Detalhando cada aspecto da figura feminina, o narrador a compara a uma criança escandinava, dada a sua pouca idade, vinte

DEPARTAMENTO DE LETRAS

e três anos, e cabelos louros; só depois ele se assegura de que são verdadeiros, já que, em sua mente delirante, era mais fácil acreditar que os cabelos de *Suze* eram artificiais. Artificiais? Quem é, então, essa *Suze*? Sr^a. Franquestein?

Essa loucura, esse estranhamento, via no grotesco, no diferente – “todos a achavam imensamente estranha e alguma coisa feia” (PATRÍCIO, 1979: 87) –, é a excitação necessária para levar adiante seu refinado gosto de esteta e colecionador, no seu isolamento costumeiro (estufa): “aqui mesmo, no meu quarto, onde certa noite ela tomou chá entre os meus livros” (PATRÍCIO, 1979: 86).

A construção de *Suze*, perversa e profana, vai se transportando para o signo da serpente, a mulher sedutora que o atrai para sua atmosfera de desejo e lascívia com desenvoltura e magia: “aqui começa a feitiçaria, o encantamento em que essa serpentina bruxa me colheu, polarizando o meu desejo pro seu corpo elástico e felino” (PATRÍCIO, 1979: 87).

A beleza diferente de *Suze*, que se refere à “intensa e pura elevação da alma” (POE, 1997: 913), é o retrato do exótico gosto decadentista pelo bizarro, pelo estranho. O estranho está presente em todos os elementos pelo excesso, na caracterização da personagem: prostituta, porém superior, conforme o texto afirma: “nobre e cocote, flexível de corpo e de espírito, amoral e heróica” (PATRÍCIO, 1979: 83-84); além disso, tem ainda duas facetas, uma luminosa, outra sombria: uma figura boa, pura, nobre como uma deusa, por um lado e, por outro, a meretriz, a sedutora, a bruxa. Como é paradoxal essa *Suze*!

As suas imperfeições não são descritas como pontos desconsideráveis, mas como algo que a diferencia do gosto comum, do normal, repudiado pelos decadentistas. Assim o amante de *Suze* dá capital importância aos seus cabelos em desalinho: “os cabelos impossíveis, abusivos, excessivos, caíam-lhe nos ombros” (PATRÍCIO, 1979: 90), aproximando-a da beleza meduséia, da mulher viril, vampiresca, que tanto encanta quanto mata. Esta mulher-vampira, *Suze-Salomé*, representa a inversão de códigos, por isso é a loucura que lhe oferece forma.

Sem terminar sua louca-criação, o amante tinha dúvida do seu amor e queria acreditar que *Suze* era verdadeira:

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

De começo podiam julgá-la artificial, tão estilizada era a sua graça, tanto o seu requinte parecia consciente e erudito, traindo-se em tudo: no andar elástico, no dandismo sóbrio, e até no ruje-ruje da sua voz de alcova e confidência e todo o meu trabalho desta noite me parece de um doido que quisesse reconstruir uma obra prima... (PATRÍCIO, 1979: 92).

Era assim que ele a via, como uma obra de arte, aumentando sua galeria de refinado colecionador, através do dandismo sóbrio de *Suze*; pois só assim ele podia amá-la, enquadrando-a nos seus modelos refinados. Nesse estado de loucura, em meio às suas memórias, ele se questiona, tentando se dar conta do que ele realmente é: “Se ela me visse como eu sou, se eu não fosse com ela sempre ator, se eu não fosse o ser falso, o clown cético mascarando com riso o sentimento” (PATRÍCIO, 1979: 99). Neste momento, o amante deixa cair a máscara e se despe do artifício da encenação. Ele está só em seu quarto e não mais verá a amante.

Já no crepúsculo da madrugada, mergulhado em suas recordações, o amante-narrador pensa mais uma vez naquela mulher e no estado doentio que antecipa o fim. A constatação da terminalidade através da morte de *Suze*: “É pois forçoso convencer-me de que a minha pobre Suze – ‘era uma vez’...” (PATRÍCIO, 1979: 83), faz com que o amante novamente recorra aos seus refinamentos de esta-ta, preocupando-se com a aparência da amante morta, rejeitando assim o sentimento de perda: “Não te souberam pentear; deixaram-te o cabelo em desalinho e, não sei por quê, está mais claro, de uma seda mais pura, mais de infância” (PATRÍCIO, 1979: 101). O ápice da tensão neurótica leva-o ao delírio e declara a perfeição de *Suze* num verdadeiro culto à sua memória.

Nesse sortilégio de mascaramentos sociais, o narrador sente-se incapaz de amar uma prostituta, porém declara este amor, abalando o que é convencional nas relações sociais, abalando o sentido do mundo, como diz Roland Barthes.

A arte, fruto deste *serão inquieto*, produz a estética do crepúsculo que anuncia a terminalidade e se deleita na *falsa impressão dos fatos*, visionando um *paraíso artificial*, que sugere algo mais além do mundo orgânico, material, palpável. Dessa forma, nessa escritura decadentista, as personagens têm também qualquer coisa de imaterial, de oculto, de misterioso, por fim, de louco.

DEPARTAMENTO DE LETRAS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Escrever é abalar o sentido do mundo
(ROLAND BARTHES).

O texto decadentista projetou uma visão desconcertante da realidade, que abala o sentido do mundo, por meio do fingimento, do truque, da aparência, do artificial, contrapondo-se à idéia mimética realista. O simulacro através do culto do artificial vai contradizer toda noção de arte até então, explicitado por um narrador condutor dos fingimentos e adepto do culto da *arte pela arte*.

A crise da representação que hoje, na chamada pós-modernidade, é vivida, tem sua gênese no texto decadentista, que passa pela crise da verdade, do sentido, e principalmente da linguagem, vindo tudo através das ruínas dos noventa.

Assim, por meio desta análise, percebe-se em *Suze*, de Antônio Patrício, a contribuição da literatura portuguesa para o Decadentismo, que se enquadra nos parâmetros finisseculares estabelecidos por meio da loucura, do seu caráter desconcertante. Percebe-se que a loucura poderia, de fato, ser tomada como um modelo do próprio processo de simbolização, de atribuição de significado. Dessa forma, neste conto, a criação delirante de sentido apresenta-se em descompasso em relação ao julgamento dito “normal”: ele brota senão sobre o solo de um estranhamento radical; e esse estranhamento é a perda da realidade e a construção de uma nova.

Nessa perspectiva, nada é estático, tudo muda, e a obra de arte e seus conceitos deslizam por concepções ora reformuladoras, ora desconstrutoras, ainda em sentido espiralado, tentando não se enquadrar, mas aproximar o público da sua arte, por meio da *arte pela arte*, como se observa na construção de *Suze*, a louca criação de um narrador que almeja revelar sua obra prima ao leitor, a fim de demonstrar uma grande VERDADE... a Arte esconde esse grande TESOURO... e os que vão a busca desse TESOURO... devem fazê-lo por sua conta e risco. Eis tudo!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARNEIRO, Mário de Sá. *Loucura*. Rio de Janeiro: Lacerda, 1997.
- CHEVALIER, Jean et al. *Dicionário de símbolos*. Trad. Vera da Costa e Silva et al. 12ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

GALLO, Nilva Mariani. Bruxas e deuses em Serão Inquieto. **In:** *Boletim*. São Paulo: Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da USP, nº 04, 1981.

MOISÉS, Massaud. *A literatura portuguesa*. 11ª ed. São Paulo: Cultrix, 1973.

MOISES, Massaud. *A literatura portuguesa em perspectiva*. In: *Simbolismo Modernismo*. São Paulo: Atlas, 1994. V. 4.

MORETTO, Flúvia M. L. *Caminhos do decadentismo francês*. São Paulo: Perspectiva; Edusp, 1989.

PATRÍCIO, António. Suze. **In:** *Serão inquieto*. Lisboa: Assírio e Alvim, 1979.

POE, Edgar Allan. A Filosofia da composição. **In:** *Ficção completa, poesia & ensaios*. Org. e Trad. Oscar Mendes. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997.

PIRES, Rute Maria Chaves. *Suze: o vampiresco signo da paixão*. Disponível em <http://www.bluedoor.com.br/pages/salome>. Acesso em 09 de setembro de 2003.

SANTOS, Rosana Cristina Zanelatto. *A representação da mulher em António Patrício*. Tese de Doutorado defendida na FFLCH/USP. São Paulo, 1999.

DEPARTAMENTO DE LETRAS

VIAGEM AO BRASIL
DE ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA

José Pereira da Silva (UERJ)

Peço licença para fazer neste artiguete um misto de biografia do naturalista baiano (de quem comemoramos os 250 anos no dia 27 de abril) e de resenha da série que a Kapa Editorial está publicando desde 2002 e que já está no décimo primeiro volume, cujo título é o mesmo deste artigo, apresentando-lhes ainda uma amostra bibliográfica dos principais trabalhos surgidos a partir da década de noventa sobre esse ilustre desconhecido.

ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA

Alexandre Rodrigues Ferreira nasceu na Cidade da Bahia, no dia 27 de abril de 1756, e morreu em Lisboa no dia 23 de abril de 1815, na semana em que completaria 59 anos.

Em 1777, aos 22 anos, foi o nomeado pela Rainha D. Maria I como “*o primeiro naturalista português*” e encarregado da expedição científica denominada “*Viagem Filosófica*” (que complementou a Comissão de Demarcação de Limites entre as fronteiras dos domínios de Portugal na América), indubitavelmente o maior empreendimento científico realizado no Brasil pela Coroa Portuguesa em todo nosso período colonial.

Sua função básica seria descrever todos os seres dos três reinos da natureza (mineral, animal e vegetal) encontrados na Amazônia Brasileira e parte da Bacia do Rio Paraguai (de modo que os limites dos domínios portugueses não se confundissem posteriormente com os dos vizinhos espanhóis).

Essa descrição foi feita de três modos, principalmente:

a) por escrito, através de relatórios denominados de “*relações*”, “*notícias*”, “*memórias*” ou “*tratados*”, além de uma farta correspondência, com centenas de documentos escritos de próprio punho ou encomendados a outros especialistas que a Rainha colocou a serviço da expedição;

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

b) por desenhos com mais de mil obras preparadas principalmente pelos dois “*desenhadores*” (Joaquim José Codina e José Joaquim Freire) que o acompanharam pela selva amazônica e pelo arquiteto italiano Antônio José Landi;

c) por amostras tecnicamente preparadas aos milhares e cuidadosamente enviadas para o Real Gabinete de História Natural, para as quais contou principalmente com o trabalho do botânico Agostinho José do Cabo e de dois índios por ele preparados.

Essa expedição permaneceu nas selvas por quase dez anos (de 1783 a 1792), com mais de uma centena de pessoas permanentemente a serviço da pesquisa científica, tendo Alexandre Rodrigues Ferreira recebido da Rainha o poder de convocar os serviços de qualquer súdito do reino que fosse necessário para o sucesso do seu projeto, percorrendo uma distância aproximadamente equivalente a uma volta ao mundo, pelos vales dos rios Tocantins, Amazonas, Negro, Madeira, Paraguai e muitos de seus diversos afluentes.

Os documentos resultantes dessa viagem interessam a todas as áreas do conhecimento humano, que naquele tempo não estavam classificadas de acordo com os padrões atuais, destacando-se pelo menos as seguintes especialidades: Medicina e Farmácia, Biologia, Zoologia, Botânica, Agricultura e Ecologia, História (Social, Militar, Religiosa), Geografia (Geografia Humana, Geografia Física), Geologia, Mineralogia, Etnografia, Antropologia, Artes Plásticas, Arqueologia, Arqueologia, Linguística (Língua Portuguesa, Línguas Indígenas), Filologia, Literatura (Literatura de Viagem, Retórica, Oratória), Política, Administração Pública.

Para a área de Letras, é indiscutível que seus textos correspondem ao que se tem chamado de “literaturas dos viajantes”, além de alguns outros que se colocariam no gênero da oratória ou da retórica, além do fato haver diversos de seus textos que poderiam integrar a literatura moderna em língua latina.

Quanto a sua contribuição à língua portuguesa, Alfredo Cabral declara acreditar que Alexandre Rodrigues Ferreira deve ter contribuído com aproximadamente uns dez mil novos termos de origem indígena ao vocabulário da língua portuguesa do Brasil.

DEPARTAMENTO DE LETRAS

É preciso, portanto, conhecer um pouco mais desse importante pioneiro luso-brasileiro e valorizar o que ele nos legou de informações diversas de sua época e da que o precedeu.

Se os governantes brasileiros desses dois últimos séculos não tivessem sido tão pouco atentos ao valor dessa obra, com certeza já seria de conhecimento geral de todos os pesquisadores e já estaria em grande parte das bibliotecas públicas do país.

Alexandre Rodrigues Ferreira se negou a vir com a família real para o Brasil, na época da fuga, para preparar sua obra para publicação, visto que Napoleão tinha a fama de amante das ciências. Mas sofreu a decepção de vê-la raptada pelos invasores, levada para Paris e só devolvida em parte quando naturalista já estava às vésperas da morte.

Sendo avaliada e aconselhada a sua publicação, através da Academia Real de Ciências, o governo de Portugal desistiu de fazê-la, por estar em grande dificuldade financeira. Por isto, o governo brasileiro, através do Barão de Drummond, conseguiu a transferência para a Biblioteca Nacional do acervo que estava na Academia Real de Ciências, com o compromisso do Imperador de publicá-la.

Como D. Pedro II era membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, começou a publicar ali a *Viagem Filosófica ao Rio Negro* e alguns outros fragmentos de sua obra, já nos extertores da Monarquia, exatamente nos quatro últimos anos que precederam a proclamação da República. Até recentemente este foi o maior conjunto de documentos da Expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira que já se publicou, reeditado, por sinal, no segundo centenário do início daquela viagem (1983), só agora superado pela coleção *VIA-GEM AO BRASIL DE ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA.*, organizada por Cristina Ferrão e José Paulo Monteiro Soares e publicada pela Kapa Editorial.

Durante a República, diversas vezes o nosso governo já aprovou verbas específicas para esta finalidade, já nomeou comissão de altíssimo nível (constituído pelo Diretor da Biblioteca Nacional, pelo Diretor do Museu Nacional e pelo Diretor do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) para empreender essa publicação; o próprio Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia em conjunto com o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação já se propôs a fazer

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

essa publicação e teve autorização do governo para fazê-la. Não conseguiu.

O Conselho Federal de Cultura, durante a ditadura militar, aceitou o desafio de publicar essa obra, planejando pelo menos quatro volumes de memórias e cinco de iconografia. Com tanto poder, o Conselho conseguiu fazer uma edição de apenas dois dos quatro volumes planejados das memórias, em que o texto quase nunca é fiel aos originais, e apenas dois volumes de iconografia.

Como me pareceu difícil a realização dessa tarefa tantas vezes tentada sem sucesso por pessoas, instituições e governos que costumam ser considerados de algum valor, resolvi provar que isto é uma coisa possível e estou com o projeto em estado bastante adiantado, com todos os textos transcritos e digitados nos arquivos de meu computador.

Agora, o desafio não é saber se é possível publicar esse material, mas descobrir se ainda existem aquelas instituições e governos que tentaram publicar as obras completas de Alexandre Rodrigues Ferreira.

Se eles tinham poder para mandar, dinheiro para pagar e pessoas para serem nomeadas e não fizeram essa edição, agora eu estou oferecendo um plano de publicação de todo esse material, em vinte volumes, antes que se perca total e definitivamente, como já o fiz à Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, no final de 1995.

Antes, os governos queriam ou fingiam querer e não encontravam quem fizesse o trabalho. Agora eu faço o trabalho e não encontro apoio do governo para publicá-lo.

Algumas parcerias têm surgido quase espontaneamente, como foram, por exemplo, as que fizemos com o Professor Ruy Magalhães de Araujo, que atuou como pesquisador visitante da FAPERJ e pesquisou sobre o Rio Branco, a Professora Leny Cazelli Anzai da UFMT (que produziu uma tese com o material relacionado com enfermidades e curas), a historiadora Ângela de Araújo Porto da FIOCRUZ e os editores José Paulo Monteiro Soares e Cristina Ferrão, além de outros.

DEPARTAMENTO DE LETRAS

A MAIOR COLEÇÃO JÁ PUBLICADA DA OBRA DE ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA

Até agora, quatro conjuntos organizados em dois e três volumes cada foram publicados pela Kapa Editorial, na qual Cristina Ferrão e José Paulo Monteiro Soares assumiram a organização desse material, buscando apoio de empresas públicas e privadas para garantir a alta qualidade editorial que exige a publicação de numerosas iconografias, não somente das pranchas produzidas pelos desenhadores da expedição, como também de fotografias do material conservado em museus da França e de Portugal, totalizando já 2.125 páginas no formato de 297mm X 230mm

Como não seria possível numa resenha apresentar uma síntese do conteúdo desses onze substanciosos volumes, farei aqui, uma espécie de sumário resumido do que está pronto:

VIAGEM AO BRASIL DE ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA. . Kapa Editorial, [2002], 2 vol.

Volume I – Expedição Philosophica pelas Capitânicas do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyabá. Documentos do Museu Bocage de Lisboa [antigo Museu da Ajuda]. Introdução por Carlos Almaça. Notícia sobre Alexandre Rodrigues Ferreira e sua obra por José Pereira da Silva. A Iconografia da “Viagem Philosophica”, [com] transcrição e comentários por Dante Martins Teixeira & Nelson Paverro. 319 páginas ilustradas.

Volume II – A Expedição Philosophica pelas Capitânicas do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyabá. Documentos do Museu Bocage de Lisboa. [“Este volume de senhos originâes da Expedição philosophica do D^f. Alex^e. Rodrigues Ferreira, entre em 1842 por uma ominosa portaria do Conde de Thomar ao Ministro do Brasil ‘Drummond’, foi encontrado em 1861 em poder de uma mulher, a quem o Director da Secção Zoologica do Museu o comprou. Offerecido á Bibliotheca do Museu por Jose Barboza du Bocage”]. 158 páginas ilustradas.

VIAGEM AO BRASIL DE ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA.II. . Kapa Editorial, [2003], 3 vol.

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Volume I: A Expedição Philosophica pelas Capitanias do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyabá – Coleção da Academia das Ciências de Lisboa. Alexandre Rodrigues Ferreira, D. Vandelli & E. Geoffroy Saint-Hilaire: Aspectos da História – Novos dados e interpretação, por Miguel Telles Antunes. Herbário de Peixes do Brasil do Século XVIII no Museu da Academia das Ciências de Lisboa – Testemunho Histórico de acontecimentos controversos em 1808, por Miguel Telles Antunes & Ausenda C. Balbino. 119 páginas ilustradas.

Volume II: A Expedição Philosophica pelas Capitanias do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyabá – Coleção do Muséum national d’Histoire naturelle, Paris. No encaço de Alexandre Rodrigues Ferreira, por Jaques Cuisin. Identificação dos Pássaros, por Rémy Bruckert. 173 páginas ilustradas.

Volume III: A Expedição Philosophica pelas Capitanias do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyabá – Documento da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Observações Gerais e Particulares sobre a Classe dos Mamais. Alexandre Rodrigues Ferreira. Transcrição e comentários – José Pereira da Silva – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 159 páginas ilustradas.

VIAGEM AO BRASIL DE ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA – COLEÇÃO ETNOGRÁFICA. Kapa Editorial, [2005], 3 vol.

Volume I: A Expedição Philosophica pelas Capitanias do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyabá. Organizadores – José Paulo Monteiro Soares; Crsitina Ferrão. Apresentação – Miguel Telles Antunes. Alexandre Rodrigues Ferreira – Max Justo Guedes. Elogio ao Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira – Manoel José Maria da Costa e Sá. O Material Etnográfico do Museu Maynense da Academia das Ciências de Lisboa – Rómulo de Carvalho. A Coleção Etnográfica do Museu Museu Maynense da Academia das Ciências de Lisboa – José Paulo Monteiro Soares, Cristina Ferrão e Thekla Hartmann (1983). 239 páginas ilustradas.

Volume II: A Expedição Philosophica pelas Capitanias do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyabá – Organizadores – José Paulo Monteiro Soares; Cristina Ferrão. Apresentação – Nuno Porto. Alexandre Rodrigues Ferreira na Universidade de Coimbra – Manuel Laranjeira Rodrigues de Areia, Maria Arminda Pereira Miranda,

DEPARTAMENTO DE LETRAS

Maria do Rosário Rodrigues Martins. A Coleção Etnográfica do Museu Antropológico da Universidade de Coimbra. maria do Rosário Rodrigues Martins e Thekla Hartmann (1983). 200 páginas ilustradas.

Volume III: A Expedição Philosophica pelas Capitánias do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyabá – Organizadores – José Paulo Monteiro Soares; Cristina Ferrão. Documentos da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Textos sobre os Gentios e seus Artefatos de Alexandre Rodrigues Ferreira. Transcrição e comentários – José Peireira da Silva – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 79 páginas ilustradas.

VIAGEM AO BRASIL DE ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA. Kapa Editorial, [No prelo], 3 vol.

Volume I: A Expedição Philosophica pelas Capitánias do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyabá [Botânica] – Organizadores – José Paulo Monteiro Soares; Cristina Ferrão. Documentos do Museu Nacional, Rio de Janeiro, e Jardin des Plantes, Paris. Apresentação - Sérgio Alex Kugland Azevedo – Museu Nacional – UFRJ. Prefácio – José Paulo Monteiro Soares e Cristina Ferrão. Avaliação científica da Coleção Botânica de Alexandre Rodrigues Ferreira – João Renato Stehmann, Marcos Eduardo Guerra Sobral – Departamento de Botânica, ICB – UFMG. 220 páginas ilustradas.

Volume II: A Expedição Philosophica pelas Capitánias do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyabá [Arquitetura] – Organizadores – José Paulo Monteiro Soares; Cristina Ferrão. Documentos do Museu Nacional, Rio de Janeiro, e Biblioteca Nacional, Lisboa. Landi e a Demarcação de Fronteiras na Amazônia Setecentista – José Joaquim F. M. Soares. 100 páginas ilustradas.

Volume III: A Expedição Philosophica pelas Capitánias do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyabá [Diários] – Organizadores – José Paulo Monteiro Soares; Cristina Ferrão. Documentos da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Diário do Rio Branco; Tratado Histórico do Rio Branco; Notícia Histórica da Ilha de Joanes ou Marajó; Notícias da Ilha Grande de Joanes; Diário da viagem Filosófica pela Capitania de São José do Rio Negro – Alexandre Rodrigues

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Ferreira. Transcrição e comentários – José Pereira da Silva – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 359 páginas.

BIBLIOGRAFIA RECENTE

ALMAÇA, Carlos. A expedição filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira, no contexto histórico-natural da sua época. **In:** *Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira*. Lisboa: Academia de Marinha, 1992, p. 3-15.

——— *et alii*. *Viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira*. Ciclo de conferências. Lisboa: Academia de Marinha, 1992.

——— ; DOMINGUES A. e FARIA, M.. *Viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira*. Lisboa: Academia de Marinha, 1993.

ANTUNES, Miguel Telles. Alexandre Rodrigues Ferreira, D. Vandelli & E. Geoffroy Saint-Hilaire. Aspectos da história, novos dados e interpretação. **In:** FERRÃO, Cristina & SOARES, José Paulo Monteiro (orgs.). *Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira*. [s/l.]: Kapa Editorial, [2003], vol. I, p. 11-21

———. Alexandre Rodrigues Ferreira.. **In:** FERRÃO, Cristina & SOARES, José Paulo Monteiro (orgs.). *Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira*. Coleção Etnográfica. [s/l.]: Kapa Editorial, [2005], vol. I, p. 13-28.

AREIA, Manuel Laranjeira Rodrigues de; MIRANDA, Maria Arminda Pereira; HARTMANN, Thekla. *Memória da Amazônia. Alexandre Rodrigues Ferreira e a Viagem Philosophica pelas Capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyabá. 1783-1792*. Coimbra: Museu e Laboratório Antropológico da Universidade, 1991.

———; ———; MARTINS, Maria do Rosário Rodrigues. Alexandre Rodrigues Ferreira na Universidade de Coimbra. **In:** FERRÃO, Cristina & SOARES, José Paulo Monteiro (orgs.). *Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira*. Coleção Etnográfica. [s/l.]: Kapa Editorial, [2005], vol. II, p. 9-54.

BATES, W. H. *O naturalista no Rio Amazonas*. São Paulo, 1944. 2 vols.

CARVALHO, Cory T. de. Comentários sobre os mamíferos descritos e figurados por Alexandre Rodrigues Ferreira em 1790. *Arquivos*

DEPARTAMENTO DE LETRAS

de Zoologia, vol. 12, 1965, p.7-70.

CARVALHO, G. Marly Duarte Nunes de. Alexandre Rodrigues Ferreira (aspectos de sua vida e obra). Rio de Janeiro: CNPq, 1966.

CARVALHO, José Candido de Mello. *Viagem filosófica pelas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá (1783-1793): uma síntese no seu bicentenário*. Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; Belém: Museu Emílio Goeldi, [s/d.].

———. *Viagem filosófica pelas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá (1783-1793)*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1983.

COELHO, Mauro Cezar. As Viagens Filosóficas de Charles-Marie de la Condamine e Alexandre Rodrigues Ferreira: Ensaio Comparativo. **In:** GOMES, Flávio dos Santos (Org.). *Nas terras do Cabo Norte: Fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX)*. Belém: Editora Universitária / UFPA, 1999, p. 97-127.

———. Um conhecimento sobre o homem: os indígenas do Rio Negro nas reflexões de Alexandre Rodrigues Ferreira.. *Anais do Arquivo Público do Estado do Pará*. Belém: Secretaria de Estado de Cultura, 1998, 3(2): 215-237.

CORREA FILHO, Virgílio *Alexandre Rodrigues Ferreira, vida e obra do grande naturalista brasileiro*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1939.

COSTA, M. de F. Alexandre Rodrigues Ferreira e a capitania de Mato Grosso: imagens do interior. *História, ciências, saúde — Manguinhos*, vol. VIII (suplemento), 993-1014, 2001.

CUISIN, Jaques. No enalço de Alexandre Rodrigues Ferreira. **In:** FERRÃO, Cristina & SOARES, José Paulo Monteiro (orgs.). *Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira II*. [s/l.]: Kapa Editorial, [2003], vol. II, p. 13-35.

CUNHA Osvaldo Rodrigues da. *O naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira. Uma análise comparativa de sua viagem filosófica (1783-1793) pela Amazônia e Mato Grosso com a de outros naturalistas posteriores*. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1991.

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

DOMINGUES, Ângela. *Viagens de exploração geográfica na Amazônia em finais do século XVIII: política, ciência e aventura*. Lisboa: Centro de Estudos de História do Atlântico, 1991.

———. *Formas de intervenção no espaço amazônico em finais do século XVIII: política e aventura*. Dissertação de mestrado. Lisboa: FCSH da UNL, 1988.

———. Os índios da Amazônia para um naturalista do séc. XVIII. *Ler História*. 23(1992): 3-10.

———. Um novo conceito de ciência ao serviço da razão de estado: a viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira ao norte brasileiro. **In:** *Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira*. Lisboa: Academia de Marinha, 1992, p.17-33.

———. Viagens científicas de exploração à Amazônia de finais do séc. XVIII. *Ler História*. 19(1990): 105-125.

———. *Viagens de exploração geográfica na Amazônia em finais do século XVIII: Política, Ciência e Aventura*. Lisboa: Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração (Madeira) / Centro de Estudos de História do Atlântico, 1991.

FALCÃO, E. C. *Viagem filosófica às capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*. São Paulo: Gráfica Brunner, 1970.

FARIA, Miguel. Os estabelecimentos artísticos do Museu de História Natural do Palácio Real da Ajuda e a viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. **In:** *Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira*. Lisboa: Academia de Marinha, 1992, p. 33-71.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Diário da viagem philosophica pela capitania de São-José do Rio-Negro. *Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brazil*, tomos XLVIII-LI, 1886-87-88.

———. Enfermidades endêmicas da capitania de Mato Grosso. **In:** FONTES, Glória Marly Duarte de Carvalho. *Alexandre Rodrigues Ferreira: aspectos de sua vida e obra*. Belém: Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, [s/d.].

———. Roteiro das viagens que fez pelas capitanias do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. *Boletim do Museu Nacional*, vol. IX, 1933, p. 103-118.

DEPARTAMENTO DE LETRAS

———. *Viagem Filosófica ao Rio Negro*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1983.

———. *Viagem filosófica pelas capitânicas do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*. Iconografia. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971, 2 vols.

———. *Viagem filosófica pelas capitânicas do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*. Memórias: zoologia-botânica. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972.

———. *Viagem filosófica pelas capitânicas do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*. Memórias: antropologia. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1974.

FERREIRA, J. Bettencourt. Trabalhos de Erpetologia do Museu Bocage. I. Emydosáurios da Coleção Antiga, provenientes da exploração do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira (1783-1793). *Jornal de Sciencias Mathematicas, Physicas e Naturaes*, Terceira Série, III (14): 77-89., 1923.

———. Acerca da “Viagem Filosófica” do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira e da Colonização Portuguesa no Brasil. Lisboa, 1936; separata do volume *Actes, Conférences et Communications* do III Congresso Internacional de História das Ciências, celebrado em Portugal em 1934.

FIGUEIREDO, Napoleão. Alexandre Rodrigues Ferreira, naturalista da Amazônia no século XVIII. *Bracara Augusta*, XXXVI, 1982, p. 401-412.

FONTES, Glória Marly Duarte de Carvalho. *Alexandre Rodrigues Ferreira: aspectos de sua vida e obra*. Belém: Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, [s/d.].

FRANÇA, Carlos. Doutor Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815). História de uma missão científica ao Brasil no século XVIII. *Boletim da Sociedade Broteriana*, vol. I, 2ª serie, 1922, p. 65-123.

GOELDI, Emílio. *Alexandre Rodrigues Ferreira*. Brasília: EdUnB, 1982.

JANEIRA, Ana Luísa. Outros olhares históricos – das viagens filosóficas aos programas espaciais, passando pelas missões militares e

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

comissões científicas. Acessível em <http://www.amazonia.no.sapo.pt>, 2003.

———. Viagem filosófica pelo espaço-tempo dos Jardins Botânicos. **In:** ALFONSO-GOLDFARB, Ana Maria; MAIA, Carlos A. (orgs.). *História da ciência: o mapa do conhecimento*. São Paulo: EDUSP, 1995, p. 543-550.

LIMA, Américo Pires. *O doutor Alexandre Rodrigues Ferreira*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1953.

MENDES, João Ribeiro. Instruções a Viagem Philosophica effectuada pelo naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, nos anos de 1783-1792. *Revista da Sociedade Brasileira de Geografia*, t. LIII, 1946.

MITTERMEIER, Russel *et alii* *Viagem philosophica – uma redescoberta da Amazônia – 1972-1992*. Rio de Janeiro, Index, 1992.

RAMINELLI, Ronald. Ciência e colonização – Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues. **In:** *Tempo: Revista do Departamento de História da UFF*, Vol. 3, nº 6 - Dezembro 1998, p. 6-10.

REIS, Artur Cesar Ferreira. Amazônia vista pelo Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 1957, p. 323-336.

SÁ, Manuel José Maria da Costa e. Elogio do doutor Alexandre Rodrigues Ferreira. **In:** FERRÃO, Cristina & SOARES, José Paulo Monteiro (orgs.). *Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira*. Coleção Etnográfica [s/l.]: Kapa Editorial, [2005], vol. I, p. 29-53.

SANTOS, Eulália Maria Aparecida Moraes dos. A viagem philosophica: O naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira e a paisagem brasileira do século XVIII. Tese de doutorado defendida na Universidade Estadual de Maringá em 2001.

SILVA D. A. Tavares da. O cientista luso-brasileiro Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira – notas para o seu estudo. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, mar.-abr. 1947, p. 117-88 e maio-jun., 1947, p. 279-357.

SILVA, José Pereira da. Notícia sobre Alexandre Rodrigues Ferreira e sua obra conservada na Biblioteca Nacional e no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **In:** FERRÃO, Cristina & SOARES, José

DEPARTAMENTO DE LETRAS

Paulo Monteiro (orgs.). *Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira*. [s/l.]: Kapa Editorial, [2002], vol. I, p. 24-32.

———. Observações gerais e particulares sobre a classe dos ma-
mais [de] Alexandre Rodrigues Ferreira. Transcrição e comentários
de... **In:** FERRÃO, Cristina & SOARES, José Paulo Monteiro
(orgs.). *Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira II*. [s/l.]:
Kapa Editorial, [2003], vol. III.

———. Textos sobre os gentios e seus artefatos de Alexandre Ro-
drigues Ferreira. Transcrição e comentários de.... **In:** FERRÃO,
Cristina & SOARES, José Paulo Monteiro (orgs.). *Viagem ao Brasil
de Alexandre Rodrigues Ferreira*. Coleção Etnográfica. [s/l.]: Kapa
Editorial, [2005], vol. III.

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

VOCABULÁRIO CRISTÃO ESTUDO DA ONOMASIOLOGIA EM TRÊS TRATADOS MEDIEVAIS

Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz (UEFS)

INTRODUÇÃO

A obra “Castelo Perigoso” é uma tradução de uma longa epíto-la francesa, escrita por Frère Robert, monge cartuxo, para sua pri-ma, Soeur Rose, freira da Ordem Fontevrault. Em Portugal foi tradu-zida no Mosteiro de Alcobaça, existindo atualmente dois manuscri-tos de posse da Biblioteca Nacional de Lisboa, sob as cotas ALC 199 e ALC 214. A versão portuguesa constitui, na realidade, uma adapta-ção livre do original francês, pois não há uma correspondência preci-sa que possa ter originado a tradução. Compõem o texto sete trata-dos, assim designados: 1 Castelo Perigoso; 2 Dos benefícios de Deus; 3 Livro da consciência e do conhecimento próprio; 4 Da ami-zade e das qualidades do amigo; 5 Das penas do inferno; 6 Das ale-grias do paraíso; 7 Livro dos três caminhos e dos sete sinais do amor embebedado.

A partir da edição de três tratados: Dos benefícios de Deus, Livro da consciência e do conhecimento próprio e Da amizade e das qualidades do amigo, realizada durante estudos de doutoramento (QUEIROZ, 2002), foi feito o estudo do vocabulário, baseado na o-nomasiologia, de acordo com a teoria de Hallig e Wartburg (1963), idealizadores do Sistema Racional de Conceitos.

O CONTEÚDO DOS TRATADOS

O segundo tratado, *Dos Benefícios de Deus*, assim como o primeiro, *Castelo Perigoso*, foi traduzido do francês. Contudo, as *Horas da Cruz*, em verso francês, foram suprimidas da tradução por-tuguesa. Segundo Martins (1956), este mesmo texto encontra-se em *Laudes e Cantigas Espirituais*, da primeira metade do século XV, de Mestre André Dias, em verso português, e que são parecidas com as que figuram no *Livro das Horas*, em latim. Esse tratado desdobra, amplamente, um trecho do primeiro acerca da comunhão (cap. 47). O próprio autor, a partir de uma nota no cap. 69 acentua o fato, le-

DEPARTAMENTO DE LETRAS

vando-se a supor ser ele o autor do primeiro tratado. Nos capítulos 70 a 81 são apresentados os doze frutos espirituais do Santíssimo Sacramento, voltados para a Paixão.

O terceiro tratado, *Livro da Consciência e do Conhecimento Próprio*, traz conselhos do autoconhecimento. São abordados os seguintes temas: alma enamorada de Deus (cap. 83), vaidade do mundo (caps. 84 - 85) e conselhos espirituais (caps. 86 - 88). A partir do cap. 89 passa-se a tratar do autoconhecimento. No cap. 91, há uma passagem referente aos sofrimentos de Jesus. Esse trecho remete ao primeiro tratado, no qual, o autor, em sete capítulos (40 - 46), refere-se à Paixão de Cristo.

O quarto tratado, *Da Amizade e das Qualidades do Amigo*, é o mais breve de todos. Apresenta-se em oito capítulos, sendo cinco dedicados às qualidades que se deseja num amigo: discrição, bondade, boa consciência, modéstia, fidelidade e que “nom seja sanhudo nem bravo”. Sem isso, a amizade não será preservada.

CONCEPÇÃO DE MUNDO NO PERÍODO MEDIEVAL

Qual é a visão global que se tem deste período da História? Que ideologia marcou esta época? Esta é uma época de contrastes, de conquistas e reconquistas, de afirmações, de buscas – buscas por riquezas, poder, terras e, principalmente, Deus. O homem medieval buscou a Deus intensamente, adotando todo tipo de atitude para alcançar o seu objetivo. Sendo uma época de contrastes, essa busca por coisas tão opostas como riqueza e pobreza, prazer e martírio, por exemplo, deixam marcas profundas na humanidade que, apesar de já estar vivendo a séculos de distância da Idade Média possui, ainda, um espírito bastante medieval.

A Sociedade Medieval concebia o mundo através de seus três estados: a Nobreza, o Clero e a Burguesia. Todos eles desprezando o camponês. A Educação se mantinha através dos mesmos métodos de ensino, ou seja, dominava a Escolástica, aos quais se opunha de forma crescente a escola monástica.

Contudo, há algo novo no ar, que vai pouco a pouco sendo misturado ao já existente. O séc. XV é marcado pela herança gótica. Tem-se nesse momento a riqueza do barroco, presente nas mais di-

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

versas expressões artísticas, tais como: na arquitetura, na joalheria – com a confecção das mais ornamentadas, brilhantes e ricas jóias. A vida espiritual é também fortemente influenciada por esses novos ares. Os pregadores apelam veementemente para as mais físicas manifestações de devoção.

Porém, uma grande revolução separa profundamente o mundo medieval do moderno: o advento da imprensa. A partir daí os livros são reproduzidos mais rapidamente e em quantidades superiores à dos livros manuscritos. Isto enriqueceu a ideologia da época, cujos livros de devoção, em primeira instância a Bíblia, foram reproduzidos, atendendo assim aos anseios do público letrado.

Com isso, pode-se definir a Idade Média como sendo uma época de esplendor religioso, basicamente do Cristianismo. No entanto, essa religiosidade latente, ou seja, a espiritualidade medieval, é marcada pelo desprezo do mundo. Homens e mulheres fogem, deixam aquela vida regida pelos três estados ou ordens, para buscarem desenfreadamente a Deus. Tem-se, nesse momento, a presença de figuras que se tornaram pilares da espiritualidade medieval. Dentre elas destaca-se o nome de Bernardo de Claraval, cujo exemplo de total desprezo do mundo e fuga com o intuito de alcançar outros bens, influenciou homens e mulheres a seguirem-no em seu feito. São Bernardo, filho de família com posses, deixa tudo para seguir a vida religiosa e, aos 22 anos, bate à porta do Mosteiro de Cîteaux – França, cujo abade era Robert de Molesme, que fundou esta ordem com o intuito de seguir à risca a Regra de São Bento, cujos monges relaxavam cada vez mais, não a observando rigorosamente. Bernardo não vai sozinho, leva consigo o próprio pai, irmãos, um tio, alguns primos e amigos, deixando para trás toda uma vida de riquezas materiais. Bernardo torna-se muito rapidamente em maravilhoso “treinador de homens”, transmitindo-lhes a base de sua espiritualidade: pobreza absoluta, desconfiança de si mesmo e confiança total em Deus. Com isso, a abadia de Cîteaux fica plena de novas almas em busca de Deus, havendo filas à porta, sendo necessário a fundação de novas casas para atender a esta demanda. Em 1115 São Bernardo funda a Abadia de Clairvaux. De Clairvaux São Bernardo sairá para fundar uma quantidade impressionante de mosteiros cistercienses, não só na França, seu país de origem, mas em toda a Europa ocidental.

DEPARTAMENTO DE LETRAS

Mas, com tudo isso, o homem medieval não deixa de conceber as suas relações baseadas nos três estados, levando-a para o mundo espiritual. Ele relaciona-se com o Criador da mesma maneira que um rei relaciona-se com os seus vassallos. No entanto, a história da espiritualidade medieval apresenta uma tendência que se deve destacar como sendo uma das mais importantes: a personalização da fé religiosa, ou seja, os fiéis percebem que, para entrar em contato com o sobrenatural, é preciso que seja através de gestos. Neste momento a liturgia desempenha um papel de importância capital, não só para os monges como para os leigos. Deviam-se seguir rigorosamente os ritos para que estes tivessem eficácia. Assim, a liberdade é limitada. Não depende exclusivamente do homem salvar-se ou perder-se e, neste caso, a presença do Demônio se manifesta por meio dos seus vícios. A alma do homem é disputada por Deus e pelo Demônio. A reação do homem a isso se manifesta através do espiritualismo radical, proposto pelas ordens que seguiam a Regra de São Bento rigorosamente: a busca da pureza e salvação na recusa da carne e da matéria.

Destarte, o encontro com Deus se dava, para os religiosos da época em que surge o texto “Castelo Perigoso”, com a fuga do mundo, ou seja, com o isolamento do homem em um claustro ou no deserto. Era preciso rejeitar a sociedade temporal e a vida profana. E isto está muito bem atestado nos três tratados por ora analisados:

“[...] Sant’ Ambrósio diz: «Como o diabo vir teu coração abastado de claridade da celestial presença, ele fugirá» [...]” (Dos benefícios de Deus, f. 58v, l. 17)

“[...] que homem passe dos prazeres do mundo às alegrias do céu.” (Dos benefícios de Deus, f. 60v, l. 19)

“[...] a si mesmo castigo e disciplina [...]” (Livro da consciência e do conhecimento próprio, f. 66r, l. 13)

“[...] e aforteleza a alma que possa resistir às tentações [...]” (Dos benefícios de Deus, f. 59v, l. 2)

“O mundo pouco val e muito custa e nada dura, e Deus muito val e pouco custa e sempre dura [...]” (Dos benefícios de Deus, f. 62r, l. 10 e 11)”

O mosteiro de alcobaça

A Abadia de Santa Maria de Alcobaça, local onde foi realizada a adaptação portuguesa do texto francês do “Castelo Perigoso”, foi fundada em 1153 por D. Afonso Henriques. O mosteiro, cuja

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

fundação representou tanto um ato de fé quanto um ato político, esteve sempre ligado ao desenvolvimento de Portugal como nação independente. Santa Maria de Alcobaça representa, hoje, o melhor e mais expressivo documento da arquitetura e da filosofia da Ordem de Cister, não só em Portugal bem como em toda a Europa cristã.

A chegada dos cistercienses a Portugal está situada entre os anos de 1143 e 1144, quando, com a ajuda da Abadia de Claraval, funda-se a Abadia de São João Tarouca. Portanto, a Abadia de Santa Maria de Alcobaça é o segundo mosteiro cisterciense português.

Aos finais do séc. XVI os monges instalam em Alcobaça uma tipografia. Porém, muito antes da instalação da tipografia, os monges já se dedicavam ao labor de copiar e/ou traduzir muitas obras, basicamente religiosas. Esta atividade era desenvolvida pelos monges copistas que, apesar das catástrofes naturais e das destruições realizadas pelo próprio homem, ainda se pode admirar.

O ESTUDO DO VOCABULÁRIO DOS TRATADOS

A elaboração de um vocabulário requer uma prática lexicográfica que tome por base dois princípios distintos: o semasiológico ou o onomasiológico. Estes dois princípios se contrapõem. A semasiologia parte da forma (significante) para chegar ao significado (conceito). Trabalhos lexicográficos elaborados segundo este princípio privilegiam a polissemia, pois se organizam, apresentando para cada entrada, suas diferentes acepções. A onomasiologia, ao contrário, evidencia a sinonímia. Ela parte do conceito para examinar todas as formas ou significantes que o realizam. Todavia, os dois pontos de vista se complementam.

Nos vocabulários semasiológicos as lexias são classificadas segundo a ordem alfabética, estando ordenadas de modo formal e prático. Nos vocabulários onomasiológicos, por outro lado, o princípio a ser seguido é o de que o léxico não é formado apenas por uma lista de palavras, este está estruturado como os outros níveis da língua. Sendo assim, um vocabulário onomasiológico é conceitual e não formal, refletindo, desta forma, a ordenação dos conceitos da língua.

DEPARTAMENTO DE LETRAS

Com vistas a oferecer um modelo de ordenação dos conceitos para servir de base a uma investigação lexicográfica de caráter onomasiológico, Hallig e Wartburg (1963) criaram o Sistema Racional de Conceitos.

Hallig e Wartburg, ao criarem o Sistema Racional de Conceitos, visavam a oferecer um método que pudesse ser utilizado ao estudo sistemático do vocabulário de um autor ou de uma época, ordenando-o por conceitos. Tinham por objetivo criar um sistema empírico de referências extralexicaís, contendo os conceitos gerais da linguagem.

O Sistema Racional de Conceitos foi elaborado de acordo com alguns princípios: 1) deve ser o mais geral possível, não se restringindo ao vocabulário de uma dada língua ou de um dialeto, tampouco a um determinado momento de uso do sistema; 2) os conceitos devem ser pré-científicos, ou seja, os existentes na língua antes da ciência; 3) a escolha e classificação dos conceitos devem partir de um princípio em que o todo se constitua em um conjunto organizado.

Tentando correlacionar o eu e o mundo, os autores apresentam uma pirâmide de conceitos dividida tripartidamente: *A - O Universo; B - O Homem; C - O Homem e o Universo.*

Na primeira parte da pirâmide - *O Universo*, tem-se os conceitos referentes à natureza orgânica e inorgânica. Esta está subdividida em quatro subpartes: *I - O céu e a atmosfera; II - A terra; III - As plantas; IV - Os animais.* Cada uma dessas subpartes engloba outras subdivisões.

Na segunda parte - *O Homem*, figuram os conceitos referentes ao homem enquanto ser constituído de corpo e alma. Também está subdividida em quatro subpartes: *I - O homem, ser físico; II - A alma e o intelecto; III - O Homem, ser social; IV - A organização social.* Estas também se apresentam subdivididas.

Na terceira e última parte - *O Homem e o Universo*, encontra-se o homem em face de si mesmo e do mundo. Está subdividida em duas subpartes: *I - O a priori; II - A ciência e técnica.*

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

O vocabulário dos tratados

O texto *Castelo Perigoso* se destinou, a princípio, a uma monja, ou seja, a um público religioso. Nas várias versões francesas houve uma preocupação em adaptá-lo para um público laico. Em português, contudo, teve o mesmo destino, deixou de ser designado a um mosteiro para se estender a todo o povo cristão.

A estrutura do texto português apresenta algumas diferenças do original francês: é menos sentimental e mais sóbrio. Seu conteúdo doutrinal é diferente em certos pontos, mas a grande metáfora se mantém: a verdadeira vida interior é sempre um “castelo”, pois se deve obedecer aos preceitos divinos. A partir dessa construção se desenvolve todo o texto, integrando-se em uma linha de concepções da alma e da vida interior como um “castelo” ou como “um conjunto de moradas”.

O conteúdo do texto é complexo. Nele está evidenciada uma das fases do período medieval: a Escolástica, em que se dá o encontro do cristianismo com o mundo. Busca-se um modo de vida contemplativo para se chegar ao divino. Assim, este mundo está repleto de significados e remissões a Deus. O vocabulário representa a presença de Deus em três aspectos: nas coisas simples, nos seres espirituais e na alma humana.

A elaboração do vocabulário

Na elaboração do vocabulário dos tratados *Dos Benefícios de Deus*, *Livro da consciência e do conhecimento próprio* e *Da amizade e das qualidades do amigo* foram respeitadas as três grandes divisões: O Universo, O Homem, O Homem e o Universo, assim como as subdivisões que tratam das esferas conceptuais presentes nos tratados. Nas entradas foram adotados os seguintes critérios:

- Os lemas são apresentados em letras maiúsculas, seguidos pela classificação genérica da categoria gramatical a que pertencem;
- Os lemas compostos são classificados como locução;
- As entradas dos nomes são feitas pelo masculino e feminino singular;

DEPARTAMENTO DE LETRAS

- As entradas dos verbos são feitas pelo infinitivo;
- Após a entrada e a classificação se apresenta a significação do lema no contexto específico, seguida de um exemplo do texto e todas as demais indicações nos tratados e as respectivas linhas;
- Os exemplos são apresentados em itálico e entre aspas, com a indicação de que tratado pertencem e em que fôlio e linha se encontram.

O vocabulário cristão

O homem, ser social

As crenças

aa) a expressão da fé

LOUVAR A DEUS (loc.): ‘exaltar, enaltecer, glorificar.’

*“[...] afastar-se das ocupações terreaes e esquecer todo, por melhor alevantar a **louvar a Deus** devotamente [...]” (LCCP: f. 65v – l. 15 ; f. 68r – l. 5 ; f. 69r – l. 2 ; f. 70v – l. 8)*

PEDIR A DEUS (loc.): ‘suplicar.’

*“Mes porque vida d’homem e molher sobre a terra nom é sem batalhas, deve cada um **pedir a Deus** força e esperança [...]” (LCCP: f. 65v – l. 21)*

REQUERER DEUS (loc.): ‘solicitar.’

*“Nenhum se escuse que nom pode amar, e como assi seja que nom há i cousa porque homem isto mais asinha percalçe, que por amar Deus trabalhemos deuotamente e com viveza **requerer Deus** [...]” (LCCP: f. 68v – l. 20)*

A religião

aa) Generalidades

EMBEVEDAR (v.t.): ‘embriagar o espírito.’

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

*“[...] e faz haver à devota pessoa lágrimas de devaçom doces e prazíveis e que **embevedom.**” (DBD: f. 58r – l. 8 e 11 ; f. 59r – l. 8)*

GUARECER (v.t.): ‘curar, sarar.’

*“[...] este sacramento faz é que alimpa e **guareçe** a alma do peccado [...]” (DBD: f. 58r – l. 20; f. 58v – l. 15)*

MEZINHA (s.f.): ‘remédio.’

*“[...] Santantonho diz: “Eu quero sempre filhar esta **mezinha** [...]” (DBD: f. 58r – l. 21 ; f. 58v – l. 1 ; DADQA: f. 84r – l. 2)*

A religião

bb) O judaísmo: o Velho Testamento

DAVID (s.m.): ‘rei hebreu, compôs a maior parte de um dos livros sapienciais do Antigo Testamento – **Salmos**, conhecido como Sal-tério.’

*“O quarto fruto é que ele purifica a alma dos maos e sem provei-to pensamentos e desonestos e das çujas afeições de que **David** diz no Salteiro [...]” (DBD: f. 59r – l. 6 ; f. 59v – l. 7 ; f. 60r – l. 11 ; f. 60v – l. 1 ; LCCP: f. 66r – l. 6 ; f. 74r – l. 10)*

SALTEIRO (s.m.): ‘saltério; conjunto dos 150 salmos bíblicos atribuídos a Davi.’

*“O quarto fruto é que ele purifica a alma dos maos e sem provei-to pensamentos e desonestos e das çujas afeições de que **David** diz no **Salteiro** [...]” (DBD: f. 59r – l. 6 ; f. 59v – l. 7 ; f. 60r – l. 11 ; LCCP: f. 70v – l. 17 ; f. 74r – l. 11)*

LIVRO DA SABEDORIA (loc.): ‘livro do Antigo Testamento, de autor desconhecido, e que integra o conjunto dos livros sapienciais.’

*“O onzeno fruto é que aquele sacramento dá esprituas viços ao coração limpo e devoto, de que é escripto no **Livro da Sabedoria** [...]” (DBD: f. 60v – l. 8)*

TABERNÁCULO (s.m.): ‘santuário do deus dos hebreus.’

DEPARTAMENTO DE LETRAS

“E segundo diz Sam Gregório, é assi como vaso sem cobretura, que era havido na lei por çujo e sem proveito, ca no uso do **tabernáculo** pouco valia quem nom guardava sua língua ainda é como cavalo sem freo [...]” (LCCP: f. 67r – l. 1)

A religião

cc) O Cristianismo: o catolicismo, o Novo Testamento

JESU CRISTO (s.m.): ‘filho de Deus.’

“De tôdolos benefícios de Nosso Senhor **Jesu Cristo** que nos movem ao amar, o de sua **paixom** é o mais piadoso [...]” (DBD: f. 57v – l. 4 e 7 ; f. f. 58v – l. 8 ; f. 59v – l. 4, 13 e 14 ; f. 60r – l. 5 ; f. 61r – l. 2 ; f. 62v – l. 5 ; LCCP: f. 68r – l. 10 e 19 ; f. 68v – l. 10 ; f. 69v – l. 5 ; f. 73r – l. 5 ; f. 76v – l. 19)

PAIXOM (s.f.): ‘martírio de Cristo’.

“De tôdolos benefícios de Nosso Senhor **Jesu Cristo** que nos movem ao amar, o de sua **paixom** é o mais piadoso, e o de que os pelejadores de Deus se deviam armar contra seus imigos.” (DBD: f. 57v – l. 5, 11 e 21 ; LCCP: f. 68r – l. 11 ; f. 69v – l. 7)

SACRAMENTO (s.m.): ‘ação de Cristo e da Igreja, se constitui como sinal e meio pelo qual se exprime se robustece a fé, se presta culto a Deus e se realiza a santificação dos homens.’

“[...] Do excelentíssimo **sacramento** do altar e de como os que o recebem devem ser aparelhados.” (DBD: f. 58r – l. 4, 5, 9, 11, 14, 18 e 19 ; f. 58v – l. 3, 12, 14 e 20 ; f. 59r – l. 12, 15 e 17 ; f. 59v – l. 7 e 20 ; f. 60r – l. 3, 9 e 13 ; f. 60v – l. 3, 6 e 13 ; f. 61r – l. 1, 5 e 12)

A igreja

aa) O clero

PAPA (s.m.): ‘o que detém o poder ordinário supremo, pleno, imediato e universal da Igreja.’

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

*“E sam assi como u)as horas pera as devotas pessoas que nom entendem latim, demover a devaçom e compaixom, e sam tiradas das horas do latim que fez o **Papa Joam.**” (DBD: f. 57v – l. 14)*

CRELIGO (s.m.): ‘clérigo; sacerdote cristão.’

*“Amor a todo bem, desamor ao contrairo, siso e sabedoria pera se salvar, disto senom pode escusar **créligo** nem léiguo [...]” (LCCP: f. 68r – l. 17 ; f. 68v – l. 2)*

ABADE (s.m.): ‘superior de ordem religiosa cristã.’

*“[...] e u)a compensaçom cotidiana, em dizendo as sete horas canônicas os **créligos** e **abades**, aqueles que soubessem e podessem [...]” (LCCP: f. 68v – l. 17 ; f. 68v – l. 2)*

A igreja

bb) Os ritos, os cultos e as orações

HORAS DA CRUZ (loc.): ‘orações contidas no Livro de Horas extraídas dos Evangelhos e que se referem à Paixão de Cristo.’

*“Aqui faleçem as **horas da cruz** que nom foram tornadas em purtugês porque eram em rimaço em françês e nom pareceriom bem sem rimo.” (DBD: f. 57v – l. 15)*

MISSA (s.f.): ‘celebração em memória da morte e ressurreição de Cristo; sùmula e fonte de todo o culto e vida cristã.’

*“Se nós os honrarmos em suas **missas** e orações louvando Deus que os taes fez e guardar-nos de pecado.” (LCCP: f. 68r – l. 5 ; f. 68v – l. 20)*

HORAS CANÔNICAS (loc.): ‘na liturgia católica, cada uma das partes que se divide a recitação do ofício divino ou breviário : matinas=3h00, prima=6h00, terça=9h00, sexta=12h00, noa=15h00, véspera=18h00, completas=21h00, laudes=24h00.’

*“[...]e u)a compensaçom cotidiana em dizendo as sete **Horas Canônicas** os **créligos** e **abades** aqueles que soubessem e podessem [...]” (LCCP: f. 68v – l. 1)*

PATER NOSTER (loc.): ‘Pai Nosso; oração que Jesus ensinou a seus discípulos.’

DEPARTAMENTO DE LETRAS

“[...] os outros as horas da Paixom assi como é já escripto, os lavradores as horas do **Pater Noster** e Ave Maria, uns mais e outros menos [...]” (LCCP: f. f. 68v – l. 5 e 8)

AVE MARIA (loc.): ‘oração em honra da Virgem Maria.’

“[...] os outros as horas da Paixom assi como é já escripto, os lavradores as horas do **Pater Noster** e **Ave Maria**, uns mais e outros menos [...]” (LCCP: f. f. 68v – l. 6 e 8)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se que a elaboração deste vocabulário não esgotou todas as possibilidades de análise lexical de um texto e nem mesmo as estabelecidas por Hallig e Wartburg (1963). Porém, a apresentação deste vocabulário onomasiológico foi uma tentativa de trazer à tona um modelo de estudo de vocabulário que permita interpretações do texto que vão um pouco além das que são apresentadas nos glossários de textos medievais existentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Aurelina Ariadne Domingues. *Vocabulário onomasiológico do Cancioneiro Satírico de Afonso Eanes do Coton*. 2000. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

BALDINGER, K. Semasiologia e onomasiologia. Tradução Ataliba T. de Castilho. *Alfa*, Marília, n. 9, p. 7-36, mar. 1996.

BERLIOZ, Jacques (Apr.). *Monges e religiosos na Idade Média*. Tradução Teresa Pérez. Lisboa: Terramar, 1996.

CASARES, J. Introducción a la lexicografía moderna. Prólogo de Walther von Wartburg. *Revista de Filología Española*. Madrid: [s.n], Anexo 52, 1950.

CASTILHO, A. T. de; CARRATORE, E. del. A onomasiologia no léxico e na sintaxe. *Alfa*, Marília, n. 11, p. 129-149, mar. 1967.

HALLIG, R.; WARTBURG, W. von. *Begriffssystem als Grundlage für die Lexikographie; Versuch eines Ordnungsschemas*. 2. Neu bearbeitete und erweiterte Auflage. Berlin: Akademie Verlag, 1963.

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

LE GOFF, Jacques. *O imaginário medieval*. Tradução Manuel Ruas. 3. ed. Lisboa: Estampa, 1994.

MARTINS, Mário. Os sete tratados cartusianos do códice CCLXXVI/199, de Alcobaça. In: *Estudos de literatura medieval*. Braga: Cruz, 1956, p. 159-182.

MORAES E SILVA, A. de. *Grande dicionário da língua portuguesa*. 10. ed. rev. e corrig. muito aum. e actual. Lisboa: Confluência, 1949-1959.

QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de. “*Dos benefícios de Deus*”, “*Livro da consciência e do conhecimento próprio*”, “*Da amizade e das qualidades do amigo*”: Edição e vocabulário onomasiológico de três tratados da obra ascético-mística “*Castelo Perigoso*” (Cód(s). ALC 199 e ALC 214. 2002. 475 f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) FFLCH da USP, São Paulo.

ROBERT, F. ‘Castelo Perigoso’. In: CÓDICE ALC. 199. Lisboa: Biblioteca Nacional, [14..].

———. ‘Castelo Perigoso’. In: CÓDICE ALC. 214. Lisboa: Biblioteca Nacional, [14..?].

ROUDIL, J. Pour un dictionnaire onomasiologique des actes d’écriture de l’espagnol médiéval. In: *Cahiers de linguistique hispanique médiévale*. Paris: Klincksieck, n. 18-19, p. 169-184, 1993-1994.

SOUZA, Risonete Batista de. *Estudo descritivo do vocabulário de Pero da Ponte*. 1997. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) Instituto de Letras da UFBA, Salvador.